



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

IANN DELLANO DA SILVA SANTOS

**REDE URBANA E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: complementaridades,
competitividades e sinergias entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães**

GOIÂNIA – GO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese

2. Nome completo do autor

Iann Dellano da Silva Santos

3. Título do trabalho

REDE URBANA E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: complementaridades, competitividades e sinergias entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Dênis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 18/02/2021, às 12:01, conforme horário oficial de



Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IANN DELLANO DA SILVA SANTOS, Discente**, em 18/02/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1883201** e o código CRC **E1799F6E**.

Referência: Processo nº 23070.002086/2021-10

SEI nº 1883201

IANN DELLANO DA SILVA SANTOS

**REDE URBANA E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: complementaridades,
competitividades e sinergias entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães**

Tese apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Denis Castilho

GOIÂNIA – GO
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

da Silva Santos, Iann Dellano
Rede urbana e produção do território [manuscrito] :
complementaridades, competitividades e sinergias entre Barreiras e
Luís Eduardo Magalhães / Iann Dellano da Silva Santos. - 2021.
clxxvi, 176 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Denis Castilho.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2021.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Rede urbana. 2. Complementaridade. 3. Competitividade. 4.
Sinergia. I. Castilho, Denis, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 08/2021 da sessão de Defesa de Tese de Iann Dellano da Silva Santos que confere o título de Doutor em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, a partir das 14 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “REDE URBANA E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: complementaridades, competitividades e sinergias entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Denis Castilho (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa (UFT), membro titular externo; Professor Doutor Paulo Roberto Baqueiro Brandão (UFOB), membro titular externo; Professor Doutor Vinícius Polzin Druciaki (UEG), membro titular externo; Professor Doutor Matheus Hoffmann Pfrimer (FCS/UFG), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Denis Castilho, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

O título se mantém.



Documento assinado eletronicamente por **Dênis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 20/01/2021, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Polzin Druciaki, Usuário Externo**, em 20/01/2021, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Baqueiro Brandão, Usuário Externo**, em 20/01/2021, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELLY CRISTINE FERNANDES DE OLIVEIRA BESSA, Usuário Externo**, em 20/01/2021, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 20/01/2021, às 20:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1809162** e o código CRC **179059C7**.

À minha mãe, Luzinete da Silva Santos

AGRADECIMENTO

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (Iesa/UFG), junto ao seu corpo docente, em especial aos Professores Dr. Ronan Eustáquio Borges e Dr. Eguimar Felício Chaveiro, não somente devido as ricas contribuições de suas respectivas disciplinas ministradas, Agroindústria e Modernização da Agricultura no Cerrado e Urbanização do Cerrado, como por suas incondicionais compreensões para as minhas efetivas participações nas atividades desenvolvidas em cada disciplina, seja no que competiu às discussões textuais em sala de aula como também, e principalmente, às atividades realizadas em campo.

Ao extraordinário apoio proporcionado pelo Professor Dr. Denis Castilho, sobretudo devido a sua contribuição de maneira expressiva e significativa para que esta pesquisa se desenvolvesse em todos os sentidos. Sua distinta orientação, somada à disposição no atendimento pessoal em numerosos momentos e, principalmente, à possibilidade de estabelecer um diálogo sempre aberto, constituiu-se como condição fundamental para a construção das reflexões atingidas, não podendo jamais esquecer, inclusive, o seu acolhimento dado para a proposta de projeto desta pesquisa, apresentado ainda no seu estágio inicial. Realço, além disso, as perspicazes contribuições da disciplina Tópicos Especiais em Dinâmica Socioespacial (Redes e Produção do Território), ministrada pelo ilustre e mencionado professor, e dos debates propiciados no grupo de estudos de seu comando, o GéTER (Grupo de Estudos Produção do Território e Redes).

Aos excepcionais e fundamentais apoios familiares e fraternais que obtive ao longo da jornada do curso de doutoramento, expressados, especialmente, nos incentivos emocionais advindos de minha mãe, Luzinete Santos, de minha prima, Vanessa Santos, e de meus apoiadores e nobres amigos Pablo Lemos, Bruna Coelho, Carla Nunes, Édina Costa, Regiane Sobreira, Sheryda Carvalho, Mariano Borges, Nilson Cardoso, Cláudio Passos, Nilza Santiago, Eliane de Oliveira, André Sena, Deborah Sena, Maria Silva de Jesus e tantos outros que, cientes de minhas limitações profissionais e pessoais, sempre me ressaltaram a importância da consagração dessa etapa da academia.

A globalização é fábula e perversidade: “fábula, porque os gigantescos recursos de uma informação globalizada são utilizados mais para confundir do que para esclarecer [...]. Perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitados pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis”.

Milton Santos

RESUMO

Considerando a complexidade da hierarquia da rede urbana do Oeste Baiano, no atual contexto de formação socioespacial da região, torna-se pertinente compreender os mecanismos sustentados por relações de complementaridades, de competitividades e de sinergias entre os principais núcleos urbanos desse segmento de rede urbana: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Para tanto, é necessário discutir o conceito de rede, partindo do pressuposto de que a rede urbana se trata de um conceito proveniente, e sua imbricação com a produção de territórios, no sentido de entender a rede urbana como uma construção material derivada da própria produção de territórios; conceber a existência de relações complementares, competitivas e sinérgicas entre centros urbanos de uma dada rede urbana, e como essas relações se transcorrem no espaço geográfico globalizado; conhecer a rede urbana do Oeste Baiano, englobando os períodos de formação, estruturação e reestruturação da própria rede nessa região da Bahia; e ainda analisar a relação de complementaridade entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, traduzida em elementos de naturezas políticas, sociais, econômicas e urbanas, e a relação competitiva entre os mesmos centros, indicando suas respectivas importâncias no âmbito da produção agropecuária, com base em elementos de naturezas econômicas e geográficas, junto a um terceiro movimento sinérgico circunscrito a essas relações. Nesse sentido, realiza-se uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja abordagem qualitativa se desdobra em torno de cinco capítulos e uma nota explicativa, na qual a tese é defendida, considerando a coexistência dessas relações: complementaridade, competitividade e sinergia; tais quais dão sentido e significado para a rede urbana do Oeste Baiano. Diante disso, na relação de complementaridade, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães tornam-se centros urbanos que tendem a absorver o controle regional da rede urbana, com destaque para esse primeiro núcleo, cuja maior importância se deve aos serviços dispostos e sua influência espacial na hinterlândia da rede, e, por outro lado, na relação de competitividade, ambos os centros respondem para a lógica da reprodução, contudo Luís Eduardo Magalhães apresenta maior importância por satisfazer em demasia a essa mesma reprodução, de modo que se confere a constatação de uma sinergia entre complementaridade e competitividade, tal qual está ligada inerentemente à dinâmica e ao funcionamento da rede urbana do Oeste Baiano.

Palavras-chave: Rede urbana. Complementaridade. Competitividade. Sinergia.

ABSTRACT

Taking the complexity attached to the urban network's hierarchy in the West Region of Bahia into consideration, and also the current context of socio-spatial formation in the region, it becomes pertinent to understand the mechanisms sustained by relationships of complementarities, competitiveness and synergies between the main cities of the regional urban network: Barreiras and Luís Eduardo Magalhães. In order to promote this comprehension, it's necessary to discuss the network's concept, keeping in mind that urban network is a concept which comes from its addition to the territories' production, so then we can see the urban network as a material construction deriving from its own territories' production; to conceive the existence of complementary, competitive and synergistic relationships between urban centers in a given urban network and how these relationships happen in the globalized geographical space; to know the urban network in Bahia's West, joining periods of formation, structuring and restructuring of the urban network in this region of Bahia; and also to analyze the complementarity relationship between Barreiras and Luís Eduardo Magalhães, represented by elements of political, social, economic and urban nature, and the competitive relationship between the same centers, showing their respective importance in the field of agricultural production, based on elements of economic and geographical nature, including a third synergistic movement present in these relationships. To achieve these goals, a bibliographical and documentary research is carried out with a qualitative approach that unfolds in five chapters, including an explanatory note in which the thesis is defended, considering the coexistence of relations: complementarity, competitiveness and synergy; which gives meaning for the urban network in Bahia's West. Because of their complementarity, Barreiras and Luís Eduardo Magalhães became urban centers that control the regional urban network, with emphasis on Barreiras because of the localized services and its influence on the urban net. On the other hand, when it comes to competitiveness Barreiras and Luís Eduardo Magalhães are in tune for the logic of reproduction, however Luís Eduardo Magalhães is more important for satisfying this reproduction too much. In this way, synergy is between complementarity and competitiveness and is also related to the dynamics and functioning of the urban network in Bahia's West.

Keywords: Urban network. Complementarity. Competitiveness. Synergy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos municípios de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães.	19
Figura 2 – Oeste Baiano: Rede urbana de padrão simples dendrítico vinculada a Salvador no final do século XIX.	61
Figura 3 – Oeste Baiano: rede urbana ligada a Salvador e Rio de Janeiro na década de 1950.	66
Figura 4 – Oeste Baiano: rodovias federais e estaduais na década de 2010.	68
Figura 5 – Oeste Baiano: padrão de rede de múltiplos circuitos no início do século XXI.	73
Figura 6 – Centralidades de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2018 segundo o Regic de 2020.	91
Figura 7 – Local de origem (por estado) dos estudantes do curso de Medicina da Ufob no ano de 2020.	94
Figura 8 – Local de origem (por estado) dos estudantes do curso de Engenharia de Produção da Ufob no ano de 2020.	95
Figura 9 – Influência espacial regional do atendimento do Hospital do Oeste em setembro de 2020.	97
Figura 10 – Alcances espaciais das exportações de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.	110
Figura 11 – Exportações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.	113
Figura 12 – Importações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.	117
Figura 13 – Sinergias entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no início do século XXI.	121
Figura 14 – Comprovante de situação cadastral da empresa Agronol Agro Industrial S/A.	149
Figura 15 – Comprovante de situação cadastral da empresa Indústria de Derivados da Mandioca Santa Cruz Ltda.	150
Figura 16 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.	151

Figura 17 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.....	152
Figura 18 – Comprovante de situação cadastral da empresa Agronol Agro Industrial S/A.	153
Figura 19 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.	154
Figura 20 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.	155
Figura 21 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.	156
Figura 22 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.	157
Figura 23 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.	158
Figura 24 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.	159
Figura 25 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos Ltda.	160
Figura 26 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.....	161
Figura 27 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.....	162
Figura 28 – Comprovante de situação cadastral da empresa Cidade Alta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	163
Figura 29 – Comprovante de situação cadastral da empresa Deltaville Empreendimentos Imobiliários Ltda.	164
Figura 30 – Comprovante de situação cadastral da empresa Norte Construtora e Imobiliária Ltda.	165
Figura 31 – Comprovante de situação cadastral da empresa Patrimonial Celta Ltda. ...	166
Figura 32 – Comprovante de situação cadastral da empresa Pro Café Compra e Venda de Imóveis Ltda.	167
Figura 33 – Comprovante de situação cadastral da empresa Valparaíso Administradora de Bens Imobiliários Ltda.....	168
Figura 34 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bom Recreio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	169
Figura 35 – Comprovante de situação cadastral da empresa Cinergy Patrimonial S/A.	170
Figura 36 – Comprovante de situação cadastral da empresa Imobiliária J LEM Ltda...	171
Figura 37 – Comprovante de situação cadastral da empresa Laucas Empreendimentos Ltda.	172

Figura 38 – Comprovante de situação cadastral da empresa Sertaneja Negócios Imobiliários.....	173
Figura 39 – Comprovante de situação cadastral da empresa Supremo Incorporadora e Construtora Ltda.	174
Figura 40 – Comprovante de situação cadastral da empresa Supremo Incorporadora e Construtora Ltda.	175
Figura 41 – Comprovante de situação cadastral da empresa Temik Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Oeste Baiano: nucleações elevadas para a condição de vila entre os séculos XVIII e XIX.....	60
Quadro 2 – Empresas do ramo agropecuário detentoras de terras em Barreiras em 2020.	78
Quadro 3 – Empresas do ramo agropecuário detentoras de terras em Luís Eduardo Magalhães em 2020.	79
Quadro 4 – Empresas imobiliárias detentoras de terras em Barreiras em 2020.	81
Quadro 5 – Empresas imobiliárias detentoras de terras em Luís Eduardo Magalhães em 2020.	82
Quadro 6 – Agências bancárias em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães em 2020.	85
Quadro 7 – Cursos da Ufob ofertados em Barreiras e Luís Eduardo e número de discentes naturais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2020.	87
Quadro 8 – Número de empresas (unidades locais) por classificação de atividade em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães em 2020.	88
Quadro 9 – Número de unidades locais por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) em Barreiras em 2018.	137
Quadro 10 – Número de unidades locais por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) em Luís Eduardo Magalhães em 2018.	140
Quadro 11 – Produtos importados por Barreiras no ano de 2019.	143
Quadro 12 – Produtos importados por Luís Eduardo Magalhães no ano de 2019.	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oeste Baiano: distribuição da população entre as nucleações em 1900.	62
Tabela 2 – Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população em 1950.	64
Tabela 3 – Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população urbana em 2010.	71
Tabela 4 – Número de discentes por cursos ofertados pela Ufob em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães em 2020.	92
Tabela 5 – Pacientes admitidos por município no HO em setembro de 2020.	98
Tabela 6 – Produção de soja (em toneladas) em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães entre 2015 e 2018.	102
Tabela 7 – Importadores de grãos de soja de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.	103
Tabela 8 – Valor da venda do grão da soja produzido em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em 2019.	103
Tabela 9 – Importadores de farelo de soja de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.	104
Tabela 10 – Valor da venda do farelo de soja para Barreiras e para Luís Eduardo Magalhães em 2019.	105
Tabela 11 – Produção de algodão herbáceo (em toneladas) em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães entre 2015 e 2018.	105
Tabela 12 – Importadores de algodão de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.	106
Tabela 13 – Valor da venda do algodão para Barreiras e para Luís Eduardo Magalhães em 2019.	107
Tabela 14 – Importações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.	115
Tabela 15 – Valores das exportações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.	136
Tabela 16 – Valores das importações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	<i>Archer-Daniels Midland</i>
Agerba	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicação da Bahia
Aiba	Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia
ASA	Agrícola Santo Antônio S/A
BCB	Banco Central do Brasil
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
Cempre	Cadastro Central de Empresas
Cnae	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
Comex Stat	Estatísticas de Comércio Exterior
Cooperfarms	Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia
Cooproeste	Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia
DEM	Democratas
EF-334	Estrada de Ferro 334
EFBSF	Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
Estban	Estatística Bancária
FNS	Ferrovia Norte Sul
Fiol	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FOB	<i>Free on board</i>
Franave	Companhia de Navegação do São Francisco
ha	hectares
HO	Hospital do Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifba	Instituto Federal da Bahia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Irrigação Santo André S/A
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

PAM	Produção Agrícola Municipal
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
Prodecer	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Regic	Regiões de Influência das Cidades
RPA	Regiões Produtivas do Agronegócio
Sedur	Secretaria do Desenvolvimento Urbano
Sigef	Sistema de Gestão Fundiária
t	toneladas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Ufob	Universidade Federal do Oeste da Bahia
Uneb	Universidade Estadual da Bahia

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - REDE URBANA E PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS	25
1.1 – Rede urbana: etimologia do conceito	26
1.2 – Uma projeção da organização espacial resultante das relações de poder	29
1.3 – Rede urbana e divisão territorial do trabalho.....	32
1.4 – Rede urbana, agentes produtores e suas inter-relações.....	36
CAPÍTULO 2 - COMPLEMENTARIDADES, COMPETITIVIDADES E SINERGIAS EM REDES URBANAS	41
2.1 – Complementaridades e competitividades	42
2.2 – A articulação entre o local e o global	47
2.3 – O papel das relações e das sinergias em redes urbanas	52
CAPÍTULO 3 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DO OESTE BAIANO ..	56
3.1 – A formação da embrionária rede de núcleos no Oeste Baiano: o pioneirismo de Barra (séculos XVII-XIX)	57
3.2 – Um período de estruturação da rede urbana regional: da ascensão de Barreiras à perda de importância de Barra (1900 a 1980)	63
3.3 – A reestruturação da rede urbana regional: as centralidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (final do século XX a início do século XXI)	70
CAPÍTULO 4 - COMPLEMENTARIDADES ENTRE BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM UMA REDE URBANA DO TERCIÁRIO.....	75
4.1 – Os agentes hegemônicos da rede urbana regional	76
4.2 – Redes de serviços.....	84
4.3 – Influências espaciais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães	89
CAPÍTULO 5 - COMPETITIVIDADES ENTRE BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SINERGIAS NO OESTE BAIANO	100
5.1 – O fluxo produtivo	101
5.2 – Alcances espaciais produtivos	108
5.3 – Os consumos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães	114
5.4 – A sinergia da rede urbana do Oeste Baiano	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	136

INTRODUÇÃO

Considerado a matriz dos dados a respeito da rede urbana brasileira, o estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua edição de 2008, com referência à rede urbana brasileira de 2007, apresentou uma classificação de hierarquia das cidades brasileiras, na qual era estabelecida de que o centro urbano de Barreiras se qualificava a uma Capital Regional de nível C. De acordo com essa categoria, Barreiras possuía capacidade de gestão inferior à capacidade de gestão de uma metrópole, no entanto sua área de influência atingia um nível escalar regional, tornando-se referência em diversas atividades urbanas para centros de portes inferiores. Nessa mesma edição de 2008, o centro urbano de Luís Eduardo Magalhães, subordinado ao centro urbano de Barreiras, emergia qualificado a Centro Local, correspondente a um núcleo elementar, cuja capacidade urbana não extrapolava seu limite municipal (IBGE, 2008).

Na edição seguinte, em referência à rede urbana brasileira de 2018, o Regic de 2020 apontou a manutenção da posição urbana de Barreiras como Capital Regional de nível C, entretanto Luís Eduardo Magalhães saltou de categoria hierárquica, integrando ao conjunto de cidades qualificadas a Centro Sub-Regional de nível B, correspondente a um centro possuidor de atividades urbanas menos complexas e com áreas de influências de extensões inferiores, comparado às capitais regionais, e de menor porte populacional (IBGE, 2020a).

A respeito dos seus tamanhos populacionais, de acordo com o censo demográfico, no ano de 2010 a população total de Barreiras contabilizava 137.427 habitantes, dos quais 123.741 se tratavam de uma população citadina, o equivalente a 90,04% da quantidade populacional total; por outro lado, e no mesmo ano, a população total de Luís Eduardo Magalhães contabilizava 60.105 habitantes, dos quais 54.881 se tratavam de uma população urbana, o equivalente a 91,30% da quantidade populacional total (IBGE, 2010). Em 2020, as projeções estatísticas apontavam uma população total de 156.975 habitantes em Barreiras e uma população total de 90.162 habitantes em Luís Eduardo Magalhães, o equivalente a crescimentos respectivos e aproximados de 14% e 50% em relação a 2010 (IBGE, 2020b). A respeito da não apuração dos dados sobre a atual população urbana de ambos os municípios no ano de 2020, estima-se que esses conjuntos populacionais urbanos continuam a expressar proporções superiores a 90% em relação às populações municipais totais.

Apoiando-se nas informações supracitadas, verifica-se certa instabilidade na hierarquia da rede urbana regional do Oeste Baiano, cujos principais núcleos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Figura 1), apresentam uma relativa tensão urbana no que se refere ao controle regional da rede devido a suas importâncias e, evidentemente, a seus dinamismos de crescimentos. Apesar da peculiaridade dessa particularidade de rede urbana, cuja hierarquia se torna questionável, haja vista das distintas complexidades funcionais entre ambos os núcleos (BRANDÃO, 2012; ELIAS, 2011), essa tensão urbana é também resultado dos processos espaço-temporais que ocorrem nessa região específica da Bahia, principalmente no que se concernem às intensificações da urbanização e da divisão territorial do trabalho e, ainda, da crescente diferenciação urbana entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

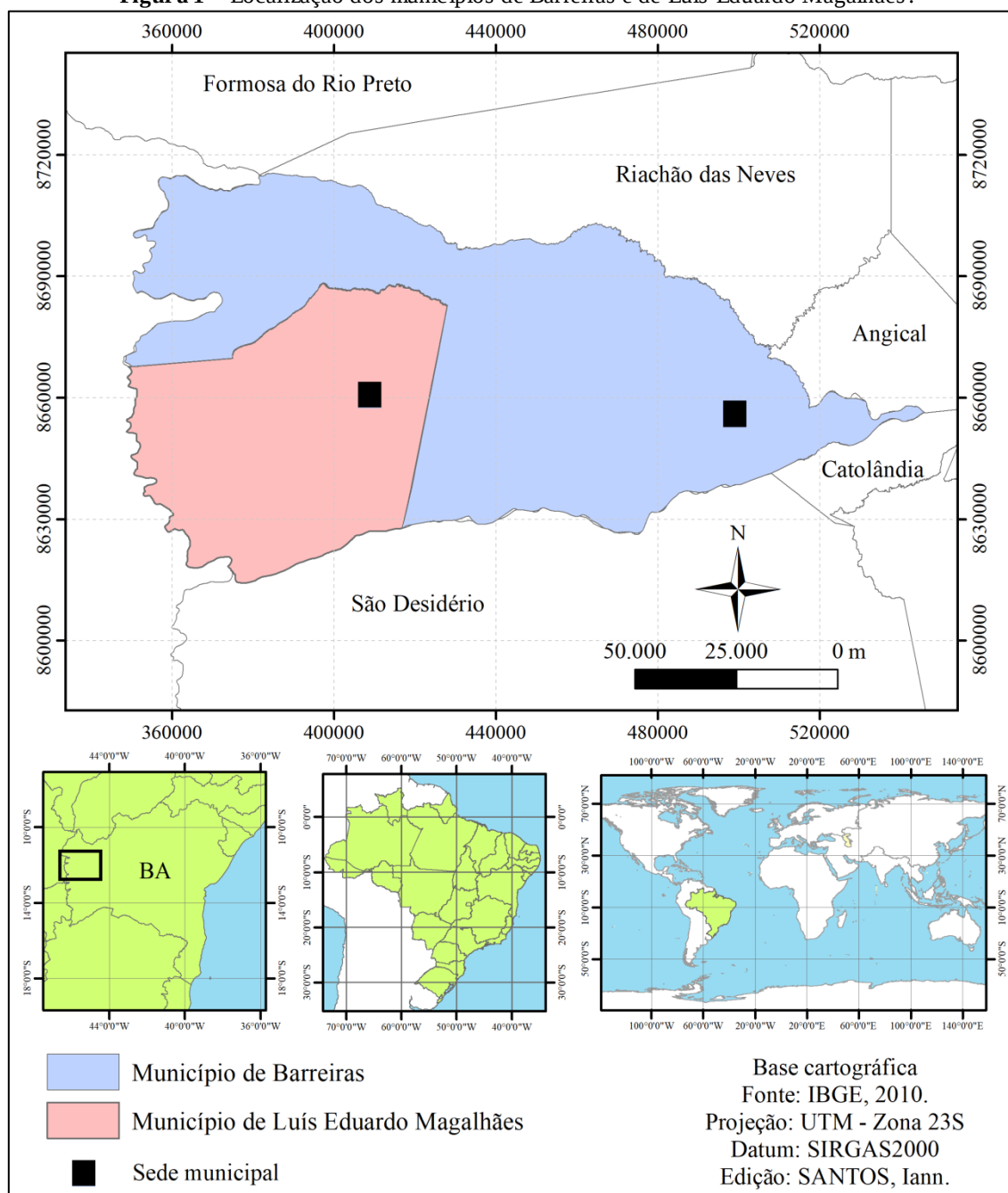
Muito embora instigações possam desdobrar em projeções quantitativas e, sobretudo, qualitativas, é necessário enfatizar que esta pesquisa não se apoiou no propósito da previsibilidade da hierarquia urbana regional, de modo que a mesma se justificou na finalidade de compreender mecanismos sustentados por relações de complementaridades, de competitividades e de sinergias entre os seus principais núcleos urbanos desse segmento de rede urbana: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Em sua particularidade, esta investigação surgiu de inquietudes que antecederam mesmo às experiências acadêmicas, de modo que, a partir do ato observacional, o acompanhamento das transformações espaciais ocorridas tanto em Barreiras, recorrentes devido a sua consolidação como principal centro urbano regional do Oeste Baiano, quanto em Luís Eduardo Magalhães, referentes para a sua célere ascensão urbana decorrente, à primeira vista, da emancipação político-administrativa, se estabelece como um primeiro contato, muito embora provido de senso comum e, conseqüentemente, desprovido de concepção crítica, entre sujeito e objeto.

Somente a partir de contatos com disciplinas da geografia humana, especialmente a geografia urbana e a geografia da indústria, subáreas correlacionadas às redes urbanas, que tais indagações foram compostas de leituras e questionamentos pré-elaborados, entretanto, tratando-se ainda de reflexões primitivas provenientes do período de graduação. Continuadamente, tais questionamentos passaram por etapas de reelaborações e consistentes fundamentações teóricas, sob uma orientação de pesquisa de mestrado que culminou no manuscrito A Rede Urbana do Oeste Baiano, material que traz a geografia periodizada da rede urbana à qual pertencem Barreiras e Luís Eduardo

Magalhães, moldando-se como pano de fundo para novos e atuais questionamentos levados para esta etapa de investigação científica.

Figura 1 – Localização dos municípios de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães.



Fonte: Elaboração do autor.

Cumprе destacar que o objeto de estudo desta pesquisa está relacionado a uma materialidade mensurável, não se tratando, porém, de um centro urbano em específico ou de outro, mas das relações de complementaridades, de competitividades e de sinergias que emanam desses dois núcleos urbanos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no

contexto da rede urbana regional do Oeste Baiano, de modo que essa especificidade de rede torna-se tema central da investigação.

Considerando a coexistência das relações de complementaridade e de competitividade entre os centros urbanos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, relações essas distintas, simultâneas e indissociáveis, portanto, tratando-se de uma duplicidade de relações, cujas intensidades variam conforme a posição de observação ao fenômeno de interações entre os centros urbanos em questão, quais os mecanismos sinérgicos da hierarquia da rede urbana do Oeste Baiano e como essas sinergias corroboram para uma funcionalidade e para um sentido desse segmento de rede urbana no início do século XXI?

Partindo de tal questionamento, compete destacar o objetivo geral desta pesquisa, tal qual visou compreender os mecanismos sustentados por relações de complementaridades, de competitividades e de sinergias entre os seus principais núcleos urbanos desse segmento de rede urbana no atual contexto de formação socioespacial da região: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Diante disso, os procedimentos metodológicos adotados se basearam em pesquisas bibliográficas e documentais, de modo que os dados secundários utilizados foram levantados nas bases de informações do IBGE, do Incra, da Receita Federal, de instituições de ensino superior, de saúde e demais entidades, e tratados na forma de tabelas, quadros e mapeamentos.

Nesse sentido, esta pesquisa encontra-se estruturada em cinco capítulos, os quais se correlacionam a objetivos específicos discriminados em cada capítulo. Desse modo, o primeiro capítulo, intitulado “Rede Urbana e Produção de Territórios”, composto por quatro tópicos, desdobra-se em uma discussão estritamente bibliográfica, cuja abordagem qualitativa se volta para a rede urbana e sua inter-relação com a produção de territórios, envolvendo-a, na condição de organização socioespacial, com as relações de poder, com a divisão territorial do trabalho e com os seus principais agentes produtores.

O segundo capítulo, intitulado “Complementaridades, Competitividades e Sinergias em Redes Urbanas”, composto por três tópicos, discorre-se igualmente em uma discussão teórica, na qual a abordagem está direcionada às relações de complementaridades, de competitividades e de sinergias em redes urbanas e como essas relações, sob o prisma da diferenciação espacial entre centros de uma mesma rede, estão relacionadas ao sistema de reprodução global, considerando que a rede urbana permite a articulação entre as extremidades escalares.

O terceiro capítulo, intitulado “Periodização da Rede Urbana do Oeste Baiano”, composto por três tópicos, desenvolve-se em torno de uma discussão bibliográfica, no que tange para uma revisão histórica e geográfica, e de uma análise documental, apoiada nos dados catalogados por instituições, sobretudo o IBGE, com o intuito de entender os processos de formação, de estruturação e de reestruturação da rede urbana do Oeste Baiano, de modo que cada um desses processos correlaciona-se, respectivamente, a um tópico específico.

O quarto capítulo, intitulado “Complementaridades entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em uma Rede Urbana do Terciário”, composto por três tópicos, discorre-se por meio do procedimento documental, no que diz respeito para a análise de dados secundários oriundos de instituições públicas, os quais são trabalhados nas formas de tabelas, quadros e figuras, no sentido de verificar as presenças de agentes produtores espaciais de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães e as redes de serviços dispostas em seus núcleos urbanos, que, em conjunto, conformam um movimento de complementaridade, e ainda as influências espaciais que cada centralidade urbana incide sobre o espaço geográfico.

O quinto capítulo, intitulado “Competitividades entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães e sinergias no Oeste Baiano”, composto por quatro tópicos, procede-se em torno de um levantamento documental, no que diz respeito para a análise de dados secundários oriundos do Ministério da Economia, os quais são trabalhados nas formas de tabelas e ilustrações, cujas interpretações demonstram as importâncias competitivas econômicas e geográficas de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, principais núcleos de uma rede urbana regional funcional ao agronegócio, no que tange para as especializações de suas respectivas produções agropecuárias. O último tópico, “A sinergia da Rede Urbana do Oeste Baiano”, analisa a coexistência das duas relações, complementaridade e competitividade, tais quais dão sentido e significado à rede urbana do Oeste Baiano. A discussão, portanto, concerne o significado dessa particularidade de rede e que tanto contraria a nulidade de uma das relações, complementaridade ou competitividade, quanto a quaisquer simples sobreposições entre as mesmas.

Nesse sentido, a duplicidade das relações entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, complementaridade e competitividade, abre para a possibilidade hipotética da existência de uma sinergia específica que mantém a hierarquia da rede urbana regional, de modo que essa sinergia corresponde a uma síntese dialética ou, em outras palavras, a unidade dos contrários. Dessa maneira, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães não apenas

se complementam ou apenas se competem entre si, mas sim apresentam uma complementaridade-competitiva ou uma competitividade-complementar. Enquanto complementaridade e competitividade se circunscrevem no âmbito de relações, a sinergia diz respeito a um movimento que surge da dialética dessas duas relações.

A partir da constatação preliminar tal qual se reconhece a legitimidade da existência das duas relações entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, complementaridade e competitividade, especifica-se sobre a natureza dessas relações entre dois núcleos urbanos distintos que ao mesmo tempo se completam entre si, no que tange para as suas especialidades funcionais, apresentam dinamismos urbanos no sentido de cooptarem, cada qual, o controle da rede urbana regional, seja devido aos próprios papéis urbanos desempenhados por ambos seja devido para as projeções que apontam para prováveis inversões hierárquicas.

Ressalta-se, entretanto, que a ideia central deste trabalho desprende-se de previsões de cunhos quantitativos ou qualitativos entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, mas considera complementaridade e competitividade variáveis que, de modo associado, compõem uma sinergia de sustentação da hierarquia da rede urbana do Oeste Baiano. Destarte, esta pesquisa se constitui como objetivo de pesquisa descritiva que, nas palavras de Gil (2008, p. 28), visa além de “descobrir a existência de associações entre variáveis”, como também pretende “determinar a natureza dessa relação”. Dessa maneira, consta como basilar a revelação da natureza da sinergia entre complementaridade e competitividade.

Cabe frisar que esta investigação, com natureza de abordagem eminentemente qualitativa, igualmente constitui-se como objetivo de pesquisa explicativa, de modo que possa permitir uma visão diferenciada da realidade disposta e, por isso, com base nas palavras de Gil (2008, p. 28), “aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Logo, ao mesmo tempo em que se explica uma realidade previamente complexa, ou aparentemente simples, corre-se o risco de imprecisões, tornando a pesquisa desprovida de enrijecimentos e aberta para contrapontos e divergências em suas elucidações.

No primeiro capítulo a discussão bibliográfica se sustenta no debate teórico complementar e conceitual sobre redes e produção de territórios, reforçando colocações preliminares a respeito de redes por Santos (2014a), Coelho Neto (2013), Dias (2012), Dupuy (1998) e Raffestin (1993), incluindo contribuições referentes a redes técnicas por Castilho (2016 e 2017), Silveira (2003) e Arroyo (2015). A relação desse primeiro

conceito com a produção territorial se reforça com colocações de Santos (2014a), Raffestin (1993), Coelho Neto (2013) e Castilho (2016). Em consequente, são destacadas as peculiaridades de uma dada rede urbana, sustentando-se, primordialmente, em acepções de Bessa (2010, 2013 e 2015) e Corrêa (1988, 1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2011a e 2011b). A respeito dos agentes produtores espaciais, com ênfase para aqueles vinculados às redes urbanas, destacam-se contribuições de Corrêa (2011b), Carlos (2011), Capel (1974), Silveira (2003) e Dupuy (1998).

No segundo capítulo a discussão bibliográfica se delibera com contribuições teóricas a respeito das relações espaciais em redes urbanas de Brandão (2012), Bessa (2010 e 2013), Castells (2003), Corrêa (2011b e 2018), Silveira (2003), Santos (2014a e 2012) e, principalmente, de Sposito (2011). A problemática escalar se junta à abordagem de Sposito (2011), Castro (2012), Corrêa (2018) e Silveira (2004), incluindo a questão da globalização no bojo da articulação entre escalas distintas, com Bourdin (2001), Santos (2013) e Corrêa (1999).

No terceiro capítulo a periodização da rede urbana do Oeste Baiano é tratada por meio dos reforços bibliográficos de Brandão (2009 e 2012), Rocha (2004), Almeida (1996, 2005), Santos (2016a, 2016b, 2018a, 2018b e 2019), Machado (2002), Santos Filho (1989), Pamplona (2002), Haesbaert (1995), Santos (2007), Sampaio (2012), Santos e Chaves (2014), Diniz (1982), Elias (2011) e Corrêa (1988, 1989, 1994 e 2012), além dos levantamentos documentais da Biblioteca Nacional (1977), do IBGE (1900, 1958a, 1958b, 1980, 2010 e 2016), de Motta (2020), de Barreiras (1988) e de Luís Eduardo Magalhães (2020).

No quarto capítulo a discussão se sustenta por meio de dados de natureza documental, como informações pertinentes ao levantamento de agentes produtores territoriais em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães, localizados em sítios eletrônicos institucionais, como a base de dados do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), informações localizadas no sítio eletrônico da Receita Federal, informações acerca de instituições de ensino superior públicas, como o Instituto Federal da Bahia (Ifba), a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), dos dados da Estatística Bancária (Estban) do Banco Central do Brasil (BCB), informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras fontes de mesma natureza documental, incluindo o recente levantamento do Regic de 2018 e ainda do levantamento disponibilizado da Ufob, concernente a informações a respeito da naturalidade de seus discentes, e do Hospital do

Oeste (HO), concernente a informações a respeito da naturalidade dos pacientes atendidos em recente período.

No quinto capítulo, a discussão se sustenta por meio de dados de natureza documental, obtidos de relatórios retirados em sítios eletrônicos, como o relatório da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018 do IBGE, a respeito da produção agropecuária de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães no intervalo de 2014 a 2018, e informações encontradas na plataforma Comex Stat, do Ministério da Economia, referentes à exportação e importação no intervalo de 2000 a 2019, os quais são traduzidos em tabelas e ilustrações. Acrescentam-se ainda breves complementações teóricas de Santos (2014a), Castillo et al. (2016), Corrêa (2006) e Pequeno e Elias (2015), que permitem à inferência da ideia da conformação de uma rede urbana regional funcional ao agronegócio na região do Oeste Baiano.

Posteriormente aos capítulos, acrescenta-se uma nota conclusiva, designada “Considerações Finais”, na qual se faz um breve resgate geral da pesquisa, demonstrando o alcance dos objetivos pretendidos, bem como as limitações que impediram maiores avanços no aprofundamento da discussão. Em suma, as pretensões, na sua maioria, foram atingidas e o problema apresentado na parte introdutória se correlaciona a determinada possibilidade hipotética, a qual é justificada como sua própria confirmação.

CAPÍTULO 1

REDE URBANA E PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS

A rede urbana se constitui como instrumento de compreensão das contradições socioespaciais dispostas nos espaços de economia fortemente globalizada, verificando-se uma gama de abordagens possíveis por meio de seu estudo. Para além das análises baseadas na visualização do inteligível das suas estruturas dimensionais, funcionais e espaciais¹, a rede urbana, por ser materialmente espacializada, é resultado das relações socioespaciais em determinado território, portanto, resultante da produção de territórios. Diante das possibilidades de abordagens, este capítulo se desdobra em quatro tópicos na persistência de vincular a rede urbana, junto a suas singularidades, à produção de territórios.

Em primeiro, no tópico “Rede urbana: etimologia do conceito”, busca-se elucidar o significado da palavra rede urbana, aproximando-a da etimologia do conceito rede e fazendo uma analogia para as configurações socioespaciais atuais, destacando singularidades verificadas em uma dada rede urbana. Acrescentam-se as relações que as redes das mais diversas naturezas, aproximando-as ao caso específico das redes urbanas, estabelecem no espaço geográfico e a força que essas redes têm no sentido de desvendar a dinâmica complexa do próprio espaço geográfico.

Em segundo, no tópico “Uma projeção da organização espacial resultante das relações de poder”, procura-se entender a rede urbana não necessariamente como uma categoria de análise geográfica, mas como um conceito vinculado à organização espacial, sendo essa última considerada como a categoria pertinente a esse conceito. Ademais, atrela-se a organização espacial às relações de poder, pois além de ser uma representação da materialidade do espaço geográfico, a rede urbana é um meio de desvendar o processo de produção de territórios baseado nas relações de controle sobre uma porção do espaço geográfico.

A terceira parte, “Rede urbana e divisão territorial do trabalho”, está relacionada aos tipos de abordagens apontados por Corrêa (2006) e que devem ser considerados nos estudos sobre redes urbanas: divisão territorial do trabalho, ciclos de exploração, periodização e forma espacial. Nesse terceiro item, dá-se a ênfase para a divisão territorial do trabalho, não mais importante quanto às demais abordagens, no entanto

¹ A respeito das estruturas dimensionais, funcionais e espaciais, ver Corrêa (2004).

alternativa escolhida para compreender a lógica e o funcionamento desse tipo particular de rede, com base nas relações de poder de cunhos econômico e político.

Finalmente, a quarta parte, “Agentes produtores da rede urbana e suas inter-relações”, busca identificar os principais agentes produtores espaciais da rede urbana, detentores dos meios que viabilizarão o processo de circulação da produção por meio de redes, especialmente industriais e de serviços. Nesse item são apontadas práticas e estratégias que, embora pareçam similares e complementares entre si, apresentam conflitos de interesses tanto nos centros urbanos, quanto entre os mesmos.

1.1 – Rede urbana: etimologia do conceito

Aprofundando-se à etimologia conceitual de rede urbana, essa provém do conceito de rede tal qual pode ser abordado em diversas áreas científicas e com forte aparato empírico, ocasionando popularidade e incerta polissemia, pois, assim como salienta Santos (2014a, p. 261-262), “tudo invade, afrouxa o seu sentido e pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambiguidades, quando o termo é usado para definir situações”.

A rede possui história evolutiva marcada de “distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando novas significações na medida em que o mundo se tornou mais complexo”, resultado das revoluções da técnica e da ciência (COELHO NETO, 2013, p. 20). Esses contextos históricos podem ser, generalizadamente, caracterizados por três períodos, conforme analisa Santos (2014a).

Em um primeiro período, designado “pré-mecânico”, “o engenho humano” subordinava-se às condições impostas pela natureza e, devido a essas condições territorialmente limitadas, as redes, formadas por um “componente de espontaneidade”, servindo a uma pequena vida de relações, atendiam demandas locais satisfatoriamente, com circulações restritas, desvendando um baixo grau de competitividade entre grupos sociais (SANTOS, 2014a, p. 264).

Em um segundo período, coincidido com o alvorecer da modernidade, igualmente assinalado como período “mecânico intermediário”, “as redes assumem o seu nome, mediante o caráter deliberado de sua criação”, com certo aumento das relações de consumo por meio da abertura de rotas marítimas, que formavam uma cadeia comercial controlada, majoritariamente, por Estados-nações, ressaltando-se, entretanto, suas limitações ao progresso técnico da época (SANTOS, 2014a, p. 264).

O terceiro e último período que se assinala é referente ao momento convencionalmente destacado como “técnico-científico-informacional”, em que as redes possuem seus suportes parcialmente fixados nos territórios “e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos”, suportes esses identificados como pontos, não sendo mais delineadas apenas materialmente, visto que os espaços são organizados por meio das ordens estabelecidas de lugares distantes (SANTOS, 2014a, p. 264).

Coelho Neto (2013), baseado nos estudos de Musso (2004), assinala que a rede pode ser ordenada em dois planos: o de raciocínio e o de organização espaço-tempo. No primeiro plano, o de raciocínio, a rede é utilizada por diversas disciplinas para a explicação de “sistemas complexos”, e no segundo, o de organização espaço-tempo, a rede “é concebida como matriz técnica, remetendo-se a existência de um denso, complexo e interligado sistema de infraestruturas técnicas” que concebem possibilidades de organização das sociedades (COELHO NETO, 2013, p. 22). Sob essa lógica, a rede urbana pode ser acoplada aos dois planos, pois além de ser mais do que um simples conjunto de sobreposições de redes técnicas (observando para o plano de organização espaço-tempo), é compreendida, devido a sua própria natureza, significado e forma espacial, como um sistema complexo (observando para o plano de raciocínio).

Na atualidade, a análise da rede², sendo essa uma construção humana formada, “inseparavelmente, de objetos e ações” (SANTOS, 2014a, p. 98), é concebida de maneira renovada devido às recentes mudanças no espaço geográfico, pertinentes às técnicas, procurando suas relações com o acelerado processo de urbanização, “com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades”, tratando-se de um “instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial” (DIAS, 2012, p. 149), pois, conforme observa Dupuy (1998, p. 54), indubitavelmente, “hoy es indispensable comprender la nueva significación de las redes como organización de la relación de una sociedade com sus territorios”.

Nesse sentido, segundo Corrêa (2006, p. 15), em relação ao processo de urbanização, a rede urbana, como uma especificidade de rede, “passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente”, pois, por

² Uma dada rede pode ser examinada segundo dois enfoques inseparáveis: um genético e outro atual. “No primeiro caso, são vistas como um processo e no segundo como um dado da realidade atual [...]. Já o estudo atual supõe a descrição do que a constitui, um estudo estatístico das quantidades e das qualidades técnicas mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano”. (SANTOS, 2014a, p. 263).

meio deste tipo particular de rede, bem como de vários outros tipos de redes a ela vinculada, como as de transporte e de comunicações, “distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial”.

A respeito da divisão territorial do trabalho, Dias (2012, p. 152) afirma que as novas redes relacionadas com as “novas formas organizacionais de produção marginalizaram centros urbanos que tiravam sua força dos laços de proximidade geográfica”, alterando significativamente, e por consequência, a hierarquia da rede urbana, a qual era estabelecida e designada tradicionalmente em “esquema piramidal”, como destacado por Santos (2014b, p. 61).

Sobre a diferenciação entre centros urbanos, que podem ser provenientes do mesmo processo de criação³ e que não foram diferenciados pelas suas características genéticas, no entanto respondem a processos diversos de evolução urbana, Bessa (2013, p. 56) acrescenta que essa “resulta em mudanças nos conteúdos e nas formas espaciais das redes urbanas”. Essa distinção ainda é notória devido à combinação dos elementos inerentes à rede urbana, tais como a gênese dos núcleos urbanos, seus respectivos tamanhos, suas respectivas funções urbanas, as interações internas e externas que esses centros mantêm em uma dada organização socioespacial e a forma espacial da própria rede urbana (CORRÊA, 2000).

Retomando-se ao conceito de rede, suas definições se multiplicaram ao longo dos tempos, todavia é importante destacar que, dentre suas características, tais conceituações se enquadram, conforme apontado por Santos (2014a, p. 262), em “duas grandes matrizes”, sendo a primeira considerando seu aspecto material e a segunda considerando o seu aspecto social e político, inter-relacionadas, pois, no caso de dissociação entre ambas, pode-se, demasiadamente, atribuir-lhe à rede um caráter meramente abstrato.

Outra característica importante de uma dada rede é a sua flexibilidade, tal qual é apontada por Raffestin (1993, p. 204) pela sua capacidade de se adaptar “às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo” moldando-se “conforme as situações concretas”, sendo, portanto, um instrumento móvel e inacabado. Segundo o mesmo autor, essa mutabilidade dependerá diretamente dos agentes geradores e controladores dos pontos da rede, ou melhor, “da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes” (RAFFESTIN, 1993,

³ Em contrapartida, “a coexistência, no presente, de núcleos urbanos criados em momentos diversos atesta a ação de diversos processos capazes de gerarem centros urbanos em tempos distintos” (CORRÊA, 2011a, p. 96).

p. 207) e ainda, como acrescentado por Dias (2012, p. 159), dos “eventos determinados por interações locais e projetos definidos por concepções globais sobre o papel das técnicas de informação e de comunicação”, sem ceder, entretanto, a um determinismo tecnológico, como pondera Dupuy (1998).

Segundo Santos (2014a, p. 265), o que diferencia uma dada rede atual com a rede de tempos pretéritos é o seu caráter deliberativo, graças aos “recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação”, ou seja, a estruturação de quaisquer redes “supõe uma antevisão das funções” que essas irão desempenhar, inclusive “sua forma material” e “suas regras de gestão”.

Ainda de acordo com Santos (2014a, p. 266) sobre outro atributo essencial de uma dada rede atual, configura-se a propriedade de conexão entre os espaços das mais diversas distâncias, por via da materialidade e do discurso ou, em outras palavras, pela “linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes”.

Por sua vez, a rede urbana é vinculada a vários tipos de redes, inclusive de redes técnicas, sendo essas últimas particularidades de rede explicitadas por Castilho (2017, p. 20) como instrumentos de “expansão da modernização e de conexão dos lugares”, visto que permitem conectar os espaços distantes, apoiadas no predicado da “maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e informações”, conforme asseverado por Dias (2012, p. 142), Portanto, e não resumidamente a uma simples sobreposição de redes técnicas, a rede urbana, na condição de uma particularidade de rede, é flexível, conectiva e deliberativa, caracterizando-se por sua principal característica como emissora de uma projeção da organização espacial.

1.2 – Uma projeção da organização espacial resultante das relações de poder

Como bem observa Silveira (2020, p. 311), a rede urbana se trata de um conceito “ainda em construção”. Contudo, compreendê-la como uma projeção de uma dada organização espacial é, necessariamente, recorrer à definição dessa primeira, concebida como um “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”, bem como sua respectiva hinterlândia, em uma complexa diferenciação entre os centros urbanos que compõem tal segmento de rede (CORRÊA, 2006, p. 16). Esse panorama de distinção entre os centros urbanos traz em sua origem, no que concerne à diferenciação entre os espaços, ensinamentos consagrados, como o da revisão da teoria das localidades

centrais⁴, pois essa teoria tem, em sua essência, o teor da organização espacial, especialmente “[...] da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social” (CORRÊA, 2011a, p. 17).

A organização espacial⁵, por sua vez, “é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem” e, na condição de materialidade, consistindo-se de uma natureza secundária produzida socialmente para a garantia da reprodução social, pode ser abordada sob o enfoque das categorias de análise: estrutura, processo, função e forma (CORRÊA, 1991, p. 53). A rede urbana, ao possuir uma forma no espaço geográfico, corresponde a um tipo de organização espacial e está ligada às mesmas categorias de análise da totalidade social, encontrando-se materialmente espacializada, (CORRÊA, 2006).

Essa materialidade espacial da rede urbana está diretamente intrínseca ao avanço das redes técnicas, cujo movimento “forma necessariamente espaços privilegiados (ou espaço dos privilégios) para atender a determinados grupos que, em função disso, também ocupam posições privilegiadas” (CASTILHO, 2016, p. 61-62). Logo, as redes técnicas se estruturam no território, estando, intrinsecamente, relacionadas à localização das atividades econômicas (SILVEIRA, 2003), ou seja, nas palavras de Arroyo (2015, p. 41), “participam diretamente na estruturação do território e existem de forma associada e justaposta à rede urbana”.

Apesar de a rede urbana representar a materialidade espacial, é importante a observância de que a mesma não se resulta de um objeto meramente técnico, tampouco se restringe a essa materialidade espacial, mas, por estar justaposta a outros tipos de redes, as quais os avanços técnicos e econômicos levam-nas para condições globais, torna-se incompreensível visualizá-la, estritamente, local ou regionalmente (SANTOS, 2014a), pois as redes, inclusive as redes técnicas, possuem dinamismos, mas não carregam em si o princípio dinâmico do movimento social, tal qual é motivado por dinâmicas, locais ou globais, provenientes de grandes organizações (SILVEIRA, 2003). Essas organizações, formadas por empresas e corporações, animam e controlam as redes, atribuindo funcionalidades para as mesmas por meio de um sistema de ações.

⁴ A teoria das localidades centrais, Central places in southern Germany, foi formulada por Walter Christaller, em 1933, sendo traduzida para o inglês, em 1966 (CORRÊA, 2011a).

⁵ “É conveniente esclarecer que a expressão organização espacial possui, a nosso ver, vários sinônimos: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.” (CORRÊA, 1991, p. 54).

Não se deve desconsiderar, no entanto, que a rede urbana, como uma projeção da organização espacial e um tipo peculiar de rede, tem sua estrutura como condição para o exercício do poder, inclusive do poder regional, o qual deve ser concebido como uma “capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização” (SANTOS, 2014a, p. 271).

Conforme a consideração da não existência da homogeneidade espacial, logo as redes urbanas igualmente não são homogêneas, e em um espaço onde há a sobreposição de redes, leva-se em conta o seu “aproveitamento social”, o registro de “desigualdades no uso” e a diversidade no “papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento”, como também no caso das redes urbanas (SANTOS, 2014a, p. 268).

Relacionar o conceito de rede urbana à produção de territórios parte da perspectiva da superação das distintas lógicas espaciais dos conceitos de rede e de território⁶, os quais podem estar vinculados às horizontalidades e às verticalidades. Segundo Santos (2014a, p. 284), as horizontalidades são “a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada” e as verticalidades agregam “os outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla” econômica, política e geograficamente, de modo que as verticalidades representam uma ampla cooperação econômica, política e geográfica, em comparação às horizontalidades.

Concorda-se com Haesbaert (1997, p. 92) a respeito de que “o território sempre foi constituído de redes”, as quais passaram de elemento constituinte dos territórios, “na territorialidade mais tradicional e fechada”, a elementos constituidores, em que os territórios se tornaram “meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede”. Entretanto, é preferível sustentar-se na acepção de Raffestin (1993), que “elabora uma matriz espacial para leitura da produção territorial, esboçando uma imagem (representação abstrata) do sistema territorial com pretensão de aplicabilidade universal”, considerando atores sintagmáticos, que denominaremos a diante de agentes produtores espaciais, e suas práticas espaciais, construtores de redes e nós no território, que traduzem a própria produção de territórios (COELHO NETO, 2013, p. 30).

⁶ A respeito da relação entre os conceitos de rede e território, Coelho Neto (2013, p. 20) acrescenta: “Por um lado, prevalecem posições dicotômicas que propugnam a incompatibilidade da associação entre rede e território, assentadas na defesa de que seriam portadores de lógicas espaciais distintas e irreconciliáveis. Por outro lado, mesmo admitindo suas especificidades, prevalece um entendimento que aponta na direção das possibilidades de uso conjugado dos dois conceitos, amparado em reciprocidades e implicações”.

Em outras palavras, a rede urbana, sendo um sistema territorial, estaria, nesse sentido, atrelada às horizontalidades e às verticalidades, pois sua forma espacial seria composta por uma superfície, de contiguidades e de fixos, termos-referência ao território, e, ao mesmo tempo, por nós/linhas, de descontinuidades e de fluxos, termos-referência à rede.⁷

Tornando-se cada vez mais globais, as redes urbanas se comunicam com o local constantemente, estabelecendo relações e conexões, segundo as quais, como salienta Castilho (2016, p. 53), “dão sentido à integração, às trocas, às transformações e à funcionalidade dos lugares”. Contudo, os lugares se diferenciam, não pela sua independência, mas devido ao seu “caráter único” e, principalmente, pela heterogeneidade dos fenômenos que inter-relacionam e interconectam com cada lugar (HARTSHORNE, 1951, citado por CASTILHO, 2016, p. 53), fenômenos esses permeados por redes urbanas.

Nesse sentido, depara-se com uma dialética entre o local e o global, mediada pela rede urbana, provocando o encontro da discussão a respeito da divisão territorial do trabalho, à qual a própria rede urbana, analisada de uma perspectiva escalar regional⁸, faz parte, inegável e eminentemente, pois essa divisão territorial do trabalho “em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista. Redes que se manifestam em uma cada vez mais complexa rede urbana” (CORRÊA, 2011a, p. 108).

1.3 – Rede urbana e divisão territorial do trabalho

Os estudos sobre redes urbanas têm considerado abordagens tradicionais, dentre as quais se destacam: “diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região”; abordagens essas consideradas importantes, mas não necessariamente excludentes, podendo, inclusive, estar interpenetradas (CORRÊA, 2006, p. 17).

⁷ Baseado na sistematização de Coelho Neto (2013, p. 27), a respeito dos termos-referência da dicotomia território-rede, relacionados à forma espacial.

⁸ Sobre a escala regional, essa perspectiva, em estudos de redes urbanas, é considerada uma escala espacial adequada, na qual “constitui traço fundamental da ação humana, relacionada a práticas que se realizam em âmbitos espaciais mais limitados ou mais amplos, mas não dissociados entre si” (CORRÊA, 2011b, p. 41-42).

Todavia, segundo Corrêa (2006, p. 25), os tipos de abordagens supracitados “são incapazes, ainda que em graus diversos, de revelar a natureza e o significado da rede urbana”. Desse modo, analisar a rede urbana, cujos objetivos se estendam ao alcance da sua natureza e do seu significado, induz a enfoques voltados para a divisão territorial do trabalho, para os ciclos de exploração, para a forma espacial e à periodização, de modo que esses quatro ângulos inerentes à rede urbana não se excluam mutuamente, mas permitam ao encontro do propósito autêntico, o de encontrar a sua natureza e o seu significado (CORRÊA, 2006).

A respeito da divisão territorial do trabalho, a rede urbana é o reflexo dessa “em razão de vantagens locacionais diferenciadas”, verificadas tanto pela hierarquia urbana, quanto pela especialização funcional de determinado centro, e, igualmente, é a condição para a divisão territorial do trabalho, visto que a cidade “passou de certo modo a controlar a produção rural”, via funções urbanas articuladas por corporações multifuncionais e multilocalizadas, que geram diferenciações espaciais entre centros (CORRÊA, 2006, p. 26).

Corrêa (2006) ressalta que, apesar de detectado certo tipo de autonomia, a rede urbana de países considerados subdesenvolvidos é uma intermediação de decisões geradas de redes urbanas de países considerados centrais, à medida que essa primeira é uma extensão de uma cadeia mundial de cidades, fazendo, portanto, parte da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, as redes urbanas respondem a um progressivo processo de integração econômica e também política, pois se estruturam da constante necessidade de reprodução socioespacial.

Os ciclos de exploração estão relacionados aos processos de criação, apropriação e circulação de novos excedentes, tais quais são intermediados por centros urbanos, ou a rede urbana, acontecendo em dois momentos: no primeiro, a cidade que encabeça a rede urbana extrai do campo e de cidades menores renda fundiária, produtos agrícolas e força de trabalho; e no segundo, a mesma cidade que encabeça a rede, exporta para os centros subordinados e para o campo “capitais, novos usos da terra, força de trabalho, ideias e valores, e bens e serviços”, retroalimentando o primeiro ciclo em um relacionamento desigual (CORRÊA, 2006, p. 30-31). Na concepção de Bessa (2010, p. 37), ambos os ciclos “contribuem, de maneira significativa, com os processos de diferenciação entre os centros urbanos”.

Corrêa (2006) demonstra que, ao depender da sua posição em um conjunto de centros urbanos, os centros localizados na base da rede urbana tendem a ser duplamente

explorados, na medida em que se tornam dependentes de uma articulação estabelecida por exportação de matérias-primas e de produtos de baixo valor agregado e pela forçada importação de bens e produtos de alto valor agregado, redirecionando, nesse sentido, a lucratividade para os centros localizados no topo da rede.

A forma espacial é “uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades”, não podendo ser dispensada das relações com as demais categorias de análise da totalidade social: estrutura, processo e função; pois “é através da forma que uma função se realiza”, especificamente as funções urbanas que se derivam de processos de “criação, apropriação e circulação do valor excedente”, processos esses inerentes à estrutura do próprio capitalismo (CORRÊA, 2006, p. 37).

Nesse sentido, é cabível explicitar tanto as formas espaciais simples de redes urbanas, como as redes dendríticas, resultante de processos sócio-históricos que atribuíam singularidades à rede, tais como a excentricidade locacional dos centros de maior importância, a predominância de centros indiferenciados e as relacionais unidirecionais entre os mesmos (CORRÊA, 1988), quanto, e distintamente, formas espaciais complexas, como as redes de múltiplos circuitos, resultantes “da ação de vários processos, cada um implicando localizações específicas, datadas de uma lógica que, se não é inexorável, é simultaneamente própria a cada atividade e ao momento de sua implantação”, conforme apontado por Corrêa (1994, p. 77).

Por sua vez, a periodização é a “reconstrução do tempo espacial, isto é, a evidencição dos momentos que caracterizam o processo de elaboração da rede urbana, bem como das formas criadas em cada momento”, podendo ser constituída por períodos longos e curtos, que variarão de acordo com os processos sociais temporalmente desiguais interferentes sobre dada rede, sendo essa periodização espacialmente desigual (CORRÊA, 2006, p. 41).

Sobre a periodização, Bessa (2015, p 177) acrescenta a necessidade de uma análise diacrônica, independente da curta ou longa duração do recorte espaço-temporal, pois a diacronia revelará tanto a relativa estabilidade quanto a mutabilidade de uma rede urbana, incluindo o seu momento de ruptura, bem como “a dimensão dos processos gerais que engendram a situação geográfica no todo e na diversidade de suas expressões particulares”.

Contudo, o objetivo de um estudo de rede urbana deve estar relacionado à compreensão da especificidade dessa rede no processo de criação, apropriação e

circulação do excedente, tomando cuidado para que esse estudo não caia demasiadamente em equívocos, tais como conferir legitimidade na defesa do desenvolvimento capitalista ou fazer “uma apologia desenvolvimentista que autonomiza a cidade”, na qual a cidade simplesmente se subordina ao campo, pois a rede urbana é uma “especificação da totalidade social e uma fonte para a compreensão desta mesma totalidade social” (CORRÊA, 2006, p. 45).

Por isso é importante a observância ao enfoque da divisão territorial do trabalho, e não apenas aos ciclos de exploração ou às demais abordagens, notando-se que, em sua particularidade, há um conjunto de ordens de naturezas políticas e econômicas que se desloca em sentido vertical, de modo que centros urbanos que possuem “posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação” (SANTOS, 2014a, p. 273).

Portanto, a rede urbana possui uma natureza hierárquica, a qual se configura na base da rede centros de pequeno porte, designados como centros locais e centros regionais, que respondem a essa dinâmica estabelecida, exercendo, comumente, a um comando técnico, “ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita” (SANTOS, 2014a, p. 273).

Em contrapartida, o comando político da produção se concentra em centros urbanos mundiais, enquanto os centros locais ou regionais exercem, majoritariamente, o comando técnico sobre o território que os rodeia, sendo esse primeiro comando “residual e incompleto”, dependente da “configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional” (SANTOS, 2014a, p. 273).

Posta como um instrumento técnico e geográfico próprio da divisão internacional do trabalho, cujas ordens políticas e econômicas estabelecidas por estruturas multifuncionais e multilocalizadas, com suas respectivas matrizes sediadas em cidades mundiais⁹, a rede urbana possui, em seu cerne, a circulação e a comunicação, atributos qualificados por Raffestin (1993, p. 200) como “faces da mobilidade”, pois essas características “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias”.

⁹ “As cidades mundiais ou globais, sedes das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, constituem, no final do século XX, os epicentros de numerosas, complexas e desiguais redes que tomaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e globalizada”. (CORRÊA, 2011a, p. 108).

Enquanto a circulação está associada ao material (visível), aos fluxos de pessoas e mercadorias sobre as redes, instrumentos de excelência do poder, a comunicação está associada ao não material (não visível), o que não significa menos importância de uma em relação à outra, porém o poder “se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural”, sendo esse poder devendo ser mais procurado na comunicação do que na circulação (RAFFESTIN, 1993, p. 203).

Como circulação e comunicação estão sobrepostas sobre suas respectivas redes específicas, essas redes “contribuem para modelar o quadro espaço-temporal [...] e são inseparáveis dos modos de produção”, sendo desenhadas, construídas, utilizadas e consumidas de acordo com os meios dispostos, “dos códigos técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos”, bem como dos objetivos dos seus detentores (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

A rede urbana, por ser ainda composta de redes diversas, dentre essas de circulação e de comunicação, por sua mediação, “viabiliza-se o cada vez mais complexo ciclo de reprodução do capital e a divisão territorial do trabalho”, conforme observa Corrêa (2006, p. 7). Recordar-se que a “divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço” (SANTOS, 2014a, p. 270) e impõe distinção entre os centros urbanos, pois “cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 21).

Desse modo, é importante identificar os agentes produtores espaciais, condutores dos mais diversos tipos de redes, dentre essas de circulação, “mediadoras indispensáveis à reprodução social” (RAFFESTIN, 1993, p. 214), e de comunicação, para não apenas descrever a rede urbana em si, mas compreendê-la em seu funcionamento, significado e natureza, entendendo a dinâmica que lhe é proporcionada por uma determinada complexidade de uma organização espacial específica, ou uma produção de territórios, e como esses agentes participam dos processos sociais, históricos, políticos e econômicos que direcionarão para a formação, estruturação, reestruturação e dinâmica da própria rede urbana.

1.4 – Rede urbana, agentes produtores e suas inter-relações

No âmbito das relações sociais de produção, os agentes produtores espaciais expressam, nas palavras de Corrêa (2011b, p. 43-44), “necessidades e possibilidades

sociais. Sob essa lógica de reprodução, o espaço é transformado em mercadoria, devendo ser compreendido em seus novos conteúdos e como os reprodutores espaciais irão apropriá-lo e usufruí-lo¹⁰ (CARLOS, 2011).

Dentre os agentes produtores espaciais, inseridos nessa espaço-temporalidade de formação socioespacial capitalista, estão o capital privado, agente estratégico e articulado com outros setores da economia, os agentes políticos que se apropriam do Estado, instituição de legitimação e de “dominação política” possuidora de múltiplas funções, especialmente a da mediação de conflitos de interesses antagônicos, e os demais sujeitos sociais, que “têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação”¹¹ (CORRÊA, 2011b; CARLOS, 2011, p. 64). À margem desse contexto de reprodução socioespacial estão os grupos sociais excluídos, que não fazem parte desse processo de legalidade, pois, na concepção de Capel (1974, p. 19), os espaços “no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses”.

Inerente a essa produção de territórios, para Corrêa (2011b, p. 41), a rede urbana se deriva “da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios de cada um, ora são comuns”, sendo conflituosos entre si ou com outras frações da sociedade, em razão das estratégias e práticas adotadas para sua própria manutenção e reprodução. Tais agentes serão cada vez mais exigentes, principalmente no que diz respeito à fluidez, resultando no aumento da complexidade da divisão territorial do trabalho e das formas de circulação (SILVEIRA, 2003).

No que concerne à organização e evolução da rede urbana, seus reprodutores estão ainda ligados à materialidade espacial, portanto, não são aqueles resultantes da ‘mão invisível do mercado’ (CORRÊA, 2011b) e, geralmente, são vinculados aos setores de grandes redes de empresas industriais e de serviços, tais quais, como aponta Capel (1974, p. 24), utilizam de vantagens locacionais para sua reprodução “en relación con las redes de comunicaciones y con otras infraestructuras” (CAPEL, 1974, p. 24), com o auxílio do Estado que, com suas múltiplas funções, “se efetiva na escala da rede urbana” e, dada sua complexidade, tem “pesos distintos no tempo e no espaço” (CORRÊA, 2011b, p. 46),

¹⁰ Essa apropriação se decorre de maneira privada, isto é, “o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso” (CARLOS, 2011, p. 60).

¹¹ Tais sujeitos são concebidos como agentes da prática socioespacial, que se realizam em um espaço-tempo, “como um processo de produção, apropriação reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos”, ou seja, em suas próprias contradições (CARLOS, 2011, p. 64). Por sua vez, a prática socioespacial se realiza na escala local, todavia, está cada vez mais articulada à escala global (CARLOS, 2011).

assegurando, conforme indica Carlos (2011, p. 65), “as condições de reprodução através das relações de dominação”.

Desse modo, as grandes redes de indústrias e empresas não são implantadas para atender uma simples lógica de necessidade de suprir as demandas sociais locais, a maioria “aprovechó muy directamente de esta política por lo que respecta a la financiación y a la obtención de las autorizaciones en o bajo las vías públicas” (DUPUY, 1998, p. 46). Os agentes mais importantes, em termos de poder e influência econômica e política, detêm as melhores partes de um território, enquanto partes menos atrativas, econômica e politicamente, são deixadas para grupos menos favorecidos. Isso porque a ação desses agentes sociais produtores da rede urbana “está inserida no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada (CORRÊA, 2011b, p. 46).

Os agentes produtores da rede urbana (e do território) não deixam de estar relacionados diretamente com aqueles que se concentram no espaço especificamente urbano, pois há uma dependência entre si. Entretanto, do mesmo modo em que há essa relação de dependência, identifica-se também uma relação conflituosa, a exemplo dos setores industriais com os proprietários fundiários e promotores imobiliários, pois os primeiros, para usufruírem de vantagens locacionais requeridas, necessitam de solo industrial abundante e barato, que poderia ser destinado para atividades mais rentáveis de acordo com os interesses desses últimos (CAPEL, 1974). Desse modo, “os sujeitos entram em conflito em torno da reprodução do espaço no conjunto da sociedade, na cidade” (CARLOS, 2011, p. 65).

Quando há o conflito de interesses entre proprietários fundiários e outros possíveis usuários do solo, como promotores imobiliários, as grandes indústrias obtêm vantagem, tendo em vista que estas possuem poderes econômicos e relações políticas suficientes para competir vantajosamente, pois as indústrias, conforme destacado por Capel (1974, p. 25) “pueden ocupar en último término el espacio que desean, ya que pueden pagar precios elevados, en el caso de que realmente les interese una parcela”.

Alinhados aos setores da grande indústria, os grandes setores de serviços também contribuem para a organização espacial de uma dada rede urbana, isso porque esses adotam escolhas para a localização geográfica de suas sedes e filiais, reforçando o elemento funcional dos centros urbanos e, juntamente, unem-se a forças financeiras e políticas, que dão a esses setores de serviços o poder de pressionar setores da administração dos mais altos níveis para a obtenção de vantagens facilitadoras para suas

instalações e funcionamentos, “aunque también puede dejarse que sea el mismo Estado el que se encargue de la preparación de este suelo, realizando las expropiaciones y construyendo las infraestructuras necesarias” (CAPEL, 1974, p. 26).

As ações dotadas de estratégias e práticas exercidas por agentes sociais da produção de territórios da rede urbana, vinculados a corporações econômicas e também políticas, contribuem tanto para “alterar a funcionalidade dos centros” quanto para “criar uma nova divisão territorial do trabalho, por intermédio da difusão de inovações” (CORRÊA, 2011b, p. 47), e essas ações, superpostas ou justapostas, podem ser marcadas por relações de complementaridades ou de competitividades entre esses mesmos sujeitos, e também entre os centros urbanos, pois as redes estruturam o campo de relações de complementaridades e de competitividades, que estão, inclusive, no âmbito das sociedades (SILVEIRA, 2003). Esse jogo de competitividade ou complementaridade é um jogo territorial e a rede urbana se torna uma arena política, constituindo-se, portanto, um sentido eminentemente territorial.

Nesse sentido, os agentes produtores da rede urbana, por si próprios, estarão vinculados em redes, preferencialmente em redes técnicas, utilizando de suas principais características, como a tecnologia, a flexibilidade e a racionalidade, para fomentar a circulação, de modo que os fluxos se tornam atrativos para o olhar geográfico na análise espacial e na produção de territórios. Ademais, diante de um elevado grau de heterogeneidade espacial, aferida de uma intensificação da divisão territorial por meio da especialização econômica, reafirma-se a dimensão espacial ao atribuir importância à diferenciação entre os espaços geográficos, conforme argumenta Silveira (2003).

Nessa distinção espacial, averigua-se uma relação de complementaridade na medida em que a interdependência entre os lugares se torna lógica e notável, interdependência essa, permitida pelas redes de origens econômicas ou políticas, tornando-se imprescindível observar e analisar as estratégias e os interesses dos agentes produtores das diversas redes e como esses agentes se relacionam com o território, a base para sua instalação, pois é o território que irá informar o conteúdo econômico e político, tendo em vista que a configuração espacial das redes é o resultado das relações entre Estado e mercado (SILVEIRA, 2003).

Entretanto, tais centros urbanos poderão ser complementares ou competitivos entre si, dependendo dos processos sociais espaço-temporalmente desiguais que irão interferir nas suas estruturações e, conseqüentemente, no dinamismo da própria rede urbana. Cabe questionar se as relações de complementaridade, derivadas de uma

interdependência entre os lugares, ou de competitividades, oriundas do embate entre forças econômicas e políticas no território, entre os centros urbanos (e seus respectivos agentes hegemônicos), ambas as relações indissociáveis da divisão territorial do trabalho, serão a principal dinâmica do funcionamento e da utilidade desse tipo de rede.

Em rede urbana “torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação” (CORRÊA, 2006, p. 29), sendo esses pontos os centros urbanos, inclusive suas respectivas inter-relações. Por isso, sua definição transcende um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, configurando-se como um instrumento estruturado por objetos técnicos, especialmente por redes das mais diversas naturezas, sendo materialmente especializadas, contendo diversos significados e sentidos.

Ademais, a materialidade da rede urbana é transcendida por carregar o dinamismo social, isso porque seus agentes produtores, detentores e controladores de diversas redes, especialmente redes de indústrias, de serviços, de transportes, imobiliárias e também de redes políticas (cabe aqui assinalar o papel do Estado como agente fomentador de infraestrutura, sobretudo de circulação e de comunicação), com suas peculiaridades, estratégias e contradições, auxiliam diretamente tanto na produção dos centros urbanos, quanto na influência social, política e econômica das inter-relações entre os mesmos, emanando, assim, a própria produção de territórios.

CAPÍTULO 2

COMPLEMENTARIDADES, COMPETITIVIDADES E SINERGIAS EM REDES URBANAS

A respeito da diversidade e da complexidade das redes urbanas, as relações entre complementaridade e competitividade entre centros urbanos podem ser examinadas na finalidade de compreender não somente a particularidade dessas redes, como o papel que essas desempenham nas relações sociais de produção e os mecanismos que dão sentido às suas dinâmicas e seus significados. Os centros urbanos, frutos da construção de agentes imbricados à rede urbana, são agregados de especializações funcionais e se tornam suportes para o processo de circulação de fluxos, justamente pelo quadro funcional que lhes são atribuídos. Na tentativa de compreender essa dupla relação, complementar e competitiva, este capítulo se desdobra em três tópicos.

No primeiro tópico, “Complementaridades e competitividades”, questiona-se se as inter-relações entre centros urbanos de portes inferiores são apenas de maneira complementar, tendo em vista que a vida político-econômica que anima a rede urbana é também composta de interesses divergentes, no sentido de transformar, de modo constante, os espaços urbanos em ambientes atrativos para a instalação de novos agentes que, por sua vez, aprofundarão as especializações produtivas e, conseqüentemente, as desigualdades socioespaciais no âmbito da divisão territorial do trabalho.

No segundo tópico, “A articulação entre o local e o global”, parte-se do pressuposto de que a rede urbana permite a articulação entre distintas escalas espaciais e, a partir da conexão entre as extremidades escalares, local e global, é estabelecida como uma interlocução conduzida por práticas políticas e, sobretudo, econômicas, que visam atribuir à escala local uma correlação à escala global, considerando a globalização como um processo de interferência à localidade, de modo que essa última estará, crescentemente, condicionada a se tornar um espaço globalizado.

No terceiro tópico, “O papel das relações e das sinergias em redes urbanas”, as relações de complementaridades e de competitividades são tratadas no âmbito da diferenciação entre centros urbanos como relações inerentes ao dinamismo e ao funcionamento da rede urbana, apresentando-se, concomitantemente, como uma resposta de síntese dialética, na qual a escala espacial de análise irá influenciar a preponderância de uma relação em detrimento da outra. Essa sinergia, tratada como um fenômeno particular da rede urbana do Oeste Baiano, é brevemente exemplificada, utilizando-se das

relações entre os principais centros urbanos dessa especificidade de rede, no início do século XXI: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

2.1 – Complementaridades e competitividades

Em um modo de produção com tendência global e informacional, os centros urbanos são, constantemente, incorporados de atividades de redes de empresas interligadas a diversos setores da economia, ocasionando, de um lado, a especialização dos serviços urbanos e, de outro, a complexificação da rede urbana. No que tange à rede urbana brasileira, conforme destaca Brandão (2012, p. 183), essa diversificação e ampliação da economia em diversos setores junto “a presença crescente de atividades e agentes ligados a uma ordem global têm sido fatores cruciais para a reconfiguração da trama que articula as cidades brasileiras”.

Os serviços urbanos, no que lhes concernem, podem se expandir e se descentralizar para as áreas mais periféricas do planeta. Todavia, o que chama à atenção para tais processos de expansão desses serviços são as inter-relações que os centros urbanos de menores portes, locais ou regionais, mantêm entre si no intuito de se agregarem à cadeia mundial de centros, ocasionando, conseqüentemente, uma “extrema diferenciação” entre esses centros, os quais se refuncionalizam e, assim, ampliam as possibilidades de interações espaciais (CORRÊA, 1999, citado por BESSA, 2010, p. 35).

Essas interações, por sua vez, derivam relações que, por ora, aparentam-se recíprocas devido às empresas se estruturarem em “redes de cooperação entre as instituições regionais e entre empresas localizadas na área”, por meio de uma interdependência mútua (CASTELLS, 2003, p. 471), redes essas que, na concepção de Silveira (2003), não possuem neutralidades em referência à dinâmica territorial e que, inclusive, criam e reforçam a dependência mútua dos lugares.

Corrêa (2011b, p. 47) acrescenta que as corporações alteram a funcionalidade dos centros urbanos, “seja pela criação espacialmente seletiva de especializações produtivas, seja pela redução de sua capacidade produtiva, ou, ainda, pela convergência de atividades, criando economias de aglomeração e crescimento urbano”. Junto a essas novas funções incorporadas nos centros urbanos e os respectivos fluxos produzidos por tais funções, averigua-se uma distinção “de natureza hierárquica” de bens e serviços entre os centros, “combinada com diferenças devido às especializações funcionais, geradoras de relações de complementaridade entre cidades” (CORRÊA, 2018, p. 306).

Para Brandão (2012, p. 184), na tradição geográfica, o debate acerca das redes urbanas “busca privilegiar as relações entre as cidades desde o ponto de vista da hierarquização resultante da capacidade que uma urbe possa ter de influenciar e dominar funcionalmente as demais com as quais estabelece vínculos”. Dessa forma, ocorre, a princípio, uma relação de complementaridade entre centros urbanos, de modo em que se verifica uma cooperação entre diversos setores de serviços industriais, comerciais e financeiros.

Por outro lado, Santos (2014a, p. 268-269) salienta que em uma situação na qual “as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares”. Dessa forma, ocorre, concomitantemente, uma notável relação de competitividade entre centros urbanos, na medida em que esses centros se estruturam para se tornarem atrativos e criam condições favoráveis, por meio de recursos materiais e/ou imateriais, cujos objetivos se pautam em atrair atividades econômicas para a geração de riqueza. Nesse sentido, Bessa (2010, p. 40) acrescenta que quando “a relação de complementaridade se enfraquece e a de competitividade torna-se mais forte, amplia-se a diferenciação”, nesse caso, entre os lugares, ou, em outras palavras, entre os centros urbanos.

Segundo Sposito (2011, p. 126), no âmbito do modo de produção capitalista, “reconhece-se uma reestruturação das relações entre cidades”¹² sob diversas perspectivas como, por exemplo, a intensificação de relações entre redes urbanas distintas, “pelo aumento da quantidade e da frequência das interações”, ou pela qualidade dessas interações, implicando essa qualidade, de modo relacional, no aumento tanto da quantidade como da frequência das interações.¹³ De acordo com a autora, o aumento da qualidade das interações espaciais redefine suas respectivas escalas¹⁴, “bem como dos vetores e direções em que os fluxos se estabelecem”, e ocorre, principalmente, para a “ampliação das taxas de lucros”, de modo que se obedece a lógicas específicas de localização das atividades produtivas e das atividades de circulação, conformando “sistemas urbanos com níveis de integração progressivamente maiores” (SPOSITO, 2011, p. 126).

¹² Aqui, a reestruturação é vista pela autora como transformações profundas dos sistemas urbanos, tais quais vistos como conjunto de várias redes urbanas (SPOSITO, 2011).

¹³ De maneira que a quantidade estaria relacionada ao número de interações espaciais, a frequência à intensidade dessas interações, e a qualidade aos tipos de interações espaciais (SPOSITO, 2011).

¹⁴ Não referente às escalas cartográficas, mas sim às escalas geográficas “de diversas dimensões e importâncias” (SPOSITO, 2011, p. 127).

Diante das inúmeras possibilidades de interações espaciais em redes urbanas, trata-se aqui, de modo específico, da relação entre centros urbanos de uma mesma rede urbana e, conseqüentemente, com redes urbanas distintas, partindo da premissa defendida por Sposito (2011, p. 128) de que, desde a modernidade, o movimento que se desenvolve no espaço e no tempo “é o da constituição de uma sociedade, a ocidental, e não o de valorização de diferentes sociedades, historicamente construídas, com seus valores, suas práticas, suas formas de viver e produzir o espaço”.

Sob essa perspectiva, em que se averigua o avanço do modo de produção capitalista em diversos espaços, contudo esse modo de produção não alcançando todas as localidades de maneira igualitária, “enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos” (SPOSITO, 2011, p. 128), inclusive entre suas complexidades genéticas e especializações funcionais, como salienta Bessa (2010).

Em redes urbanas, Bessa (2013, p. 86) assevera que a distinção entre centros urbanos também “está inexoravelmente relacionada com os processos de mudança social e suas espaço-temporalidades distintas”, acrescentando que nesses processos de mudança social e suas distintas espaço-temporalidades “está a base para explicação das diferenças entre os centros urbanos e para a diversidade de suas redes”.

A distinção entre centros urbanos, em sua essência, pressupõe a hierarquização dos espaços, por meio de uma notável divisão territorial do trabalho que não se restringe apenas entre o campo e o centro urbano, como também entre centros urbanos, “tanto quanto uma progressiva ampliação da escala em que essa divisão se estabelece” (SPOSITO, 2011, p. 125). Bessa (2010, p. 40) salienta que, diante desses processos de diferenciação de natureza hierárquica, tais quais “traduzem relações de trocas desiguais”, implica na complexidade da rede urbana, a qual se sujeita “à própria complexidade da divisão territorial do trabalho”.

Contudo, a hierarquia urbana de uma dada rede de centros não é permanente ou estável, pois, além de estar vulnerável para as concorrências entre os centros, se sujeita também ao comportamento dos investimentos de fluxos de capitais, principalmente financeiros, atingindo centros urbanos tanto localizados no topo quanto na base da rede urbana (CASTELLS, 2003).

Desse modo, essa distinção entre os centros é também perceptível e mensurável de acordo com os papéis urbanos desempenhados por cada um, tornando-se, por vezes,

complexa ao depender das funções inerentes de cada centro, do tamanho e da qualidade das funções urbanas, do alcance espacial de uma determinada atividade e do seu grau de importância para uma dada área. Nesse sentido, Sposito (2011, p. 131) indica a necessidade de atenção “para as articulações entre as múltiplas escalas geográficas em que as relações entre as cidades e entre elas e o campo se estabelecem no período atual”.

Na concepção de Sposito (2011, p. 131), as articulações entre múltiplas escalas são possíveis por meio de redes de diversas naturezas, por isso é importante verificar como os agentes produtores e detentores dessas redes, principalmente agentes econômicos e políticos, movimentam-se entre as escalas e projetam, “mais ou menos, as possibilidades de atividades e pessoas, que estão numa dada cidade, para se articularem em escalas mais amplas”, pois esse movimento redefine o “escopo das redes urbanas”, tornando-as complexas. Portanto, não se verifica somente uma relação estritamente hierárquica entre os centros, como uma organização complexa, de modo que essa reorganização do padrão espacial das redes urbanas é caracterizada pela sobreposição de padrões hierárquicos (verticais) e de organizações horizontalmente estruturadas.

Diante dessa reestruturação complexa da rede urbana, resultante da sobreposição de estruturas espaciais antecedentes, os centros urbanos são dotados de papéis correspondentes ao que Sposito (2011, p. 131) institui de “demandas e características das redes hierárquicas, bastante conformadoras de áreas de comandos e, portanto, de continuidades territoriais”, como também de “demandas das atividades que se organizam segundo redes de redes”, ou seja, por meio de descontinuidades territoriais. No que tange tanto às continuidades quanto, e principalmente, às descontinuidades, os agentes se articulam nas diversas escalas possíveis, pois buscam territórios para se reproduzirem com menor custo e maior lucratividade.

Em rede urbana, inclusive na escala interurbana, juntamente a essa combinação entre o vertical e o horizontal, os agentes se movimentam sob influência de decisões econômicas e políticas, “procurando territórios e articulando os pontos das redes e aprofundando as desigualdades das escalas locais às supranacionais” (SPOSITO, 2011, p. 132). Nesse sentido, é importante averiguar não somente os interesses dos agentes hegemônicos, como também frisar para aqueles que têm a capacidade econômica e política de estabelecer essa troca de escalas, dá mais próxima a mais distante, por meio do resultado de suas ações.

Desse modo, os fluxos, sejam de mercadorias, capitais, informações e entre outros, são importantes para explicar determinadas situações, pois esses fluxos vão

atender diretamente aos interesses dos agentes hegemônicos, principalmente para aqueles de naturezas econômicas e políticas, que, por sua vez, adotarão medidas e estratégias para favorecer a fluidez na construção de redes técnicas¹⁵, objetos e, até mesmo, cidades, que serão suportes para esses fluxos e, como resultado das suas ações, suas construções serão incorporadas de valores (SANTOS, 2014a). Portanto, é concordável com Silveira (2003) no sentido de que é necessário considerar a fluidez e a funcionalidade técnica requerida ao território, pois essas evidenciam a importância estratégica e funcional das construções humanas, como as redes técnicas, assim enfatizadas pelo autor.

No entanto, é importante dissociar agentes que somente produzem fluxos daqueles que produzem e criam condições para a circulação dos fluxos, ou à fluidez, pois, não basta apenas produzir, é necessário “pôr a produção em movimento”, conforme assinala Santos (2014a, p. 275). Em outras palavras, é necessário ressaltar que a fluidez, ou as condições para a circulação do fluxo de mercadorias, de informações, de capitais e de pessoas, via rede urbana, é derivada de uma construção conjunta, entre forças públicas e privadas, não sendo suficiente apenas identificar os agentes que produzem as condições da circulação, como também identificar aqueles que irão usufruí-las (SANTOS, 2014a).

Portanto, esses diversos agentes, inerentes à constituição da rede urbana, estarão relacionados diretamente à dinâmica econômica, social e política da construção do espaço e se articularão nas mais diversas escalas, do local ao global, produzindo, intermediando, circulando e usufruindo de fluxos mais diversos, em uma relação dupla, ambígua e não dissociadas, entre complementaridade e competitividade. Enquanto a primeira relação, a complementaridade, está associada à manutenção de trocas desiguais e hierárquicas estabelecidas entre centros urbanos e seus respectivos agentes produtores imbricados também à rede urbana, alinhados a uma concentração espacial urbana de serviços, a segunda relação, a competitividade, está associada ao modo como cada centro urbano e seus respectivos agentes produtores se ascendem nessa mesma rede urbana, seja regional ou nacional, no intuito de se agregarem, de maneira progressiva, à cadeia global de cidades, com a intensificação das trocas de fluxos e, principalmente, na tentativa de inverter ou superar hierarquias preestabelecidas junto à descentralização ou, inclusive, para uma nova concentração espacial dos serviços urbanos.

Enquanto as relações complementares são desencadeadas pelas interações espaciais entre centros urbanos, que se especializam produtivamente, ou entre agentes

¹⁵ Tais redes técnicas são “suportes da competitividade” (SANTOS, 2014a, p. 274).

produtores espaciais, de modo que cada um supre necessidades, individuais ou coletivas, ocorrendo por meio de trocas desiguais no âmbito interno de uma divisão territorial do trabalho, as relações competitivas são movidas por agentes dotados de estratégias e intenções de agregação para uma cadeia superior de centros cada vez mais articulados, ocasionando uma instabilidade na hierarquia urbana, de modo que a rede urbana perde a sua antiga forma espacial e ganha uma nova forma complexa.

2.2 – A articulação entre o local e o global

Segundo Corrêa (2018, p. 309), a rede urbana pode ser considerada uma escala conceitual do urbano, podendo ser analisada por meio de conexões com outras escalas conceituais¹⁶, pois essas conexões “contribuem decisivamente para dar unicidade à análise geográfica do urbano”. Nesse sentido, afirma-se que toda explicação se deve para essa articulação de escalas, pois, na concepção de Sposito (2011, p. 130), “a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e as dinâmicas e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço”, indica para essa premissa de abstração, principalmente porque, conforme corroborado por Castro (2012, p. 119), “a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos sócio-espaciais exigem maior nível de abstração”.

Em outras palavras, diante da complexidade dos processos socioespaciais contemporâneos, em que há uma progressiva ampliação de relações, principalmente relações econômicas, na escala mundial, mediadas por “novos sistemas técnicos” e “práticas políticas” de agentes hegemônicos, necessita-se da ampliação da escala de compreensão “das ações e dos fluxos que as revelam e as sustentam” (SPOSITO, 2011, p. 127). Portanto, a escala deve possibilitar a visualização de tal fenômeno e não apenas medi-lo, pois, assim como assinala Castro (2012, p. 127), os fenômenos têm “uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada”, ou seja, a escala mais adequada permitirá observá-los, dimensioná-los, mensurá-los e, até mesmo, operacionalizá-los.

¹⁶ A rede urbana e o espaço urbano podem ser considerados escalas conceituais distintas, entretanto “não estabelecem uma dicotomia, cindindo o urbano em duas partes que não se tocam” (CORRÊA, 2018, p. 308).

Apesar da necessidade de uma escala tal qual “é o fundamento técnico e metodológico da cartografia”, conforme lembrado por Silveira (2004, p. 88), salienta-se que a escala entendida apenas como uma representação gráfica do espaço esconde a complexidade do próprio termo e a própria complexidade da realidade socioespacial, além de omitir a intenção do sujeito que observa o seu objeto de estudo, cabendo, nesse sentido, superar as dificuldades do raciocínio analógico entre escala geográfica e escala cartográfica, ou seja, conforme destacado por Castro (2012, p. 118), “ir além de uma medida de proporção da representação gráfica do território, ganhando novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real”.

Silveira (2004, p. 88) acrescenta que, tradicionalmente, as escalas geográficas eram associadas às escalas cartográficas, pois, no decorrer do debate sobre escala, os raciocínios historicamente construídos “mostram o peso da ideia geométrica do espaço”. Todavia, a autora destaca que, diante dos processos de globalização e de fragmentação do território, alguns conceitos, dentre esses o da própria escala, sofreram transformações e, por isso, devem ser discutidos para não correrem o risco de perderem seus valores na pesquisa (SILVEIRA, 2004).

Apóia-se, então, na acepção de Castro (2012, p. 136), tal qual a escala “é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida” e atribuindo-lhe uma representação na qual contém “um conjunto de representações coerentes e lógicas”, conjunto esse capaz de substituir o recorte espacial de análise. A articulação entre diferentes escalas é importante para compreender a realidade, pois, assim como reafirma Sposito (2011, p. 128), requer-se “a aceitação de que o processo é complexo e a imponderabilidade é elemento crescente na redefinição do movimento das relações espaço-temporais”.

De outro modo, a leitura da realidade atual poderia apenas exigir “a ampliação das escalas segundo as quais as dinâmicas e os processos se estabelecem”, o que leva para a aceitação de que todos os níveis espaciais inferiores, como o local, o regional e o nacional, ou, em outras palavras, os níveis intermediários e os níveis constituintes de uma dada rede urbana, estariam condicionados e “determinados pelos interesses da escala global” (SPOSITO, 2011, p. 130). Entretanto, uma dada rede urbana contém fluxos verticais e fluxos horizontais, fazendo-se necessário averiguar os níveis de articulações espaciais possíveis, do local ao global, para se entender os diversos níveis espaciais inferiores, inclusive o próprio local.

Na tentativa de apreender o local na condição de objeto de estudo, Bourdin (2001, p. 27) analisa, primeiramente, a localidade sob a perspectiva de uma vulgata localista, tal qual é marcada por três interrogações relacionadas com a “constituição do vínculo social”, com a “especificidade do político” e com “a articulação entre as diferentes escalas da organização social”.

O vínculo social possui três dimensões: a primeira corresponde à correlação entre complementaridade e troca, proporcionada pela divisão social do trabalho social, em que essa última cria diferenças, permitindo, conseqüentemente, o aumento das trocas; a segunda está relacionada ao sentimento de pertença à humanidade; e a terceira dimensão exprime a experiência de partilhar uma cotidianidade similar, tal qual indica o surgimento da proximidade “como produtora do vínculo social” (BOURDIN, 2001, p. 28). A segunda interrogação, a especificidade do político, diz respeito ao questionamento para as clássicas funções do Estado, principalmente no que se refere à sua função de agente do planejamento. Em terceiro, a articulação entre as diferentes escalas da organização social, atribui ao local como algo que, segundo Bourdin (2001, p. 29), “privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”, como um contraponto às imposições da mundialização, sendo, portanto, uma resistência a essa última.

Nesse sentido, sob a perspectiva da vulgata localista, o local é definido como “uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas”, na qual se privilegia a relação com o lugar¹⁷, cabendo então questionar sobre a importância e o conteúdo dessa articulação entre lugares distintos, o que ainda torna essa ideia do local incompleta e insuficiente, sobretudo pelas transformações da contemporaneidade (BOURDIN, 2001, p. 56).

Para Bourdin (2001, p. 59), nessa perspectiva localista, as transformações da contemporaneidade, considerando as mudanças advindas da mobilidade generalizada, “são tratadas como fatores perturbadores e como perigos, mas não se pensa que elas possam produzir novas definições da localidade”. Por isso, o autor recorre ao que, aparentemente, acredita-se que seja o oposto à localidade: a mundialização.

A princípio, Bourdin (2001) apresenta uma contundente crítica da visão de território hierarquizado, na qual a hierarquia “degenera principalmente em

¹⁷ Os lugares podem ser “uma área geográfica muito vasta” ou não (BOURDIN, 2001, p. 62), porém são “cada vez mais ‘fantasmagóricos’, e ‘os teatros sociais completamente penetrados por influências sociais longínquas’” (GIDDENS, 1994, citado por BOURDIN, 2001, p. 62).

macrodiferenças, entre entidades nacionais, regionais e urbanas”, alegando sua característica gradual e contínua, o que leva atribuir pouca importância para a distância, desenvolvendo-se, portanto, o território em rede (VELTZ, 1996, citado por BOURDIN, 2001, p. 59).

Assim, os centros urbanos se dissociam de seus respectivos territórios, relacionando-se com outros centros ligados por meio de redes, e esse território das redes “dá lugar a um verdadeiro território *em rede*, em que cada pólo se define como ponto de cruzamento e de comutação de redes múltiplas”, por meio da co-presença de agentes hegemônicos e seus respectivos efeitos (VELTZ, 1996, citado por BOURDIN, 2001, p. 60). Esse território em rede, junto a suas redefinições, está indissociável da mobilidade generalizada, tal qual “produz uma sociedade cujos territórios são construídos a partir do movimento e onde o local se fundamenta na diferença das mobilidades” (BOURDIN, 2001, p. 69).

Acrescenta-se ainda que uma localidade possa surgir da mobilidade, “quando esta permite articular lugares muito diferenciados e construir redes de lugares em lugar de territórios hierarquizados”, atribuindo, inclusive “um conteúdo específico à localidade, não só pela dinâmica do estável e do móvel, mas igualmente em outras figuras menos simples” (BOURDIN, 2001, p. 69-70).

Nesse sentido de apreender o local no âmbito da globalização, Santos (2013, p. 18) defende que os lugares se globalizam, pois cada lugar se torna “ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho”. Em outras palavras, o lugar se redefine conforme as demandas de interesses corporativos, tais quais podem estar localizados próximos ou distantes.

Na acepção do autor, a globalização se trata de um processo segundo o qual “constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos” (SANTOS, 2013, p. 45). Corrêa (1999, p. 44) assevera que esse processo “causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente”.

Em termos de rede urbana, essa passa por mudanças de reestruturação espacial, pois afetada pela globalização, “tanto por intermédio de *criações* urbanas recentes [...], como da *refuncionalização* dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais” (CORRÊA, 1999, p. 44), torna-se um instrumento que permite

articular as diferentes escalas do espaço geográfico, inclusive o local com o global, não se restringindo apenas a uma única escala regional. Segundo Corrêa (2016, p. 131), a refuncionalização “traduz-se na existência de formas espaciais criadas no passado e exercendo funções no presente. É o resultado de processos pretéritos que não mais atuam sobre as formas espaciais por eles criadas”.

Acrescentasse que quanto mais esse processo de globalização se avança, maior é a tensão entre a localidade e a globalidade, na qual a localidade tende a se especializar, principalmente quando a globalização impõe “regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes” (SANTOS, 2013, p. 52). Sendo assim, a localidade não é suprimida, mas sim mundializada, pois essa mundialização é, na concepção de Bourdin (2001, p. 73), “um imenso sistema de troca em expansão, e de diferenças não hierarquizadas, que produz estas diferenças ou facilita seu desenvolvimento”, e recebe da globalização um duplo efeito de escala entre o próximo e o distante, por meio da articulação e da rearticulação contínua de distintos elementos.

Os espaços locais se tornam espaços racionalizados e a atuação do mercado se torna superior em relação à atuação do Estado, que tende a ser enfraquecido, como verifica Santos (2013). O Estado tem o seu papel reduzido ao de intermediação de interesses, principalmente, de cunhos econômicos, entre instituições e processos por vezes globais, não expressando, portanto, a vontade coletiva, pois sua clássica funcionalidade já foi útil (BOURDIN, 2001).

Para Santos (2013, p. 74), o Estado adéqua o ambiente “para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado”, muito embora sua intervenção “foi decisiva pra realizar ou favorecer a realização das grandes redes (estradas e auto-estradas, estradas de ferro, eletricidade, telefone etc.)”, conforme destacado por Bourdin (2001, p. 85).

Agora, o Estado abre espaço, principalmente, para fenômenos externos, como, por exemplo, a privatização. “Quer se trate de definhamento ou de transformação do Estado, a localidade assume importância, por motivos, aliás, bastante diferentes, até mesmo contraditórios” e, por isso, as formas políticas locais são supridas de significativa importância (BOURDIN, 2001, p. 86), pois o ente estatal, ora seja na esfera federal, estadual ou municipal, conforme assinalado por Santos (2013, p. 102), “pode ter força para planejar a cidade”, principalmente em regiões marcadas pela modernização do campo.

Em síntese, e em oposição à perspectiva da vulgata localista, o local é visto sob o prisma da mundialização, contendo características pertinentes: a) não se insere em território complementar; b) constitui-se pelos efeitos da co-presença de agentes hegemônicos na localidade; c) as interações ou ações derivadas dessa co-presença “não seriam possíveis em outras escalas” (BOURDIN, 2001, p. 91); d) é descontínuo por estar conectado em redes; e) a localidade estará, com menor ou maior intensidade, ligada ao global; f) não depende do Estado, mas não se opõe a ele, desenvolvendo-se paralelamente ou, por vezes, substituindo-o (BOURDIN, 2001).

Nesse sentido, a rede urbana se reafirma no âmbito da produção territorial como interlocutora entre o local e o global, em um sistema de trocas constantemente desiguais, e seus respectivos segmentos e agentes produtores estabelecem movimentos não aleatórios, racionais e intencionais, cuja finalidade se encontra intrínseca ao sistema de reprodução. Em presença de uma diversidade e da complexidade das redes urbanas, objetos que permitem articular as extremidades escalares, revelando seus dinamismos nuclear, sobretudo no que compete às suas naturezas hierárquicas, cumpre destacar a necessidade de investigação das relações entre centros distintos que, por ora, possam ser complementares ou competitivos entre si, contudo são essas relações que atribuem sentido ao dinamismo e significado das redes urbanas.

2.3 – O papel das relações e das sinergias em redes urbanas

Ao rememorar as palavras de George (1964), Santos (2012) indica que para que haja uma dada rede urbana “é necessário discernir diversas relações que estabelecem conexões funcionais permanentes entre os elementos urbanos da rede e entre eles e o meio rural” (GEORGE, 1964, citado por SANTOS, 2012, p. 157). Contudo, o autor pondera que as redes urbanas de países subdesenvolvidos merecem atenções, sobretudo devido a suas características peculiares relacionadas ao pouco desenvolvimento, à heterogeneidade e à vulnerabilidade das mesmas.¹⁸

A crítica do autor ainda se estende à hierarquização das redes urbanas dos países subdesenvolvidos, a qual, muitas das vezes, se sujeita à existência de um escalão intermediário que, porém, nem sempre responde às necessidades das populações, tanto

¹⁸ Segundo o autor, tais características se devem a questões de subpovoamento e de suburbanização desses países, às distâncias entre os elementos urbanos e à influência da modernização dos transportes nesses países (SANTOS, 2012).

das mais pobres, que por vezes, por condições financeiras, não acessam aos bens e serviços dispostos, quanto das mais ricas, que buscam serviços em centros urbanos de maior porte, inferindo ao que se torna recorrente o chamado curto-circuito (SANTOS, 2012).

De certo, verifica-se que há concorrência entre centros urbanos em todos os níveis espaciais e que essa concorrência está intimamente ligada ao funcionamento da rede, tal qual é resultante de um equilíbrio irregular entre os segmentos urbanos, ou, de outra maneira, a rede urbana seria “resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam as diferentes formas de organização e de domínio do espaço pelas aglomerações” (SANTOS, 2012, p. 172).

Entretanto, a rede urbana, na condição de instrumento de ligação entre diversas e distintas escalas espaciais, por meio de trocas desiguais e hierárquicas, estará condicionada às variações tanto das relações complementares quanto das relações competitivas entre os seus segmentos. Essas relações, inerentes à distinção entre os centros urbanos, poderão influenciar no sentido de manter uma linearidade diferencial, como também podem atuar “no sentido de reverter as hierarquias estabelecidas, especialmente mediante as iniciativas de elites empreendedoras, que desequilibram a situação costumeira da rede”, conforme assevera Bessa (2010, p. 39-40).

Para Bessa (2010), os centros urbanos tendem a se apresentar distintamente em razão das suas complexidades genéticas ou de suas complexidades funcionais que, por vezes, desencadeiam interações espaciais cada vez mais amplas, em decorrências desses mesmos centros estarem cada vez mais integrados ao espaço globalizado, pois essas complexidades funcionais, resultantes de uma especialização produtiva nos diversos setores da economia, intensificam as relações dessa lógica global.

Assim, as distinções entre centros urbanos desencadeiam instabilidades na rede urbana em termos de hierarquia urbana, de modo que essa hierarquia depende das relações competitivas ou complementares entre os centros urbanos, principalmente para aqueles situados no topo da rede, relações essas “responsáveis por uma profunda distinção funcional”, como também são responsáveis pelas diferenças das interações espaciais derivadas das funcionalidades apresentadas em uma dada rede urbana (BESSA, 2010, p. 39).

Na concepção de Bessa (2010, p. 39) a relação competitiva acentua a diferenciação entre os centros, pois a mesma é acirrada “pelas estratégias das empresas

comerciais e de prestação de serviços, que atuam, sobretudo, organizadas em rede”. Entende-se aqui a competitividade como uma relação entre distintos centros urbanos, cuja finalidade está associada a esses centros estabelecerem relações espaciais verticais, envolvendo disputas econômicas, políticas e geográficas entre si, mantendo, inclusive, vínculos com centros de outras redes urbanas, e assim, por meio da importância dessas interações, se situarem em uma posição privilegiada em uma dada hierarquia urbana.

Por outro lado, a relação de complementaridade, também associada à diferenciação entre os centros, está relacionada à “interdependência entre as empresas”, gerando, inclusive, “uma crescente cooperação entre os centros urbanos” e privilegiando a interdependência funcional entre os mesmos (BESSA, 2010, p. 39). Por sua vez, entende-se aqui a complementaridade como uma relação entre distintos centros, cuja finalidade está associada em estabelecer relações espaciais horizontais, envolvendo cooperações econômicas, políticas e geográficas entre os mesmos, com o intuito de destacarem seus respectivos e distintos papéis no processo de reprodução.

No início do século XXI, os dois principais centros urbanos da rede urbana regional do Oeste Baiano, a qual se encontra em percurso de reestruturação do seu padrão espacial, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, diferenciam-se por suas complexidades genéticas e respectivas especializações funcionais. A respeito de suas complexidades genéticas, e com base nos estudos de Corrêa (1999, p. 47), permite-se inferir que o centro de Barreiras é uma criação resultante da fronteira de ocupação, enquanto o centro de Luís Eduardo Magalhães é fruto da fronteira da modernização, ambas “produtos da globalização”, principalmente porque os processos sócio-históricos que desdobraram suas respectivas gêneses estão contidos em distintas espaço-temporalidades e que, conseqüentemente, interferiram de maneira substancial e direta em suas respectivas funcionalidades urbanas.

Sobre as relações entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, ora são de natureza complementar, pois ambos os núcleos respondem ao processo de produção, principalmente no que refere à modernização do campo, no atendimento às demandas produtivas, com suas respectivas peculiaridades funcionais, ora são de natureza competitiva, pois esses mesmos centros também disputam entre si o controle da rede urbana regional, no que se refere, sobretudo, ao contexto político-econômico da região, no qual se observa, de um lado, a manutenção da hierarquia urbana regida por Barreiras, e, de outro, uma possível inversão hierárquica, averiguada, principalmente, pela inserção de investimentos produtivos e mecanismos econômicos e políticos alocados em Luís

Eduardo Magalhães. Em síntese, infere-se para um fenômeno de sinergia de ambas as relações, numa notória complementaridade-competitiva, que se apresenta, incerta e instável, no entanto intimamente ligada à escala de investigação.

Ademais, realça-se a importância de destacar não somente os recentes papéis desempenhados por Barreiras e por Luís Eduardo Magalhães, como também identificar a presença dos agentes hegemônicos em cada núcleo, por vezes conectados em redes (financeiras, econômicas, sociais e políticas), materiais e imateriais, bem como suas respectivas estratégias no sentido de perdurarem sua própria reprodução, pois esses agentes assumem formas cada vez mais próximas ao local e, ao mesmo tempo, distantes de um território constantemente descontínuo.

Independentemente da relação predominante em uma dada rede urbana, complementaridade e competitividade podem apresentar uma indissociável imbricação entre si, com características que remetem para um fenômeno discutível, ambíguo e complexo, cuja finalidade está associada a um ciclo de reprodução socioespacial. Em presença a uma realidade sinérgica, tal qual apresenta tendências de desdobramentos imprecisos, uma das possibilidades de reflexão está em conhecer a rede urbana de análise, articulando-a com diversos níveis espaciais, averiguando a intensidade do fenômeno complementar-competitivo durante o seu processo de elaboração ou de re-elaboração, com certa prudência em não inferir súbitas previsões desnecessárias à ciência geográfica.

CAPÍTULO 3

PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DO OESTE BAIANO

Como uma particularidade da rede urbana brasileira, a rede urbana do Oeste Baiano, desde a formação à sua atualidade, vem passando por processos de naturezas sócio-históricas, políticas e, sobretudo, econômicas, em uma desigual espaço-temporalidade, que definem e redefinem seus arranjos espaciais, inclusive a dos seus respectivos segmentos, tais quais, de modo geral, podem ser vislumbrados em periodizações, curtas ou longas, que facilitam à compreensão dessa rede urbana de um modo inteligível.

Nesse sentido, este capítulo apresenta uma abordagem diacrônica e periodizada, pois, de acordo com Corrêa (1994, p. 78), “é possível periodizar as formas espaciais”, dentre essas formas a da própria rede urbana, na tentativa de assimilar o padrão espacial desse tipo de rede no Oeste Baiano, analisando os processos que definiram e redefiniram os arranjos espaciais da rede, partindo do momento de sua elaboração, estruturação e atualidade. Para isso, é necessário o levantamento de elementos inerentes à organização espacial da região do Oeste Baiano, dentre aqueles de naturezas econômicas, políticas, sociais, históricas e geográficas, agrupando-os em três tópicos.

No primeiro tópico, “A formação da embrionária rede de núcleos no Oeste Baiano: o pioneirismo de Barra (séculos XVII-XIX)”, esses elementos são abordados na tentativa de alcançar a gênese da formação da rede urbana do Oeste Baiano, partindo do período colonial brasileiro, especificamente o momento de ocupação dessa parte territorial da Bahia, compreendendo o longo período do século XVII ao século XIX, período de criação das primeiras nucleações que comporiam o conjunto ainda desarticulado. Nesse primeiro período, destaca-se o papel do núcleo pioneiro de Barra, que, devido à sua favorável posição geográfica, exerceria o controle regional.

No segundo tópico, “Um período de estruturação da rede urbana regional: da ascensão de Barreiras à perda de importância de Barra (1900 a 1980)”, a rede urbana, com sua forma emergente de padrão simples dendrítico, passa por um processo de estruturação, ainda que em um intervalo relativamente lento, correspondente ao início do século XX à década de 1980, alcançando uma estrutura espacial simples de localidades centrais de baixa complexidade, devido a alterações de elementos inerentes da rede urbana, principalmente a posição geográfica dos núcleos, seus respectivos tamanhos e

suas respectivas funções urbanas, realçando o papel desempenhado por Barreiras, que, no final desse período, tornaria o centro de comando dessa rede urbana regional.

No terceiro tópico, “A reestruturação da rede urbana regional: as centralidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (final do século XX a início do século XXI)”, averigua-se uma ruptura com os padrões espaciais pré-estabelecidos, em um momento de re-elaboração da rede urbana, principalmente no que corresponde à sua forma espacial, representada pela transformação para um padrão de múltiplos circuitos de média complexidade, na medida em que a hierarquia dos centros urbanos se reordena, indicando uma tendência da concentração espacial urbana entre dois núcleos principais: Barreiras, centro de tradição histórica no contexto da rede urbana regional, e Luís Eduardo Magalhães, tal qual se destaca em uma célere ascensão regional, comandada por agentes produtores espaciais de naturezas econômicas e políticas.

3.1 – A formação da embrionária rede de núcleos no Oeste Baiano: o pioneirismo de Barra (séculos XVII-XIX)

Tratar do surgimento do conjunto de centros funcionalmente articulados entre si na região do Oeste Baiano remete para eventos que precederam à formação da região ainda no período colonial, dentre esses eventos, em se tratando de uma especificidade brasileira, destacam-se aqueles que ocorreram ainda em um tempo designado meio natural, ou pré-técnico, momento em que a natureza “comandava, direta ou indiretamente, as ações humanas” (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 29), no qual a apropriação espacial do território brasileiro ocorria de modo lento e irregular, pois, como assevera Brandão (2009, p. 50), “a produção estava associada à oferta da natureza, sem imposições das técnicas sobre o ritmo da vida”.

Propulsionada pela Carta de Évora de 1534, documento de doação para Duarte Coelho, por D. João III, terras das margens do Rio São Francisco, em direção a sul, no caso a atual região do Oeste Baiano, porção territorial essa que pertencia à capitania de Pernambuco, nesse período da história brasileira (BIBLIOTECA NACIONAL, 1977), a ocupação inicial se deu por volta do final do século XVI e no decorrer do século seguinte, com a instalação de currais e pequenas nucleações por sertanistas, tanto nas margens do Rio São Francisco como nas margens de seus afluentes (ROCHA, 2004), especificamente nos tributários Preto, Grande e Corrente, localizados à esquerda (ALMEIDA, 1996).

Como ponto estratégico ante aos embates com os nativos da época, a fazenda Barra do Rio Grande do Sul (atual Barra) surgiu por volta da década de 1670, considerada a pioneira nucleação de povoamento dessa região, com o “erguimento de uma capela¹⁹ por franciscanos capuchos, entre as décadas de 1680 e 1690”, localizada na confluência dos rios Grande e São Francisco (SANTOS, 2016a, p. 138). Esse povoamento se elevou para a categoria de povoado, em 1698, subordinado ao distrito de Cabrobó, Capitania de Pernambuco (IBGE, 1958a).

Ainda no final do século XVII surgiram as nucleações de Santa Rita do Rio Preto (atual Santa Rita de Cássia), entre as décadas de 1670 e 1680, derivada da ocupação da aldeia indígena Guerém, próxima à foz do Rio Preto, cerca de 150 km de distância, em sentido oeste de Barra, e de Campo Largo (atual distrito do município de Cotegipe denominado Taguá), fundado em 1692, na margem esquerda do Rio Grande, em sentido a sudoeste de Barra (SANTOS, 2016a). Ambas foram elevadas para a categoria de povoado, em 1698, por meio do mesmo decreto que determinou a elevação de Barra (ALMEIDA, 2005).

Ao longo do século XVIII, outros povoamentos surgiram na região do atual Oeste Baiano, inclusive alguns oriundos das expedições lideradas por Manuel Nunes Viana que, na procura de pedras preciosas nessa região da Bahia, fundaram os aldeamentos de São José da Carinhonha (Carinhonha), Feira da Mata e Cocos, os quais, segundo a história, aproximam da datação de origem por volta do ano de 1712 (SANTOS, 2016a).

Outros povoamentos tiveram suas raízes relacionadas às práticas agropastoris de percursoros sertanistas, como a nucleação de São Gonçalo (Serra Dourada), por volta da década de 1740, e a nucleação de Sant’Anna dos Brejos (Santana), por volta da década de 1760, e ainda o aglomerado de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (Correntina), sendo esse último resultante da expedição chefiada por Francisco José Teixeira, por volta do ano de 1792, na busca de minérios auríferos, na margem direita do Rio Corrente (SANTOS, 2016a).

Nesse mesmo século, Campo Largo e Barra eram as nucleações que mais se destacavam na região, sendo essa primeira uma importante produtora de sal devido as suas adjacências formadas por minas de salinas naturais, denominadas lambedores, ambiente propício também para a criação bovina, além da composição comercial

¹⁹ Importante destacar que a construção de monumentos religiosos fazia parte de legitimação e apropriação do território brasileiro, acarretando nas sucessivas fundações de povoações, tanto no litoral quanto no interior do país (MARX, 1991).

expressiva da nucleação, reconhecida por volta de 1774, atraindo compradores de Goiás, Minas Gerais e sertões circunvizinhos, que percorriam até a essa nucleação por meio de canoas e barcas, nos caminhos fluviais, ou por cavalgadas, nos caminhos de picadas (ALMEIDA, 2005). Segundo Almeida (2005, p. 14), a produção de Campo Largo “seguia, nas canoas e barcas a vela, através do rio São Francisco e seus afluentes, para Minas Gerais e outros lugares situados na bacia são franciscana”.

Por outro lado, Barra possuía suma importância, não apenas pela sua favorável posição geográfica na região, na confluência entre o Rio São Francisco e tributários, constituindo-se também como ponto de intercâmbio comercial com outros territórios, como Minas Gerais, Goiás, Piauí e Bahia, como também pelos aspectos econômico, cultural, religioso e político (SANTOS, 2016b).

Na economia, além da produção pesqueira, havia o beneficiamento de carnes e peixes com a produção do salitre e sal-gema, favorecendo também a pecuária, e a produção de especiarias diversas, como rapadura, cachaça e farinha de mandioca; na cultura, como promotora de eventos de naturezas festivas; na religião, com a construção da primeira paróquia, entre os anos de 1700 e 1701, e a instalação das missões, como a de Aricobé, em 1706, e as irmandades Nossa Senhora do Rosário; e na política, sendo a primeira e única nucleação da região a ser elevada no século XVIII ao status de vila, desmembrando-se de Cabrobó (PE), em 1752 (IBGE, 1958a) e, no século XIX, conferida como sede da Comarca de São Francisco, também denominada de “Comarca do Alto Sertão do Rio São Francisco ou Sertão de Rodelas”, conforme frisado por Almeida (2005, p. 18).

O século XIX foi representado tanto pelo avanço do processo de ocupação territorial no atual Oeste Baiano quanto pelo surgimento de novas nucleações, como Formosa (atual Formosa do Rio Preto), na primeira década dos anos 1800, Sant’Ana do Sacramento de Angical (Angical), em 1810, São João dos Gerais (Coribe), em 1815, São João das Barreiras (Barreiras), em 1825, Porto de Santa Maria da Vitória (Santa Maria da Vitória), em 1840, Avaí do Brejo (Cotegipe), na década de 1850, Brejo Velho (Brejolândia) e Sítio do Mato, em 1890, Santana (Catolândia), em 1892, e Brejo do Buriti (Buritirama), em 1894 (IBGE, 1958a; IBGE, 1958b; SANTOS, 2019).

A integração entre as atividades econômicas desenvolvidas regionalmente, por meio da exportação de produtos primários e a importação de produtos industrializados advindos de centros urbanos de portes maiores, via embarcações fluviais a vapor e ainda por meio da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco (EFBSF), que conectava Juazeiro a

Salvador (capital do estado da Bahia), a partir de sua inauguração, em 1896, foi decisiva para a inserção da região na então divisão territorial econômica brasileira da época, pois, assim como assevera Machado (2002, p. 273), “representou a abertura de toda a extensa e rica zona banhada pelo rio São Francisco ao comércio e à civilização mundial”.

É nesse momento que se verifica o início do processo de surgimento de uma embrionária rede de povoamentos no Oeste Baiano, seja pela elevação de muitas nucleações para a condição de vila, correspondente à força de sede de município (Quadro 1), ao longo do século XIX, cuja maioria se encontrava próxima às margens dos tributários do São Francisco, seja pela expansão do transporte fluvial por meio de embarcações a vapor (MACHADO, 2002), inserindo essa porção territorial da Bahia à dinâmica da divisão territorial do país, corroborando para a formação de uma rede de núcleos primitiva de forma espacial dendrítica (Figura 2), observada no final do mesmo século XIX (SANTOS FILHO, 1989).

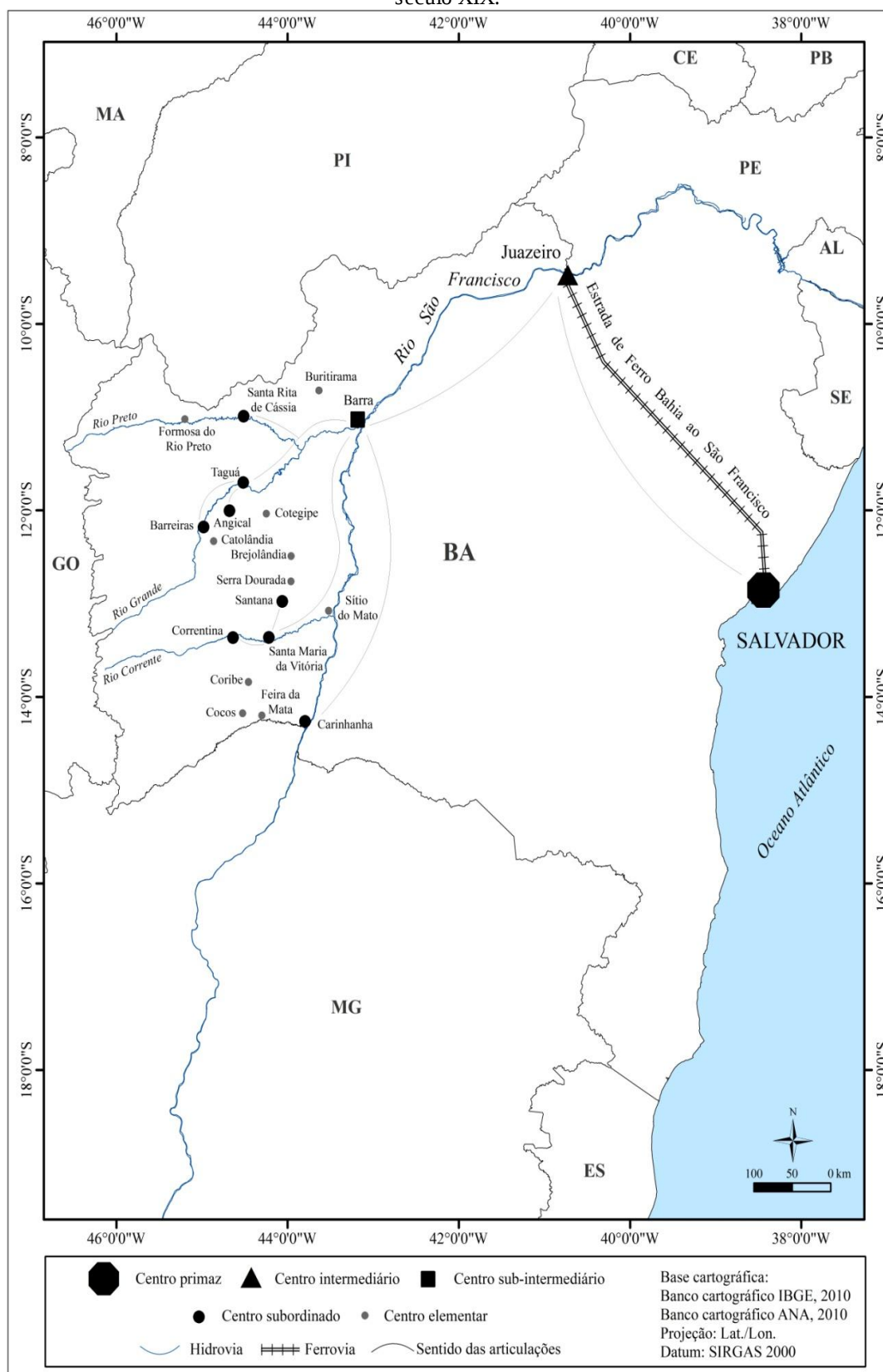
Quadro 1 – Oeste Baiano: nucleações elevadas para a condição de vila entre os séculos XVIII e XIX.

Nucleação	Elevação à categoria de vila	Desmembrado
São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul (Barra)	1752	Cabrobó (PE)
Campo Largo (Taguá)	1820	Barra
São José de Carinhanha (Carinhanha)	1832	Barra
Santa Rita do Rio Preto (Santa Rita de Cássia)	1840	Barra
Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (Correntina)	1866	Carinhanha
Porto de Santa Maria da Vitória (Santa Maria da Vitória)	1880	Carinhanha
Santana dos Brejos (Santana)	1890	Santa Maria da Vitória
Sant’Ana do Sacramento de Angical (Angical)	1890	Campo Largo
São João das Barreiras (Barreiras)	1891	Angical

Fonte: IBGE, 1958a; 1958b.

De acordo com Corrêa (1994, p. 71), o padrão espacial de uma rede urbana dendrítica é “[...] a forma espacial mais simples de rede urbana”, podendo ser destacadas três características principais: a presença de um centro primaz, a presença de centros de pequeno porte e as interações unidirecionais. Geralmente, esse tipo particular de rede possui um centro primaz, sendo esse centro mais antigo que os demais, localizado “excentricamente à hinterlândia” da região, geralmente na embocadura do principal rio de navegação (CORRÊA, 1988, p. 117).

Figura 2 – Oeste Baiano: Rede urbana de padrão simples dendrítico vinculada a Salvador no final do século XIX.



Fonte: SANTOS, 2016a.

A composição de uma rede de centros de pequeno porte, conforme verificado na Tabela 1, e indiferenciados entre si, dá-se principalmente pelas composições genéticas, tamanhos e práticas econômicas similares desses respectivos centros. Devido à ausência de núcleos intermediários, o padrão de interações espaciais se configura de um centro para o outro, em uma “sequência locacional e unidirecional, através da rede fluvial, em direção ao centro primaz” (SANTOS, 2016a, p. 152), o que dificulta, assim como apontado por Corrêa (1989, p. 72), “o aparecimento de centros intermediários intersticialmente localizados”.

Nesse contexto de rede urbana simples dendrítica dessa região da Bahia, é importante frisar a importância do centro de Barra, como já supracitado, bem como o núcleo de povoamento de Barreiras, último ponto navegável do principal tributário da margem esquerda do Rio São Francisco, o Rio Grande, que mantinha contatos com o interior do país, especialmente com o estado de Goiás, no intercâmbio de mercadorias (SANTOS, 2016a). A importância de Barreiras se deveu também ao fato da tamanha disponibilidade da mangabeira, árvore da qual se extrai o látex para a produção da borracha natural, o que motivou tanto o fluxo migratório em direção a esse povoamento, por volta de 1879 (ALMEIDA, 2005), quanto a sua elevação para a condição de vila, em 1891 (IBGE, 1958a).

Tabela 1 – Oeste Baiano: distribuição da população entre as nucleações em 1900.

Núcleo	População	Percentual no total
Correntina	15.986	22%
Santa Rita de Cássia	12.244	17%
Campo Largo	9.646	13%
Barra	8.457	12%
Santana	7.729	11%
Carinhanha	5.920	8%
Santa Maria da Vitória	4.525	6%
Barreiras	4.502	6%
Angical	3.441	5%

Fonte: IBGE, 1900.

O núcleo de Barreiras desempenhava papéis “no escoamento de manufaturados e matérias-primas, como couro, charque e algodão”, produzidos tanto em Barreiras como no norte goiano, advindos por tropas e comboios nas estradas de picadas (SANTOS, 2016a, p. 149), como receptava mercadorias industriais vindas de Salvador, como “tecidos, calçados, artigos de armarinho e perfumarias, remédios e drogas, além de gêneros alimentícios e demais artigos do comércio varejista” (IBGE, 1958a, p. 66). Entretanto, a posição geográfica de Barra, favorável para o controle regional e na intermediação de trocas comerciais e centro de referência para o transporte fluvial,

assegurava-lhe a condição de hegemonia regional que, por ora, apresentava-se como principal centro da embrionária rede urbana (SANTOS, 2016a).

3.2 – Um período de estruturação da rede urbana regional: da ascensão de Barreiras à perda de importância de Barra (1900 a 1980)

Posterior a sua formação no final do século XIX, a embrionária rede urbana regional do Oeste Baiano, que possuía Barra como principal segmento, sobretudo por esse núcleo deter uma condição favorável em termos de posição geográfica, atribuindo-lhe também funções urbanas pouco diferenciadas, iniciava-se um lento processo de estruturação figurado pela relativa ascensão de Barreiras, que, preponderantemente, ganhava destaque no contexto econômico regional, devido a sua condição de entreposto comercial com o interior do território brasileiro, mais precisamente com os contatos estabelecidos com o antigo norte goiano (SANTOS, 2018a).

Notadamente, o controle regional realizado por Barra se devia não tão-somente à localização favorável no contexto regional, no final do século XIX ao início do século XX, cujo centro era “passagem forçada de quem viajasse pelo rio São Francisco no seu curso médio, e, ademais, ponto de trânsito das boiadas de Goiás, Piauí e também do Maranhão”, como também por essa nucleação se destacar no âmbito de um tímido terciário e setor de serviços elementar, cabendo destacar os serviços de comunicação, impresso²⁰ e rádio, de educação e, mais precisamente na metade do século XX, os serviços de hotelaria, pensões, correios, cinema e serviços de saúde (IBGE, 1958a, p. 58).

Em uma aparente relação de competição, o núcleo de Barreiras se ascendia a partir da sua emancipação político-administrativa, a qual foi fortemente influenciada por elites oligárquicas locais que estabeleciam relações políticas com esferas superiores, estadual e federal, no intuito de angariarem recursos para a construção de obras que foram importantes para o relativo papel que o último porto navegável do Rio Grande passava a exercer, a exemplo do cais do porto, em 1914, o mercado municipal, inaugurado em 1922, o canal do Rio de Ondas, tributário do Rio Grande, na década de 1920, a Escola Técnica Aprendizado Agrícola de Barreiras, em 1927, a usina hidrelétrica, em 1928, e entre outras feitorias (PAMPLONA, 2002).

²⁰ Destacam-se os folhetos locais Eco do São Francisco, criado em 1875, Três Rios, em 1903, O Sertanejo, em 1909, e Fôlha da Barra, em 1916 (IBGE, 1958a).

Com a inserção do capital industrial no Oeste Baiano, “foram instaladas duas turbinas, importadas da Holanda, para gerar uma potência hidrelétrica de quinhentos cavalos-vapor, equivalentes a 350 quilowatts, cuja inauguração foi em 1928”, em Barreiras, conforme apontado por Rocha (2004, p. 11), favorecendo, conseqüentemente, a implantação de outras indústrias, como o frigorífico e a fábrica de tecidos, que utilizavam de maquinários importados, sobretudo da Inglaterra, em 1940 (HAESBAERT, 1995).

Resultado de negociações que envolviam grupos empresariais, desde 1937, foi concordada a construção do aeroporto internacional de Barreiras, inaugurado em 1941, cujo objetivo, a princípio, estava relacionado a questões de redução de escalas de voos internacionais, entre Argentina e Estados Unidos, porém, na concepção de Santos (2018a, p. 31), “tratava-se de um projeto geopolítico de interesse estadunidense”, utilizado como base militar norte-americana, durante a Segunda Guerra Mundial, conforme elucidada Almeida (1996). Posterior ao conflito mundial, o aeroporto continuou em funcionamento e o centro de Barreiras se tornou um núcleo com essa função aeroportuária, que o diferenciava das demais nucleações do Oeste Baiano (SANTOS, 2016b).

Na década de 1950, os núcleos do Oeste Baiano se apresentavam praticamente indiferenciados entre si em termos de tamanhos populacionais, conforme verificado na Tabela 2, e com suas economias pautadas, basicamente, em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura e um setor industrial rudimentar, tais como a produção de algodão em Angical, Carinhanha e em Santana, o feijão em Correntina e em Santa Maria da Vitória, o fumo em Cotegipe, a cana-de-açúcar em Santa Rita de Cássia, bem como a criação de bovinos, equinos, asininos, suínos e ovinos e produção de manufaturados, como a rapadura, a farinha de mandioca, manteiga e demais produtos artesanais (IBGE, 1958a; IBGE, 1958b). Entretanto, Barra e Barreiras se destacavam por apresentarem serviços urbanos diferenciados à época, como o ensino ginásial e o serviço bancário da agência do Banco do Brasil, na década de 1950 (SANTOS, 2018a).

Tabela 2 – Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população em 1950.

Núcleo	População	Núcleo	População
Barreiras	5.802	São Desidério	896
Barra	5.580	Cotegipe	801
Santana	3.059	Tabocas (Tabocas do Brejo Velho)	718
Santa Maria da Vitória	2.073	Mansidão	538
Correntina	1.727	Tapiracanga (Baianópolis)	524
Carinhanha	1.707	Coribe	524
Ibipetuba (Santa Rita de Cássia)	1.702	Brejo Velho (Brejo lândia)	472
Sítio do Mato	1.157	Piragiba (Muquém do São Francisco)	456
Itajuí (Formosa do Rio Preto)	1.130	Canabrava (Wanderley)	350
Angical	1.047	Buritirama	347
Ibiagui (Canápolis)	1.000	Catão (Catolândia)	299

Cocos	986	Taguá (antigo Campo Largo)	283
Riachão das Neves	971	Buritizinho (Cristópolis)	275
Penamar (Serra Dourada)	914	São Félix (São Félix do Coribe)	160

Fonte: IBGE, 1958a; 1958b.

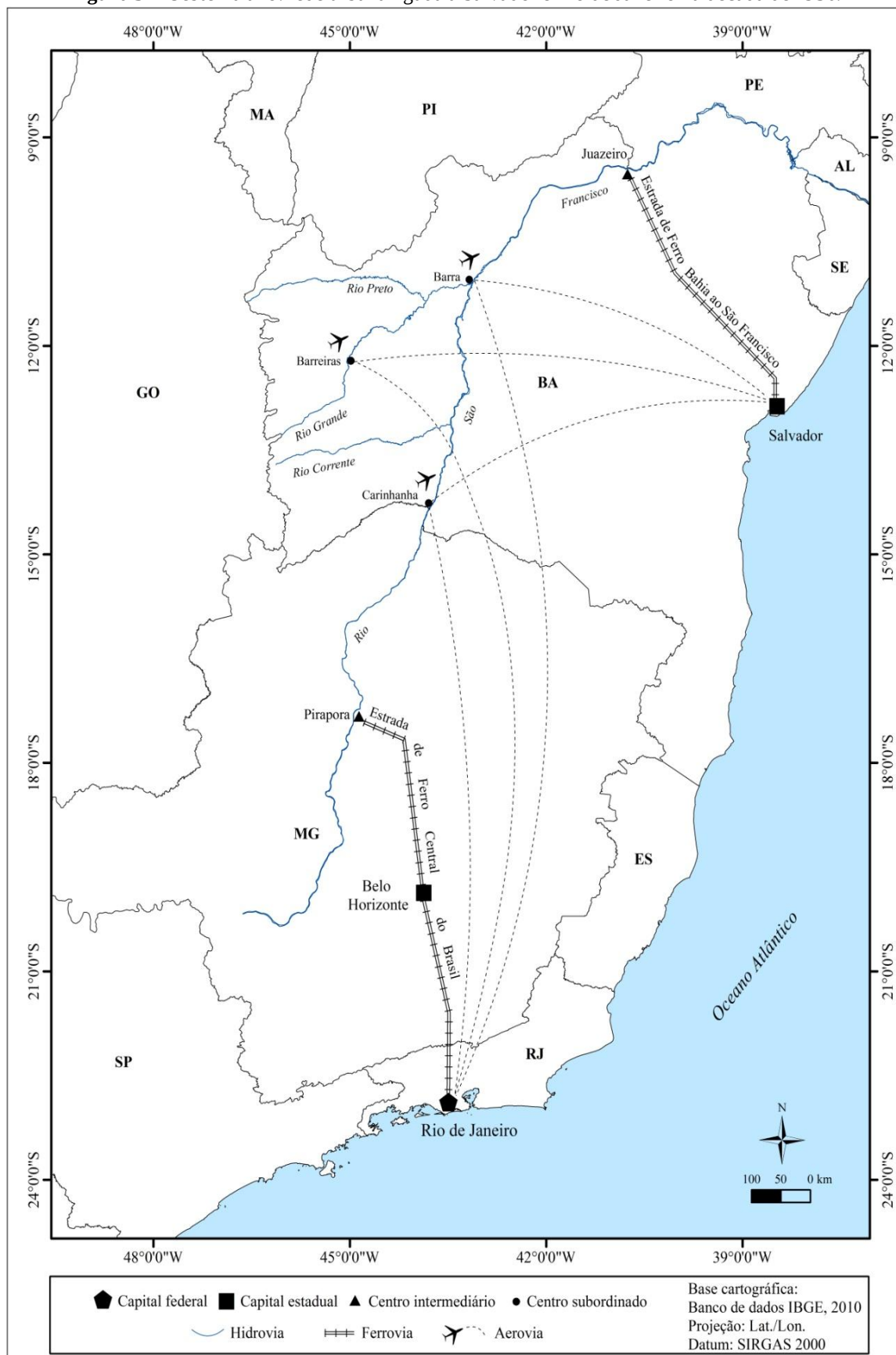
Além da importância do transporte hidroviário para os núcleos ancorados à navegação fluvial e do transporte aéreo para os centros de Barra, Barreiras e Carinhanha, os quais possuíam rotas aéreas para a capital baiana, Salvador, e à capital federal da época, Rio de Janeiro (IBGE, 1958a), assinala-se a influência do transporte ferroviário na região com as extremidades navegáveis do Rio São Francisco ligadas às ferrovias (Figura 3), como a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco (EFBSF), ao norte, e a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB)²¹, ao sul (SANTOS, 2018a). Santos (2007, p. 103) enfatiza que essas ligações das extremidades navegáveis do Rio São Francisco foram “o primeiro momento integrador dos habitantes da região do sertão do São Francisco à sociedade nacional”.

Ao longo da primeira metade do século XX outros aglomerados emergiram da ocupação territorial por meio de fazendas, como São Félix (atual São Félix do Coribe), em 1901, Jaborandi, em 1928, e os núcleos reconhecidos na condição de distrito, São Desidério, em 1911, Mansidão, em 1933, Riachão das Neves, em 1934, Bonfim (hoje Baianópolis), em 1936, Piragiba (hoje Muquém do São Francisco), em 1943, e Buritizinho (hoje Cristópolis), Canabrava (hoje Wanderley) e Ibiagui (hoje Canápolis), em 1953 (SANTOS, 2019). Destaca-se que esses aglomerados não obedeciam mais ao padrão de localização espacial dendrítico (SANTOS, 2018a).

Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, antigas nucleações se elevaram para a condição de sede de município, como Cocos (desmembrado de Carinhanha) e Coribe (desmembrado de Santa Maria da Vitória), em 1958, Formosa do Rio Preto (desmembrado de Santa Rita de Cássia), em 1961, Brejo Velho (hoje Brejolândia), Tabocas do Brejo Velho e Cristópolis (desmembrados de Angical), Baianópolis, Catolândia e São Desidério (desmembrados de Barreiras), Riachão das Neves (desmembrado de Cotegipe), Canápolis e Serra Dourada (desmembrados de Santana), em 1962 (SANTOS, 2018a).

²¹ Inaugurada em 1910 (ALMEIDA, 2014).

Figura 3 – Oeste Baiano: rede urbana ligada a Salvador e Rio de Janeiro na década de 1950.



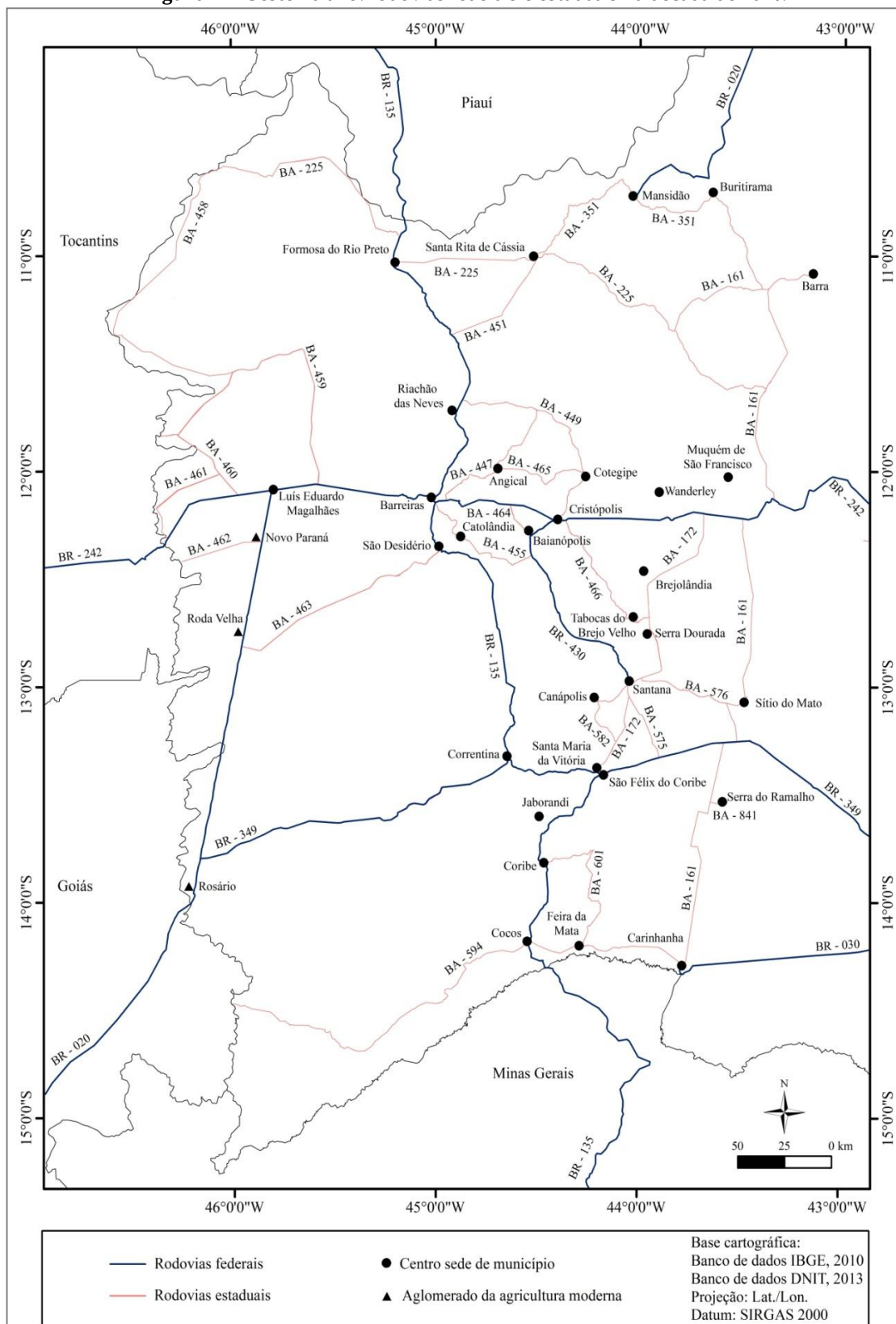
Fonte: SANTOS, 2018a.

De acordo com Santos Filho (1989, p. 130), apesar da considerável descentralização político-administrativa, isso não representou “real modificação da dinâmica de reprodução regional”, visto que essas rupturas visavam a apropriação de cotas federais e garantias de reeleição por parte das tradicionais oligarquias locais da época²².

No final da década de 1960 demonstram-se os indícios iniciais da diminuição gradativa da circulação regional fluvial, substituída pela circulação rodoviária, a princípio com a construção da rodovia BR-242, partindo de Salvador em direção a Barreiras, com trecho construído até o centro de Ibotirama, localizado na margem direita do Rio São Francisco, no início da década de 1970 (SANTOS, 2018a). Os aproximados 208 quilômetros de distância até Barreiras, na margem esquerda do Rio São Francisco, não haviam sido contemplados pela então rodovia, e Barreiras, conforme elucida Almeida (1995, p. 10), ainda dependia “dos vapores que levavam até 8 dias para chegar a Juazeiro, onde o trem de ferro gastava 24 horas até a capital baiana”. A desapropriação da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), feita pelo Estado durante o regime militar (1964-1985), “que passou a priorizar o projeto de expansão do modal rodoviário já iniciado no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961)”, também sinalizou a arrefecimento do modal fluvial, conforme aponta Santos (2018a, p. 37).

Em 1972 houve a transferência da sede do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) para o núcleo de Barreiras, representando uma corrente migratória expressiva de aproximadamente de 5.000 pessoas, “entre militares, funcionários e suas famílias, injetando de imediato consideráveis recursos na economia barreirense, com a construção de seu quartelamento” (ALMEIDA, 1995, p. 10-11). Tal acontecimento representou a conclusão do trecho da rodovia BR-242 e abertura e pavimentação de outras rodovias, dentre essas a BR-020 e a BR-135, todas três rodovias federais entroncadas em Barreiras, conforme visualizado na Figura 4.

²² Conforme Ramirez et al. (2005, p. 35), “os movimentos emancipacionistas idealizados pelas elites regionais são registrados desde o século passado, e os intuitos de separação/emancipação sempre estiveram como forma de captar benefícios através de pressão sobre o estado”.

Figura 4 – Oeste Baiano: rodovias federais e estaduais na década de 2010.

Fonte: SANTOS, 2018b.

A mudança da posição geográfica, favorável para Barreiras, e o início da inserção do capital agrícola na região do cerrado da Bahia, correspondente em sua quase totalidade no Oeste Baiano, sobretudo com os projetos de colonização agrícola e irrigação, como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em 1973, em São Desidério, do Programa de Ocupação Econômica do Oeste, em 1980, do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecir II), em 1985, e do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, em 1987 (SAMPALHO, 2012; SANTOS e CHAVES, 2014), alteraram a dinâmica regional do Oeste Baiano, bem como o de sua rede urbana, ocasionando a perda de importância do núcleo de Barra (SANTOS, 2018a).

Conforme assinala Diniz (1982, p. 160-161), notadamente, Barra teve sua zona de influência regional reduzida e tanto “perdeu o controle de parte do oeste baiano, tomado por Barreiras” [...], quanto “de partes das margens do São Francisco, capturadas por Xique-Xique”, centro localizado na margem direita do Rio São Francisco, perdendo, inclusive, sua importância de entreposto comercial fluvial e de ponto de escoamento da produção da região do Oeste Baiano e de partes das regiões dos estados de Goiás, Piauí e Maranhão.²³

Segundo Santos Filho (1989, p. 136), no Oeste Baiano “a dinâmica que passa a reger a região a partir dos anos 70 é eminentemente urbana, ainda que com totalidades difusas e ainda que exercida e controlada por cidades externas e distantes da própria região”, com o núcleo de Barreiras desempenhando a função de principal centro regional, ampliando sua região de influência, apresentando célere crescimento de sua população urbana, contabilizando 30.055 habitantes, (enquanto Barra apresentava 13.497 habitantes), em 1980 (IBGE, 1980), e mantendo contatos com centros distantes, como Salvador, pela BR-242, e com Brasília, pela BR-020, a partir da década de 1980. Nesse sentido, Diniz (1982, p. 160) conclui que “a penetração lenta do capital, a abertura de estradas” [...] e “a decadência da navegação fluvial” foram fatores responsáveis por mudanças na rede urbana regional²⁴, mudanças essas que, na concepção de Santos (2018a), ocasionaram uma reestruturação do padrão espacial da rede, transformando-se em uma rede urbana de localidades centrais de média complexidade.

²³ Na acepção de Santos (2012, p. 162), a revolução dos transportes nos países subdesenvolvidos ocasionou o “deslizamento das “cabeças de ‘redes’ do interior até a costa”.

²⁴ Conforme Sposito (2011), essas mudanças são de naturezas quantitativas e qualitativas que redefinem o escopo de uma dada rede urbana.

3.3 – A reestruturação da rede urbana regional: as centralidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (final do século XX a início do século XXI)

Com a nova dinâmica inserida no Oeste Baiano, seja por meio da alteração da circulação regional por rodovias, em detrimento da navegação fluvial, seja por meio da inserção de capital agrícola oriundo, a princípio, de cooperativas lideradas por sulistas, especificamente na região de cerrado, Santos (2018b, p. 115) enfatiza que “a rede urbana do Oeste Baiano foi se reestruturando em torno das necessidades da agricultura moderna”, impulsionando o aparecimento de atividades urbanas voltadas para atender a essa demanda econômica do campo em centros tradicionais, especialmente em Barreiras.

Nesse contexto de reestruturação da rede urbana regional, também emergem núcleos no cerrado baiano, cujas origens estão intrínsecas com a expansão de atividades econômicas no campo, especialmente relacionadas ao cultivo da soja, do algodão e do milho (SANTOS e CHAVES, 2014), tais como “Roda Velha, no município de São Desidério, Rosário, no município de Correntina, Novo Paraná (topônimo com referência à origem de migrantes paranaenses) e Mimoso do Oeste, no então território municipal de Barreiras” (SANTOS, 2018b, p. 115).

Dentre essas nucleações derivadas da agricultura moderna, destaca-se o aglomerado de Mimoso do Oeste, originado por volta do ano de 1974, de uma pensão para caminhoneiros próxima a um posto de combustível, nas margens da rodovia BR-020 (BRANDÃO, 2012), devido à sua célere ascensão no contexto territorial, principalmente em termos de tamanho, contabilizando 2.385 habitantes, em 1991 (MOTTA, 2020). Seu reconhecimento oficial na condição de distrito de Barreiras veio em 1997, por meio da lei nº 395/97, e passou a ser denominado Luís Eduardo Magalhães, em 1998, de acordo com a lei municipal nº 422/98 (BARREIRAS, 1998).

A emancipação político-administrativa de Luís Eduardo Magalhães ocorreu no ano 2000, por força da lei estadual nº. 7.619/2000²⁵ (LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2020), cuja força emancipatória se deveu fundamentalmente a um empenho emanado de interesses de agentes políticos locais. Em 2010, o núcleo de Luís Eduardo Magalhães se destacava como o segundo centro de maior importância na rede urbana regional em termos de tamanho populacional urbano (Tabela 3), constando um total de 54.881

²⁵ Projeto de lei elaborado pela então Deputada Estadual Jusmari de Oliveira (LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2020).

habitantes, figurando atrás somente de Barreiras, que, por sua vez, registrava 123.741 habitantes (IBGE, 2010).

Tabela 3 – Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população urbana em 2010.

Centro	População	%	Centro	População	%
Barreiras	123.741	30	Angical	6.531	2
Luís Eduardo Magalhães	54.881	13	Serra do Ramalho	6.274	2
Santa Maria da Vitória	23.816	6	Coribe	6.141	1
Barra	22.446	5	Serra Dourada	6.002	1
Santa Rita de Cássia	14.907	4	Wanderley	5.878	1
Formosa do Rio Preto	13.647	3	Mansidão	4.782	1
Santana	13.483	3	Tabocas do Brejo Velho	3.932	1
Correntina	12.604	3	Baianópolis	3.482	1
Carinhanha	12.585	3	Feira da Mata	3.243	1
Riachão das Neves	10.744	3	Canápolis	3.225	1
São Félix do Caribe	10.587	3	Cristópolis	3.133	1
São Desidério	8.633	2	Jaborandi	3.040	1
Cocos	8.572	2	Brejolândia	1.984	0
Buritirama	7.905	2	Muquém do São Francisco	1.283	0
Sítio do Mato	6.866	2	Catolândia	967	0
Cotegipe	6.648	2	Total	411.962	100

Fonte: IBGE, 2010.

Acompanhado ao crescimento populacional urbano, o núcleo de Luís Eduardo Magalhães passou a receptor atividades e serviços urbanos voltados, prioritariamente, para atender às demandas do agronegócio instalado na região do Oeste Baiano, dentre os quais foram verificados serviços de implementos agrícolas, distribuidores de maquinários, agroindústrias, *tradings* e cooperativas agrícolas (ELIAS, 2011; SANTOS e CHAVES, 2014), “transformando-se em lugar de gestão local e regional dessa atividade, por concentrar a produção agrícola e agroindustrial da região”, conforme assinala Santos (2019, p. 86).

A princípio, sobretudo a partir da década de 1980, o núcleo de Barreiras abarcou tais atividades especializadas para o campo, todavia, no decorrer dos últimos anos, nota-se uma menor expressividade dessas atividades na medida em que o setor desses serviços especializados se amplia no núcleo de Luís Eduardo Magalhães, estando o centro de Barreiras mais próximo da condição de centro de gestão comercial regional e macrorregional, por ampliar o seu comércio em demais áreas, especificamente nas áreas de saúde, de ensino superior, administrativa e de gestão pública (SANTOS, 2016b; BRANDÃO, 2012). No entanto, deve-se observar para a expansão em curso de Luís Eduardo Magalhães, no que se refere ao setor de comércio e serviços em diversas áreas, ao notar que, tanto em Barreiras quanto em Luís Eduardo Magalhães, são encontradas redes de varejo, concessionárias de automóveis, diversos agentes bancários,

representantes de empresas de telecomunicações e entre outros, podendo-se, assim, inferir a tendência de uma concentração espacial urbana nesses dois centros (SANTOS, 2016b).

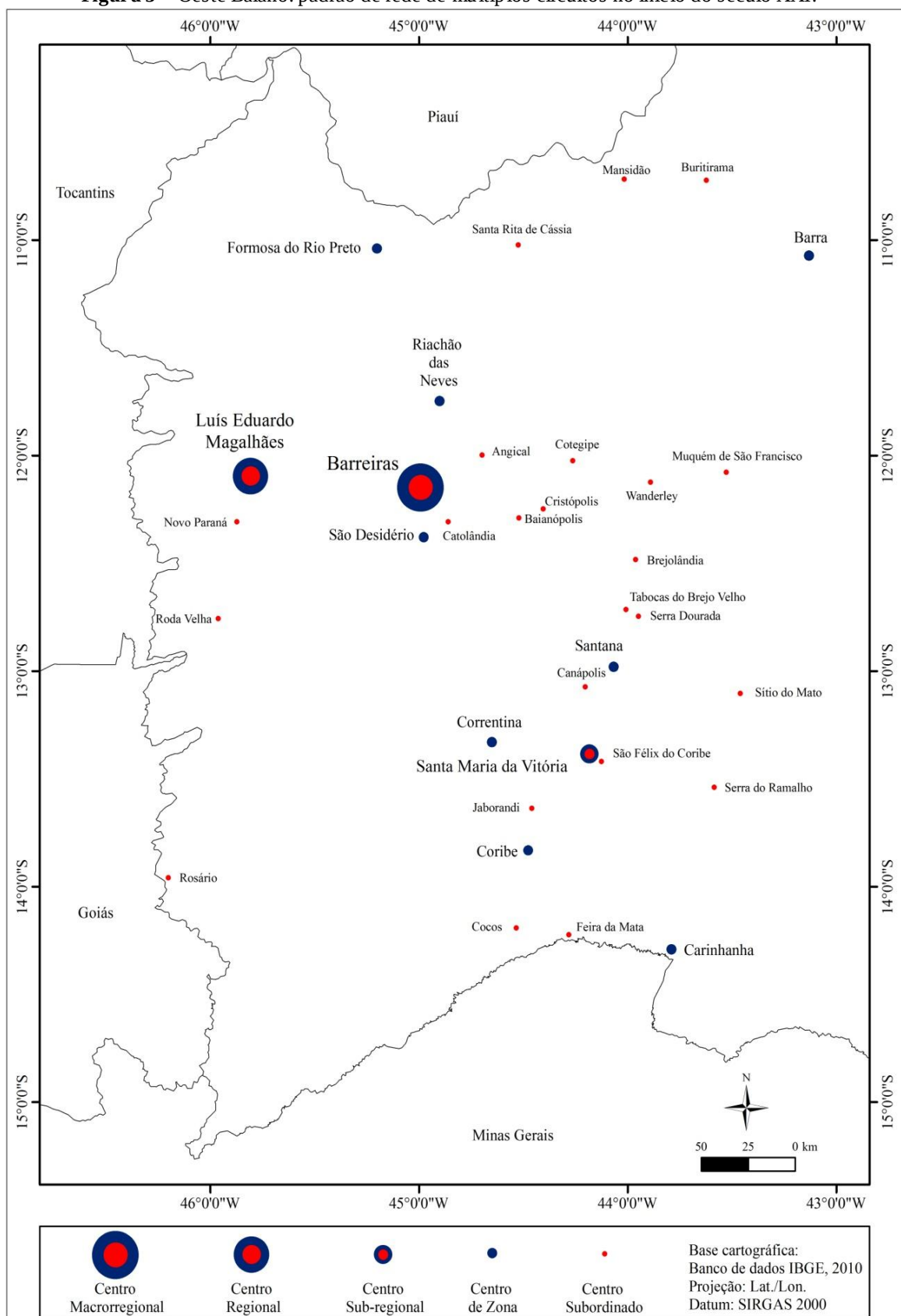
Em termos de rede urbana do Oeste Baiano, nota-se um padrão espacial de múltiplos circuitos de média complexidade (Figura 5), em formação, tendo em vista da complexidade da organização espacial da região (SANTOS, 2016b). Nesse padrão espacial de rede urbana de múltiplos circuitos, os centros se diferenciam “segundo a posição na hierarquia de lugares centrais e segundo as especializações produtivas que apresentam” (CORRÊA, 2012, p. 207). A respeito de Barreiras, esse núcleo vem exercendo função de gestão do território, tendo em vista da diversidade funcional no que tange à área do comércio e de bens e serviços, enquanto que Luís Eduardo Magalhães se torna um centro de produção.

Em termos de hierarquia urbana regional, em primeira ordem, tem-se o núcleo de Barreiras no topo hierárquico, desempenhando papéis de centro macrorregional, com uma área de influência considerável, por conter serviços ligados aos circuitos verticais e horizontais da produção, e uma posição geográfica favorável, mantendo contatos com centros de redes urbanas distantes, por meio de ligações aeroportuárias. Em segunda ordem, tem-se o núcleo de Luís Eduardo Magalhães, com uma posição geográfica relativamente favorável, localizando-se no entroncamento das rodovias federais BR-020 e BR-242, constituindo-se como centro de gestão da produção agrícola e agroindustrial e centro de referência para os recém aglomerados oriundos dessa nova dinâmica no campo, desempenhando, portanto, papéis de centro regional, conforme inferido por Santos (2018b).

Em terceira ordem, tem-se Santa Maria da Vitória, núcleo de tamanho relativo, exercendo papel de centro sub-regional. Na quarta ordem, figuram-se centros elementares em tamanho e funções urbanas, tais como Barra, Carinhanha, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santana e São Desidério, exercendo papéis de centros locais. Por fim, a base da rede é constituída por várias nucleações incipientes, formando um elevado conjunto de centros subordinados (SANTOS, 2016b).

Mesmo provenientes de processos de criação distintos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães respondem a processos de evolução urbana similares, equiparando-se ao que Pequeno e Elias (2020) assinalam de cidades do agronegócio, sobretudo por estarem localizados em um recorte regional propiciado para o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional caracterizado pela prática da agricultura modernizada.

Figura 5 – Oeste Baiano: padrão de rede de múltiplos circuitos no início do século XXI.



Fonte: Elaboração do autor.

Por um lado, o centro de Barreiras, ao possuir uma tradição histórica, desde o seu processo de criação, estrutura-se em uma considerável espaço-temporalidade, principalmente pela sua favorável posição geográfica na rede urbana e na composição da organização socioespacial da região da Oeste Baiano. Por outro lado, o núcleo de Luís Eduardo Magalhães, tendo sua criação ligada à dinâmica da modernização da produção na região e sua emancipação político-administrativa derivada de “força dos interesses corporativos emanados das elites agroindustriais”, conforme assinala Brandão (2012, p. 188), ascende-se na rede urbana regional em uma curta espaço-temporalidade, desempenhando papéis especializados e alterando a própria composição dessa rede em termos de hierarquia urbana. Ambos, todavia, exercendo uma concentração espacial urbana (SANTOS, 2016b).

Ao mesmo tempo em que se contempla uma notável relação de complementaridade entre os centros, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, tanto pela integração de funções urbanas distintas, em uma relação de cooperação entre os mesmos, quanto pela “intensidade dos movimentos pendulares”, como observado por Brandão, (2012, p. 185), é verificável também uma relação de competitividade, na medida em que cada centro se posiciona na rede urbana regional e, principalmente, como cada um responde ao processo de reprodução ligado à modernização do campo.

Na condição de meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam, a rede urbana tem sua dinâmica interna e seu funcionamento explicitados pelo movimento dos fluxos, especialmente àqueles de naturezas econômicas, os quais permitem explicar diversos fenômenos entre os seus segmentos. Em outras palavras, por meio desses fluxos pode-se verificar a predominância de relações complementares, competitivas ou ambas, simultaneamente.

Diante do exposto, o processo de produção e consumo de uma rede urbana regional que responde, prioritariamente, a uma dinâmica econômica e territorial pautada na modernização do campo, sendo essa modernização vinculada à produção de commodities agrícolas, torna-se importante elemento para desvendar as relações predominantes entre seus segmentos. Protagonistas da rede urbana regional do Oeste Baiano no início do século XXI, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães respondem a esse mesmo processo de maneiras peculiares, principalmente no que se refere à intensidade de suas respectivas participações no mercado econômico global e, na condição de centros urbanos voltados para o agronegócio, especializam-se produtivamente de maneiras particulares, tornando-se focos centrais dos fluxos que permeiam a rede urbana regional.

CAPÍTULO 4

COMPLEMENTARIDADES ENTRE BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM UMA REDE URBANA DO TERCIÁRIO

Com sua forma espacial de múltiplos circuitos de média complexidade, a particularidade de rede urbana do Oeste Baiano se estabelece com os centros de pequeno porte, localizados na base hierárquica, subordinados a dois núcleos que desempenham principais e distintos papéis urbanos na atualidade: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Se por um lado o centro de Barreiras inicia um processo de refuncionalização urbana, no qual anteriormente visava atender às demandas do campo modernizado, no início do processo de reestruturação produtiva regional, por volta da década de 1980, e que na atualidade se encontra em um patamar adiante dessa específica especialização, consagrando-se como centro de funções comerciais e de serviços urbanos diversificados, de maneira preponderante no contexto regional, por outro lado, o centro de Luís Eduardo Magalhães, numa curta espaço-temporalidade de ascensão, aprofunda sua especialização urbana, tal qual atende, prioritariamente, às demandas da agricultura moderna, no início do século XXI.

Para Corrêa (2018, p. 99), as diferenças entre centros urbanos não dizem respeito apenas à “localização, tamanho, densidade, funções e outros atributos, mas também em relação às articulações espaciais entre eles”. No que tange a hierarquia da rede urbana do Oeste Baiano, especialmente a distinção de papéis evidencia os referidos núcleos diante de uma circunstância de relações que circunscrevem ao dinamismo e ao significado dessa particularidade de rede, tal qual, por sua vez, materializa-se como objeto de uso para o processo de reprodução. Uma dessas relações se trata de uma complementaridade entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, principalmente no que se refere a uma cooperação econômica, política e urbana entre agentes produtores espaciais nos respectivos territórios, haja vista das distinções funcionais no âmbito da divisão territorial do trabalho local.

No sentido de evidenciar as importâncias de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em uma relação de complementaridade política, econômica e urbana, e como suas influências urbanas incidem sobre o espaço, este capítulo se estrutura em três tópicos. O primeiro, intitulado “Agentes produtores dos territórios e da rede urbana”, identifica os sujeitos produtores dos territórios de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, considerando agentes políticos e agentes hegemônicos detentores de glebas

fundiárias, no sentido de caracterizá-los como àqueles que se apresentam com maior força política e econômica. Inclui nesse primeiro tópico a caracterização dos agentes políticos locais que, em parte considerável, encontram-se atrelados ao grupo de detentores fundiários e que utilizam o poder local para sua própria reprodução política. Para esse primeiro tópico, acerca dos agentes políticos, foram utilizados dados coletados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, acerca dos agentes econômicos, na plataforma do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O segundo tópico, “Redes de serviços”, não somente identifica os agentes também inerentes à produção dos territórios de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, como evidencia os papéis urbanos que essas instituições em redes desempenham em ambos os centros. A principal dissociação entre esses agentes em relação àqueles levantados no tópico anterior se deveu para a não constatação de propriedades fundiárias cadastradas em seus respectivos nomes, mas que, de algum modo, integram à estruturação de uma rede urbana composta de rede de serviços diversos. A respeito dessas informações, foram feitos levantamentos bibliográficos e documentais em sítios eletrônicos institucionais.

O terceiro tópico, “Influências espaciais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães”, remete para uma abordagem a respeito das influências espaciais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães ao selecionar especificidades de funções urbanas exercidas por ambos, na tentativa de visualizar o campo geográfico de alcance dessas atividades. Nesse sentido, optou-se pelo mapeamento da naturalidade dos estudantes dos maiores cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), medicina e engenharia de produção, ofertados nos respectivos campi de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, para se atingir uma concepção das conexões de longas distâncias, e do mapeamento das localidades de origens (naturalidades) dos pacientes que buscam atendimento no principal hospital da região, o Hospital do Oeste (HO), localizado em Barreiras, para se atingir uma concepção das conexões de curtas distâncias.

4.1 – Os agentes hegemônicos da rede urbana regional

A produção dos territórios de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães encontra-se vulneravelmente condicionada à ação de agentes que visam sua própria reprodução, os quais, dessa maneira, podem ser agrupados nos âmbitos político e econômico. Com base nos estudos de Pequeno e Elias (2020), quando se averigua a imbricação entre agentes do

agronegócio e agentes públicos, como os agentes políticos, verifica-se um impacto na reestruturação não somente da cidade, como também na própria rede urbana. Notadamente, verifica-se o papel desempenhado por agentes políticos locais, no sentido em que esses se apropriam do poder local, mantendo controle político-administrativo de ambas as nucleações, angariando recursos de esferas superiores, com base no discurso da imposição ideológica do desenvolvimento econômico.

Conforme mencionado anteriormente, a emancipação de Luís Eduardo Magalhães se decorreu após aprovação do Projeto de Lei Estadual nº 7.619/2000 de autoria da então deputada estadual Jusmari Oliveira (na época PFL – Partido da Frente Liberal, atualmente denominado DEM - Democratas), que, circunstancialmente, desdobrou-se na eleição de seu cônjuge, o empresário do ramo agropecuário, Oziel Oliveira (na época PP – Partido Progressista), no ano 2000, para o cargo de prefeito, exercendo o seu primeiro mandato, entre 2001 e 2004, e reelegendo-se para o seu segundo mandato, entre 2005 e 2008 (TSE, 2020).

Em 2008, outro empresário do ramo agropecuário, Humberto Santa Cruz Filho (na época PR – Partido da República), obteve êxito para ocupar o cargo de mandatário do executivo municipal, sendo re-eleito em 2012, perdurando no cargo de prefeito até o final de 2016, momento de retorno do então primeiro mandatário, Oziel Oliveira (na época PDT – Partido Democrático Trabalhista), o qual exerceu o cargo de deputado federal entre 2011 e 2015, e que retornou para a chefia do executivo municipal de Luís Eduardo Magalhães em 2017 até a atualidade (TSE, 2020).

Com relação a Barreiras, nos últimos anos o comando administrativo municipal foi apropriado, em sua maior parte, por oligarquias tradicionais, tendo como recentes mandatários Antonio Henrique de Souza Moreira (na época do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; e reeleito pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), entre 1997 e 2004, Saulo Pedrosa (PSDB), entre 2005 a 2008, a então recém eleita deputada federal Jusmari Oliveira (na época PR), entre 2009 e 2012 (salienta-se sua ascensão para o cargo de Secretária Estadual do Desenvolvimento Urbano (Sedur) no ano de 2017²⁶ e eleição para o cargo de deputada estadual em 2018 pelo PSD – Partido Social Democrático), Antonio Henrique de Souza Moreira (PP), entre 2013 a 2016, e João Barbosa de Souza Sobrinho (DEM – Democratas), de 2017 até a atualidade (TSE, 2020).

²⁶ Nomeação publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia de 21 de setembro de 2017, Ano CII, nº 22.264 (BA HIA, 2017).

A respeito dos agentes econômicos²⁷, destacam-se empresas do ramo agropecuário, do setor industrial, agentes imobiliários e agentes financeiros, que formam um setor produtivo articulado, detendo glebas fundiárias nos respectivos territórios. Sobre o setor do ramo agropecuário, em Barreiras foram verificadas empresas detentoras de distintas áreas cujas somas superaram valores de 1.000 (mil) hectares (ha): AM Agropecuária Ltda. (5.194,7855 ha), Emagro Empreendimentos Agrosilvipastoris SPE Ltda. (3.186,0840 ha), Agrícola Novo Oeste Ltda. (2.987,5173 ha), Integra Agropecuária e Participações Ltda. (2.966,8536 ha), Agropecuária Tapera Ltda. (1.912,0599 ha), SJ Brazil Agropecuária N°. 1 Ltda. (1.554,9276 ha), Riondas Agropastoril Ltda. (1.286,4872 ha) e Oca Agrícola Ltda. (1.096,4497 ha), conforme listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Empresas do ramo agropecuário detentoras de terras em Barreiras em 2020.

Empresas rurais ou prestadoras de serviços para o campo	Área de detenção (hectares)
AM Agropecuária Ltda.	5.194,7855
Emagro Empreendimentos Agrosilvipastoris SPE Ltda.	3.186,0840
Agrícola Novo Oeste Ltda.	2.987,5173
Integra Agropecuária e Participações Ltda.	2.966,8536
Agropecuária Tapera Ltda.	1.912,0599
SJ Brazil Agropecuária N°. 1 Ltda.	1.554,9276
Riondas Agropastoril Ltda.	1.286,4872
Oca Agrícola Ltda.	1.096,4497
Agropecuária Mata do Puba S/A.	997,4584
ISA – Irrigação Santo André S/A	929,7820
Omega Participações e Agropecuária S.A.	873,3661
Agro-Basso Agrícola Ltda.	761,8865
Associação dos Produtores Rurais da Mantiqueira	551,6669
Itogress Agrícola Alta Mogiana Ltda.	551,1730
Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.	471,9332
Gretter Agro Serviços Ltda. – EPP	372,8341
CGG Trading	360,8943
Rafaeli Importadora e Exportadora de Grãos Ltda.	156,5948
Agropecuária Boa Nova Ltda.	109,9274
Aiba - Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia	40,0914
FZEN Administradora de Bens Eireli	4,0037

Fonte: Incra, 2020.

Além das empresas do ramo agropecuário, foram apuradas empresas prestadoras de serviços de suportes para essas atividades no campo, detentoras de glebas relativamente menores, como a ISA – Irrigação Santo André S/A (929,7820 ha), a Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. (471,9332 ha), Gretter Agro Serviços Ltda. – EPP (372,8341 ha), a CGG Trading (360,8943 ha), a Rafaeli Importadora e Exportadora de

²⁷ A respeito de informações acerca dos agentes econômicos (indústrias e construtoras), os comprovantes cadastrais da Receita Federal (Figuras 14 a 42) estão em anexo.

Grãos Ltda. (156,5948 ha), a Aiba – Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia (40,0914 ha) e a FZEN Administradora de Bens Eireli (4,0037 ha).

No caso de Luís Eduardo Magalhães, as maiores áreas de imóveis fundiários, inclusive relacionando somas de áreas distintas, foram de detenção de empresas ligadas também a esse setor agropecuário, como a Aroeira Propriedades Agrícolas Ltda. (15.773,6815 ha), a Agrifirma Brasil Agropecuária S.A. (9.309,3969 ha), a Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda. (8.001,7047 ha), a Belap Agropecuária (7.306,3338), a Agreste Cotton Agropecuária Ltda. (6.719,4667 ha), a Farmers Elevator do Brasil Agropecuária Ltda. (5.020,4621 ha) e a ASA – Agrícola Santo Antônio S/A (3.547,8576 ha), conforme listadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Empresas do ramo agropecuário detentoras de terras em Luís Eduardo Magalhães em 2020.

Empresas rurais	Área de detenção (em hectares)
Aroeira Propriedades Agrícolas Ltda.	15.773,6815
Agrifirma Brasil Agropecuária S.A.	9.309,3969
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda.	8.001,7047
Belap Agropecuária	7.306,3338
Agreste Cotton Agropecuária Ltda.	6.719,4667
Farmers Elevator do Brasil Agropecuária Ltda.	5.020,4621
ASA – Agrícola Santo Antônio S/A	3.547,8576
Kimeta Agropecuária Ltda.	811,4046
GW – Agropecuária Ltda.	803,4003
Itograss Agrícola Alta Mogiana Ltda.	698,6955
Agropecuária Jatobá Ltda.	509,7498
Fazenda Nova Brazilândia Ltda.	501,1821
Agropecuária Vereda Alegre Ltda.	465,1416
Sertaneja - Empresa Agropastoril S/A	441,3190
Top Bel Agropecuária Ltda.	420,4881
LEM Agricultura e Pecuária Ltda.	212,0838
Nol Agropecuária Ltda.	206,6457
Agropecuária S EPP Ltda.	155,6456
Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes	117,0954
Agroparaná S/A	100,0838
Galvani - Indústria, Comércio e Serviços S.A.	7,2472

Fonte: Incra, 2020.

A respeito das empresas com valores de detenção inferiores a 1.000 (mil) hectares foram: Kimeta Agropecuária Ltda. (811,4046 ha), GW – Agropecuária Ltda. (803,4003 ha), Itograss Agrícola Alta Mogiana Ltda. (698,6955 ha), Agropecuária Jatobá Ltda. (509,7498 ha), Fazenda Nova Brazilândia Ltda. (501,1821 ha), Agropecuária Vereda Alegre Ltda. (465,1416 ha), Sertaneja - Empresa Agropastoril S/A (441,3190 ha), Top Bel Agropecuária Ltda. (420,4881 ha), LEM Agricultura e Pecuária Ltda. (212,0838 ha), Nol Agropecuária Ltda. (206,6457 ha), Agropecuária S EPP Ltda. (155,6456 ha),

Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes (117,0954 ha), Agroparaná S/A (100,0838 ha) e Galvani - Indústria, Comércio e Serviços S.A. (7,2472 ha).

A respeito do setor industrial, a apropriação do mercado de terras em Barreiras pôde ser verificada pelas empresas Indústria de Derivados da Mandioca Santa Cruz (9.209,8807 ha), Mauricéa Alimentos do Nordeste Ltda. (2.027,5364 ha) e Agronol – Agro industrial S/A (918,2140 ha). De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), a Indústria de Derivados da Mandioca Santa Cruz Ltda., com sede localizada em Barreiras, exerce como atividade principal a fabricação de farinha de mandioca e derivados; a Mauricéa Alimentos do Nordeste Ltda., com unidades localizadas em Barreiras, exerce como atividades a criação de frangos e bovinos para o corte e a produção de ovos; e a Agronol Agro industrial S/A, com unidade localizada em Barreiras, tem como atividade econômica principal a fabricação de farinha de mandioca e derivados (RECEITA FEDERAL, 2020).

A respeito do setor industrial, a apropriação do mercado de terras em Luís Eduardo Magalhães pôde ser verificada pelas empresas Agronol – Agro Industrial S/A (2.711,2822 ha), Bunge Alimentos S/A (2.414,7421 ha) e Mauricéa Alimentos Nordeste Ltda. (299,5800 ha). A Agronol – Agroindustrial S/A, com unidade localizada em Luís Eduardo Magalhães, tem como atividade principal o cultivo de café e como atividades secundárias os cultivos de soja, milho, frutas, cana-de-açúcar e algodão herbáceo e as criações bovina e de peixes em água doce; a Bunge Alimentos S.A., com unidades em Luís Eduardo Magalhães, exerce as atividades econômicas de extração de madeira em florestas plantadas, depósitos de mercadorias e emissão de warrant (finanças), transporte rodoviário de carga, fabricação de óleos vegetais em bruto (exceto óleo de milho), fabricação de óleos vegetais refinados e comércio atacadista de soja, de cereais e leguminosas beneficiados, de produtos alimentícios em geral e de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; e a empresa Mauricéa Alimentos Nordeste Ltda., com unidades em Luís Eduardo Magalhães, exerce atividades de armazenagem e emissão de warrant (finanças), de abate de aves, fabricação de produtos de carne, preparação de subprodutos do abate e comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (RECEITA FEDERAL, 2020).

Sobre os agentes imobiliários²⁸ detentores de glebas fundiárias em Barreiras foram averiguadas as empresas Pro Café Agroindustrial Ltda. (Pro Café Compra e Venda

²⁸ A respeito da atuação dos agentes imobiliários na produção dos espaços urbanos de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, ver Pequeno e Elias (2015).

de Imóveis Ltda.) (1.659,5480 ha), Norte Construtora e Imobiliária Ltda. (1.022,3778 ha), Cidade Alta Empreendimentos Imobiliários Ltda. (724,6971 ha), Valparaíso Administradora de Bens Ltda. (453,3002 ha), Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Derschum Ltda. (409,8180 ha), Patrimonial Celta Ltda. (401,7715 ha) e Deltaville Empreendimentos Imobiliários Ltda. (40,0473 ha) (Quadro 4).

Quadro 4 – Empresas imobiliárias detentoras de terras em Barreiras em 2020.

Agentes imobiliários	Área (hectares)
Pro Café Agroindustrial Ltda.	1.659,5480
Norte Construtora e Imobiliária Ltda.	1.022,3778
Cidade Alta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	724,6971
Valparaíso Administradora de Bens Ltda.	453,3002
Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Derschum Ltda.	409,8180
Patrimonial Celta Ltda.	401,7715
Deltaville Empreendimentos Imobiliário Ltda.	40,0473

Fonte: Incra, 2020.

A Pro Café Agroindustrial Ltda., com sede localizada em Barreiras, exerce como atividade a compra, venda e aluguel de imóveis próprios; a Norte Construtora e Imobiliária Ltda., com sede em Luís Eduardo Magalhães (BA), tem como atividades a incorporação de empreendimentos imobiliários, o aluguel, a compra e a venda de imóveis próprios, construção de edifícios, serviços de corretagem no aluguel de imóveis, gestão e administração da propriedade imobiliária, serviços de engenharia e de apoio a edifícios, obras de terraplanagem, locação de mão-de-obra temporária e aluguel de máquinas e equipamentos para construção; a empresa Cidade Alta Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede localizada em Barreiras (BA), tem como atividade principal a incorporação de empreendimentos imobiliários; a Valparaíso Administradora de Bens Ltda., com sede em Barreiras, exerce a gestão e administração da propriedade imobiliária; a Patrimonial Celta Ltda., com sede em Lauro de Freitas (BA), exerce a função de holding de instituições não financeiras e atua no segmento de aluguel de imóveis próprios; e a Deltaville Empreendimentos Imobiliários Ltda., com unidade em Barreiras, tem como atividade a compra e venda de imóveis próprios, bem como a incorporação de empreendimentos imobiliários, obras de urbanização, terraplanagem e outros serviços de preparação do terreno (RECEITA FEDERAL, 2020)²⁹.

²⁹ As informações concernentes a cada empresa foram concebidas pelo cruzamento de dados relacionados ao nome fantasia das empresas e os respectivos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ), junto à busca em sítios eletrônicos. Não foram localizadas informações específicas a respeito da empresa Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Derschum Ltda.

A respeito dos agentes imobiliários detentores de terras em Luís Eduardo Magalhães (Quadro 5), foram identificados: Sertaneja Negócios Imobiliários Ltda. (5.787,6883 ha); Laucas Empreendimentos Ltda. (1.758,6290 ha), Cinergy Patrimonial S/A. (810,3909 hectares), Supremo Incorporadora e Construtora Ltda. (437,8905 ha), Village Construções Ltda. (423,8357 ha), Imobiliária J LEM Ltda. (302,7699 ha), Norte Construtora e Imobiliária Ltda. (177,1173 ha), Temik Desenvolvimento Imobiliário S.A. (29,4242 ha) e Bom Recreio Empreendimentos Imobiliários Ltda. (23,9764 ha).

A empresa imobiliária Sertaneja Negócios Imobiliários, com sede localizada em Barreiras (BA), exerce como atividade a compra e a venda de imóveis próprios, a incorporação de empreendimentos imobiliários, o aluguel de imóveis próprios, atividades de consultoria em gestão empresarial, serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias, e o treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; e a Laucas Empreendimentos Ltda., com escritório localizado em Luís Eduardo Magalhães, tem como atividade a incorporação de empreendimentos imobiliários e atua no ramo de cultivos de milho, algodão herbáceo, soja e café, no comércio atacadista de café em grão, de soja e de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada, além de atuar no ramo hoteleiro, na participação de outras sociedades, na compra, venda e aluguel de imóveis próprios e no loteamento de imóveis próprias (RECEITA FEDERAL, 2020).

Quadro 5 – Empresas imobiliárias detentoras de terras em Luís Eduardo Magalhães em 2020.

Agentes imobiliários	Área (em hectares)
Sertaneja Negócios Imobiliários Ltda.	5.787,6883
Laucas Empreendimentos Ltda.	1.758,6290
Cinergy Patrimonial S/A.	810,3909
Supremo Incorporadora e Construtora Ltda.	437,8905
Village Construções Ltda.	423,8357
Imobiliária J LEM Ltda.	302,7699
Norte Construtora e Imobiliária Ltda.	177,1173
Temik Desenvolvimento Imobiliário S.A.	29,4242
Bom Recreio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	23,9764

Fonte: Incra, 2020.

A Cinergy Patrimonial S/A, com sede em Goiânia (GO), tem a função principal de holding de instituições não financeiras e participa de outras sociedades, além de atuar na compra e venda de imóveis próprios; a Supremo Incorporadora e Construtora Ltda., com sede em Luís Eduardo Magalhães, exerce a compra e venda de imóveis próprios e a construção de edifícios e a incorporação de empreendimentos imobiliários; a Imobiliária J LEM Ltda., com sede em Luís Eduardo Magalhães, exerce como atividade econômica

principal a incorporação de empreendimentos imobiliários e como atividades econômicas secundárias a compra, venda e o aluguel de imóveis próprios, a corretagem no aluguel de imóveis, a gestão e administração da propriedade imobiliária e o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas; a Temik Desenvolvimento Imobiliário S/A, também com sede em Luís Eduardo Magalhães, atua, principalmente, na incorporação de empreendimentos imobiliários e na compra, venda e aluguel de imóveis próprios; e a Bom Recreio Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede em Luís Eduardo Magalhães (BA), tem como atividade principal a compra e venda de imóveis próprios, além de atuar no âmbito da corretagem e de aluguel de imóveis próprios (RECEITA FEDERAL, 2020)³⁰.

Acrescentam-se ao grupo de detentores de terras, identificados estritamente em Barreiras, os agentes financeiros, sendo verificadas duas instituições: Banco Bradesco S/A (490,3145 ha) e Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S/A (501,1451 ha) (INCRA, 2020). Enquanto o primeiro agente é componente do Grupo Bradesco, atuante nas áreas do ramo financeiro, principalmente na relação com investidores, trata-se de uma das maiores redes bancárias do país em termos de ativos, clientes e número de agências (BRADESCO, 2020); o segundo se trata de um componente do Grupo Ecoagro, que possui especialização voltada para operações financeiras e, no sentido de manter a relação entre cadeia produtiva e capital financeiro, objetiva adquirir direitos de créditos do agronegócio, emitindo títulos no mercado financeiro, no duplo intuito de aumentar a produção agrícola e a rentabilidade dos seus investidores (ECOAGRO, 2014).

Nota-se que esses diversos agentes identificados, detentores de glebas fundiárias, conformam uma amostra de um setor produtivo articulado e integrado à cadeia produtiva, envolvendo múltiplos setores da economia e, portanto, a hegemonia local e regional. Salienta-se, contudo, a expressiva participação do setor agropecuário, com diversos agentes possuidores de elevadas glebas de terras, evidenciando uma concentração fundiária por parte dos mesmos, como também a significativa presença do setor imobiliário, cujas empresas, em sua maioria, possuem sedes em outras localidades do país, todavia ligadas diretamente à franca e notável expansão urbana tanto em Barreiras quanto em Luís Eduardo Magalhães, sobretudo com a abertura de loteamentos nas adjacências dos respectivos núcleos urbanos.

³⁰ As informações concernentes a cada empresa foram concebidas pelo cruzamento de dados relacionados ao nome fantasia das empresas e os respectivos registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), junto à busca em sítios eletrônicos. Não foram localizadas informações específicas a respeito da empresa Village Construtora Ltda.

Há, portanto, não somente a intensificação da presença desses agentes hegemônicos vinculados ao agronegócio na produção tanto de Barreiras quanto de Luís Eduardo Magalhães, como também uma intensa nutrição dos mesmos, que não apenas conformam a rede urbana regional, mas absorvem para si as infraestruturas disponíveis e reproduzem os espaços, rurais e urbanos, sobretudo por meio da concentração fundiária, com suas próprias lógicas, tornando-os concentrados e, simultaneamente, fragmentados, pois, conforme pondera Corrêa (2018, p. 74), “a cidade é um espelho de sua região”, que, no caso do Oeste Baiano, é apropriada também por esses agentes econômicos e políticos que se sustentam nos poderes locais para perpetuarem a lógica de reprodução espacial, seja por meio da apropriação do mercado imobiliário, seja por meio da ascensão em conglomerados político-partidários.

Desse modo, o poder local serve não somente para nutrir esses agentes econômicos e políticos que, de maneira associada, alavancam-se econômica e politicamente, usufruindo das circunstâncias derivadas da apropriação, tendo Barreiras e Luís Eduardo Magalhães como principais núcleos de capital econômico e de capital político da região, como também esses mesmos agentes se associam, permanentemente, ao próprio poder local. Em outras palavras, a hierarquia da rede urbana regional do Oeste Baiano se configura como um instrumento de poder.

4.2 – Redes de serviços

A respeito das redes de serviços, inerentes à materialidade da rede urbana, no Oeste Baiano, destacam-se os serviços urbanos sofisticados, como as grandes redes de varejo e as concessionárias de automóveis, cujas unidades estão concentradas em Luís Eduardo Magalhães e, mormente, em Barreiras, dentre as quais são destacadas as redes *Le Biscuit*, Lojas Americanas, Magazine Luiza, Novo Mundo, Pague Menos, *Chevrolet*, *Fiat*, *Mitsubish Motors*, *Toyota* e *Volkswagen* em ambos os centros, e as redes Atacadão, Casas Bahia, *Havan*, *Ford*, *Honda*, *Mercedes Benz*, *Nissan* e *Renault* somente em Barreiras, no ano de 2016 (SANTOS, 2019).

Dentre as instituições de serviços especializados para o campo são destacadas as presenças das cooperativas agrícolas, a exemplo da Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (Cooproeste) e a Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia (Cooperfarms), em Luís Eduardo Magalhães, redes agroindustriais, representadas por multinacionais, como a *Cargill* (em Barreiras), a *Galvani* e a *Bunge* (em Luís Eduardo Magalhães), as

tradings Archer-Daniels Midland (ADM), Louis Dreyfus Company, Multigrain, Noble (em Luís Eduardo Magalhães) e SLC Agrícola (em Barreiras) e redes de distribuidoras de maquinários agrícolas como a *Agrale* e *Case ih Agriculture* (em Luís Eduardo Magalhães) (SANTOS, 2019; COOPERFARMS, 2020).

Embora haja maior concentração de empresas do ramo do agronegócio em Luís Eduardo Magalhães, destaca-se a importância urbana de Barreiras devido à disponibilidade de serviços voltados para a administração pública, como as unidades das secretarias estadual da fazenda, educação e saúde, o serviço aeroportuário, sendo o único núcleo da região do Oeste Baiano a possuir aeroporto com linhas regulares para Salvador, Brasília e Belo Horizonte, os serviços de comunicação, com a sede da TV Oeste (emissora da Rede Bahia de Televisão e afiliada à Rede Globo) e os serviços financeiros, com maior número de agências bancárias, conforme dados da Estatística Bancária (Estban) do Banco Central do Brasil (BCB) (Quadro 6).

Quadro 6 – Agências bancárias em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães em 2020.

Centros	Bancos	Nº de agências
Barreiras	Banco do Brasil S.A.	3
	Caixa Econômica Federal	2
	Banco Rabobank Intl. Brasil S.A.	1
	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1
	Itaú Unibanco S.A.	1
	Banco Bradesco S.A.	3
	Banco Santander (Brasil) S.A.	1
Luís Eduardo Magalhães	Banco do Brasil S.A.	2
	Caixa Econômica Federal	1
	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1
	Itaú Unibanco S.A.	1
	Banco Bradesco S.A.	3
	Banco Santander (Brasil) S.A.	1

Fonte: BCB, 2020.

A respeito dessas agências bancárias, foram verificadas 5 agências do Banco do Brasil (3 em Barreiras e 2 em Luís Eduardo Magalhães), 3 agências da Caixa Econômica Federal (2 em Barreiras e 1 em Luís Eduardo Magalhães), 1 agência do Banco Rabobank Internacional em Barreiras, 2 agências do Banco do Nordeste do Brasil (1 em cada centro), 2 agências do Itaú Unibanco (1 em cada centro), 6 agências do Banco Bradesco (3 em cada centro) e 2 agências do Banco Santander (1 em cada centro) (BCB, 2020).

Com relação aos serviços de saúde, dentre as inúmeras instituições de serviços especializados na área médica, destaca-se o Hospital do Oeste (HO) localizado em Barreiras e que oferece uma complexidade de serviços hospitalares, podendo ser

destacados uma unidade de urgência e emergência, 193 leitos de internação distribuídos em terapia intensiva adulta, pediátrica e neonatal; clínica médica; clínica cirúrgica; clínica pediátrica; clínica obstetrícia e unidade de queimados; e atende em diversas especialidades, dentre as quais estão: cirurgia geral e plástica reparadora, cirurgia pediátrica, neurocirurgia, neurologia adulta e pediátrica, nefrologia, oftalmologia, urologia, otorrinolaringologia e bucomaxilofacial (OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, 2020).

Acrescenta-se à importância urbana de Barreiras os serviços educacionais de nível superior em instituições públicas, contendo um polo da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), a qual oferta os cursos de graduação em Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia Agrônoma, Letras (Língua Portuguesa e Literatura), Matemática e Pedagogia, e da unidade do Instituto Federal da Bahia (Ifba), com os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado) e Matemática (licenciatura) (UNEB, 2020; IFBA, 2020).

Ainda se tratando de serviços de ensino superior público, destaca-se o papel desempenhado pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), cuja sede localizada em Barreiras, oferta cursos de graduação: Administração, Bacharelados Interdisciplinares em Ciência e Tecnologia e em Humanidades, Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura), Direito, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Farmácia, Física (bacharelado e licenciatura), Geografia (bacharelado e licenciatura), Geologia, História (bacharelado e licenciatura), Matemática (bacharelado e licenciatura), Medicina, Nutrição e Química (bacharelado e licenciatura); e cursos de pós-graduação: Ciências Ambientais (mestrado), Ciências Humanas e Sociais (mestrado), Matemática (mestrado), Patologia Investigativa (mestrado), Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (mestrado), Química Pura e Aplicada (mestrado). Por sua vez, o câmpus de Luís Eduardo Magalhães da referida universidade oferta os cursos de graduação em Engenharia de Biotecnologia e Engenharia de Produção e o curso de especialização em Engenharia Industrial e de Sistemas (UFOB, 2020).

Dentre os cursos ofertados em Barreiras com vagas ocupadas por discentes naturais de Luís Eduardo Magalhães no ano de 2020 estão Ciências Biológicas (1), Engenharia Civil (4), Farmácia (1), Física (2), Geologia (1), História (licenciatura) (1), Matemática (licenciatura) (2), Nutrição (3) e Química (1). Por outro lado, no mesmo ano, os cursos ofertados em Luís Eduardo Magalhães, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Produção e Engenharia Industrial e de Sistemas (especialização), possuem

vagas ocupadas majoritariamente por discentes naturais de Barreiras, conforme indicado no Quadro 7.

Quadro 7 – Cursos da Ufob ofertados em Barreiras e Luís Eduardo e número de discentes naturais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2020.

Cursos ofertados em Barreiras	Discentes naturais de Barreiras	Discentes naturais de Luís Eduardo Magalhães
Administração	84	-
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	92	-
Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades	114	-
Ciências Ambientais (mestrado)	9	-
Ciências Biológicas (bacharelado)	35	-
Ciências Biológicas (licenciatura)	36	1
Ciências Humanas e Sociais (mestrado)	7	-
Direito	90	-
Engenharia Civil	99	4
Engenharia Sanitária e Ambiental	73	-
Farmácia	82	1
Física (bacharelado)	25	2
Física (licenciatura)	30	-
Geografia (bacharelado)	30	-
Geografia (licenciatura)	34	-
Geologia	40	1
História (bacharelado)	27	-
História (licenciatura)	26	1
Matemática (bacharelado)	13	-
Matemática (licenciatura)	16	2
Matemática (mestrado)	1	-
Medicina	62	-
Nutrição	130	3
Patologia Investigativa (mestrado)	3	-
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (mestrado)	13	-
Química (bacharelado)	31	-
Química (licenciatura)	30	1
Química Pura e Aplicada (mestrado)	9	-
Cursos ofertados em Luís Eduardo Magalhães	Discentes naturais de Barreiras	Discentes naturais de Luís Eduardo Magalhães
Engenharia de Biotecnologia	15	12
Engenharia de Produção	31	19
Engenharia Industrial e de Sistemas (especialização)	2	-

Fonte: Controladoria Geral da União, 2020.

A respeito da contagem de estabelecimentos de serviços em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães (Quadro 8), o levantamento do Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE, no ano de 2018, indicou que o núcleo de Barreiras possuía um total de 3.902 unidades locais, das quais 1.819 (46,7%) se relacionavam a estabelecimentos voltados para a área do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, sendo que, desse total, 1.300 correspondiam a empresas do ramo do comércio varejista,

325 correspondiam a estabelecimentos de reparação de veículos e automotores e 194 correspondiam a comércio por atacado. Por sua vez, de acordo com o mesmo levantamento, o núcleo de Luís Eduardo Magalhães possuía um total de 3.410 unidades locais, das quais a sua grande maioria, 1.413 (41,5%), também estava relacionada a estabelecimentos ligados à atividade do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, sendo que, desse segmento, 813 eram empresas ligadas ao comércio varejista, 316 eram empresas ligadas ao comércio atacadista e 284 correspondiam a estabelecimentos de reparação de veículos e automotores (IBGE, 2018).

Quadro 8 – Número de empresas (unidades locais) por classificação de atividade em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães em 2020.

Classificação de atividades	Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
	Unidades locais	%	Unidades locais	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	84	2,2	115	3,4
Indústrias extrativas	8	0,2	-	0
Indústrias de transformação	241	6,1	290	8,5
Eleticidade e gás	6	0,1	-	0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7	0,2	9	0,2
Construção	177	4,5	176	5,2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.819	46,7	1.413	41,5
Transporte, armazenagem e correio	164	4,3	400	11,7
Alojamento e alimentação	210	5,4	151	4,4
Informação e comunicação	66	1,7	38	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	47	1,2	35	1
Atividades imobiliárias	54	1,4	50	1,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas	216	5,5	174	5,1
Atividades administrativas e serviços complementares	252	6,4	234	6,9
Administração pública, defesa e seguridade social	8	0,2	3	0,1
Educação	108	2,7	85	2,5
Saúde humana e serviços sociais	216	5,5	116	3,4
Artes, cultura, esporte e recreação	57	1,5	27	0,8
Outras atividades de serviços	162	4,2	94	2,8
Serviços domésticos	-	0	-	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0	-	0
Total	3.902	100	3.410	100

Fonte: IBGE, 2018.

Ainda de acordo com o IBGE (2018), o núcleo de Barreiras possuía mais estabelecimentos do que Luís Eduardo Magalhães na maioria das ramificações de atividades econômicas, exceto no âmbito da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, tal qual Barreiras constou 84 estabelecimentos enquanto que Luís

Eduardo Magalhães constou 116 estabelecimentos. Destaca-se que a diferenciação de Barreiras prevaleceu pela presença de empresas dos ramos da indústria extrativa (8 unidades) e da eletricidade e gás (6 unidades)³¹.

Concorda-se com Brandão (2012, p. 189), de que o centro urbano de Barreiras concentra a maior parte dos estabelecimentos comerciais e financeiros, inclusive “alguns compondo redes com atuação em escala nacional e internacional”, de modo que esse núcleo se estrutura como centro voltado, mormente, a um setor terciário relativamente diversificado, enquanto que o centro de Luís Eduardo Magalhães tende a se especializar em serviços voltados para as demandas da agricultura moderna, reafirmando sua característica ao que Pequeno e Elias (2020) denomina de cidade do agronegócio ao apresentar um conjunto complexo de atividades ligadas ao setor agroindustrial. Desse modo, tanto os agentes produtores espaciais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães quanto suas distintas funcionalidades emanadas de diversas ramificações da economia evidenciam uma enrijecida relação de complementaridade em uma região voltada, sobremaneira, ao agronegócio e serviços afins.

Com relação à complementaridade, a tendência, segundo Brandão (2012, p. 184), é a do surgimento de uma aglomeração urbana, pois essa aglomeração “[...] surge justamente do forte grau de complementaridade de papéis e como parte de uma integração interna existente entre cidades que partilham a mesma rede urbana e estejam relativamente próximas entre si”, mesmo que essa aglomeração se encontre em estágio relativamente embrionário, como sugere o próprio autor para o recorte analítico, ou mesmo ainda por não se tratar, notadamente, de um caso de conurbação urbana, mas, sobretudo, a esses dois núcleos estarem condicionados a um complexo terciário subordinado à dinâmica do setor do agronegócio.

4.3 – Influências espaciais de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães

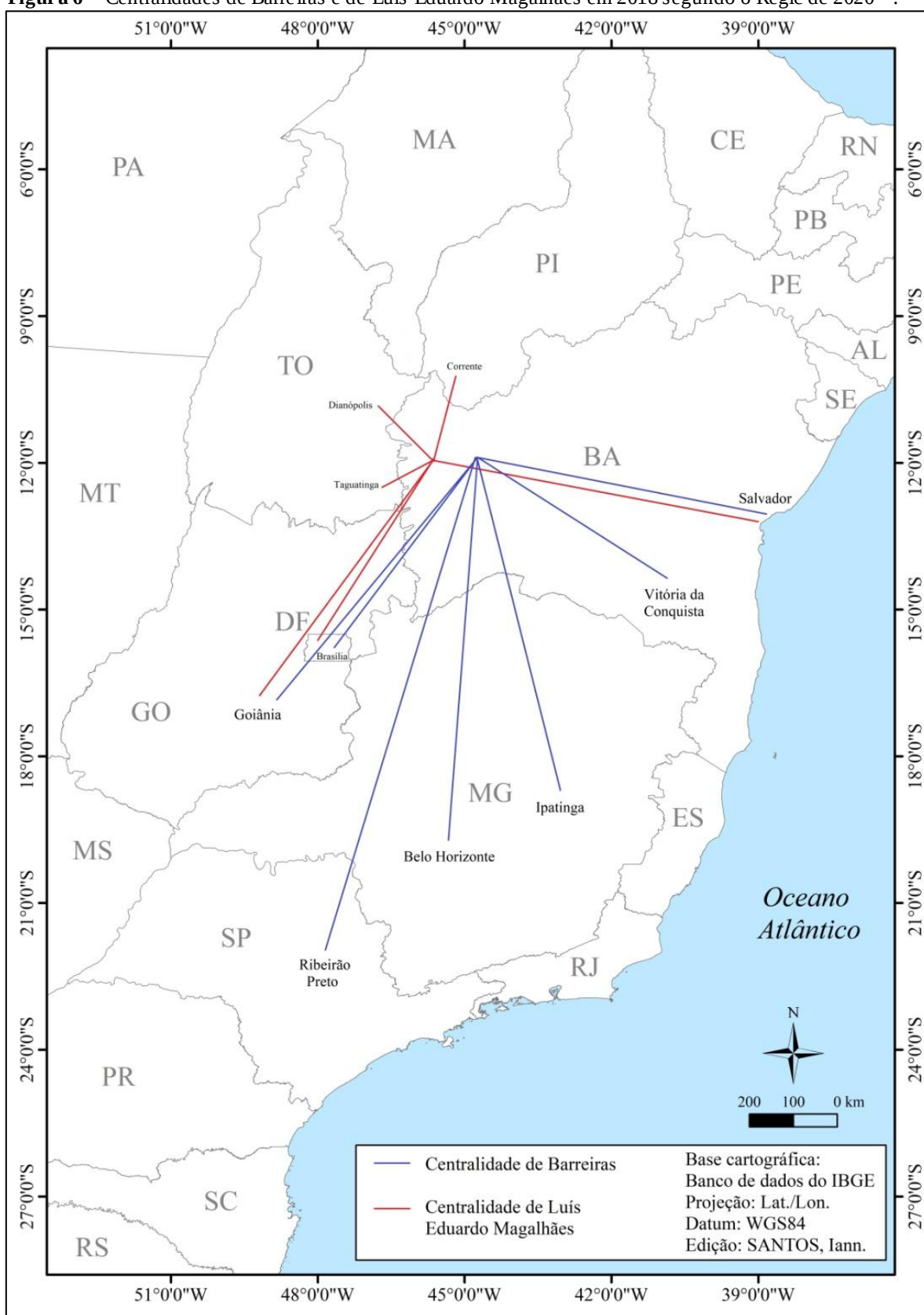
Notadamente, verifica-se uma concentração espacial urbana de um setor terciário que se encontra em expansão em ambos os núcleos urbanos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, e, por isso, cria-se uma dualidade central na rede urbana regional do Oeste Baiano, tais quais desencadeiam regiões de influências espaciais distintas, conforme sinalizado pelo Regic de 2018, demonstradas na Figura 6.

³¹ As especificidades de cada tipo de atividade presente em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães, bem como a quantidade de unidades locais, estão discriminadas nos Quadros 9 e 10 em anexo.

Em uma escala espacial nacional, ou de longa distância, a centralidade de Luís Eduardo Magalhães incide em partes da região de expansão da fronteira agrícola conhecida como Matopiba (acrônimo das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), mais precisamente no sul do Maranhão, no sudeste do Tocantins, no sul do Piauí e no oeste da Bahia. Por sua vez, a centralidade de Barreiras incide em outras regiões do interior da Bahia, inclusive a sudeste do estado, Vitória da Conquista (BA), no interior do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG) e Ipatinga (MG), e interior do estado de São Paulo, Ribeirão Preto (SP). Importante destacar que os alcances das centralidades de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães também atingem localidades similares, como Salvador (BA), Brasília (DF) e Goiânia (GO) (IBGE, 2020).

Ainda de acordo com as influências espaciais que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães incidem sobre o território nacional, podem-se constatar como exemplos comparativos cursos ofertados pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e as localidades de origem (naturalidades) de seus discentes. Considerando a totalidade do corpo estudantil dos cursos ofertados em Barreiras no ano de 2020 (3.127 estudantes), tem-se o curso de medicina, o maior curso em termos de tamanho de estudantes, cujo corpo discente de 351 acadêmicos corresponde aproximadamente 11% do total do alunado. Considerando a totalidade do corpo estudantil dos cursos ofertados em Luís Eduardo Magalhães no mesmo ano (244 estudantes), tem-se o curso de engenharia de produção, o maior curso em termos de tamanho de estudantes, cujo corpo discente de 121 acadêmicos corresponde aproximadamente 50% do total do alunado (Tabela 4).

Figura 6 – Centralidades de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2018 segundo o Regic de 2020³².



³² Foram considerados serviços de saúde, educação, cultura, transporte, lazer e comércio de produtos agropecuários (IBGE, 2020).

Tabela 4 – Número de discentes por cursos ofertados pela Ufob em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães em 2020³³.

Cursos ofertados em Barreiras	Número de discentes	%
Medicina	351	11
Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades	250	8
Nutrição	238	8
Direito	226	7
Farmácia	220	7
Engenharia Civil	219	7
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	206	7
Administração	194	6
Geologia	149	5
Engenharia Sanitária e Ambiental	145	5
Ciências Biológicas (bacharelado)	81	3
Ciências Biológicas (licenciatura)	81	3
História (licenciatura)	75	2
Geografia (licenciatura)	73	2
Geografia (bacharelado)	71	2
História (bacharelado)	69	2
Química (licenciatura)	64	2
Física (licenciatura)	63	2
Química (bacharelado)	59	2
Física (bacharelado)	53	2
Matemática (licenciatura)	53	2
Química Pura e Aplicada (mestrado)	41	1
Matemática (bacharelado)	36	1
Ciências Ambientais (mestrado)	32	1
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (mestrado)	30	0,5
Matemática (mestrado)	26	0,5
Ciências Humanas e Sociais (mestrado)	14	0,5
Patologia Investigativa (mestrado)	8	0,5
Cursos ofertados em Luís Eduardo Magalhães	Número de discentes	%
Engenharia de Produção	121	50
Engenharia de Biotecnologia	105	43
Engenharia Industrial e de Sistemas (especialização)	18	7

Fonte: Controladoria Geral da União, 2020.

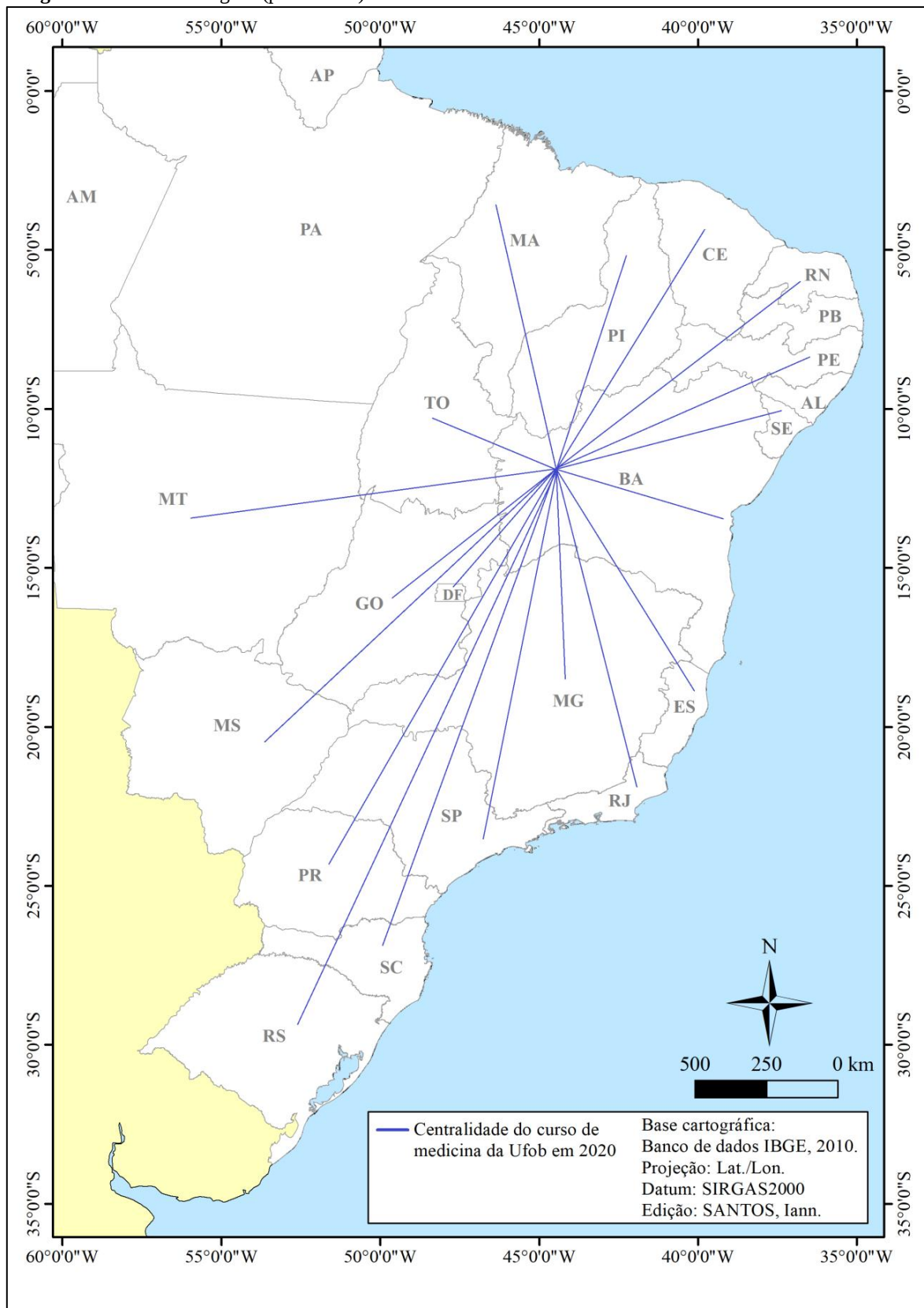
As 351 naturalidades dos acadêmicos do curso de medicina da Ufob estão distribuídas entre os seguintes estados (e cidades): Bahia (Baianópolis, Barra, Barreiras, Belo Campo, Bom Jesus da Lapa, Botuporã, Brumado, Caém, Caetité, Caieiras, Central, Correntina, Cotegipe, Eunápolis, Feira de Santana, Formosa do Rio Preto, Guanambi, Ibipêba, Ibititá, Ibotirama, Ilhéus, Ipiaú, Ipirá, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Jequié, João Dourado, Lapão, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Paramirim, Paratinga, Paulo Afonso, Prado, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Salvador, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Gabriel, Sátiro Dias, Seabra,

³³ Dados obtidos em 03 out. 2020.

Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Uibaí, Urandi, Vitória da Conquista e Xique-Xique), Ceará (Barbalha, Crateús, Fortaleza e Russas), Espírito Santo (Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e Vitória), Goiás (Anápolis, Cristalina, Goianésia, Goiânia, Iporá, Luziânia, Mambaí, Rio Verde, Sanclerlândia e Uruaçu), Maranhão (Codó, Estreito e São Luís), Mato Grosso (Cuiabá e Sinop), Mato Grosso do Sul (Corumbá e Dourados), Minas Gerais (Águas Vermelhas, Araxá, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Brasília de Minas, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itaobim, Ituiutaba, Januária, João Pinheiro, Lavras, Martinho Campos, Mercês, Minas Novas, Monte Azul, Montes Claros, Paraguaçu, Santa Cruz de Salinas, Taiobeiras, Trumalina, Uberlândia e Viçosa), Paraná (Campo Mourão, Cascavel, Curitiba e Maringá), Pernambuco (Belo Jardim, Caruaru, Petrolina e Recife), Piauí (Corrente, Picos e Teresina), Rio de Janeiro (Macaé e Rio de Janeiro), Rio Grande do Norte (Cruzeta, Francisco Dantas e Pau dos Ferros), Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves, Ijuí e Passo Fundo), Santa Catarina (Xanxerê), São Paulo (Avaré, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Mauá, Morro Agudo, Palmeira D'Oeste, Pilar do Sul, Piracicaba, Piraju, Santos, São José do Rio Preto e São Paulo), Sergipe (Aracaju, Boquim e Itabaiana), Tocantins (Dianópolis, Gurupi e Palmas) e Distrito Federal (Brasília), conforme ilustrado na Figura 7.

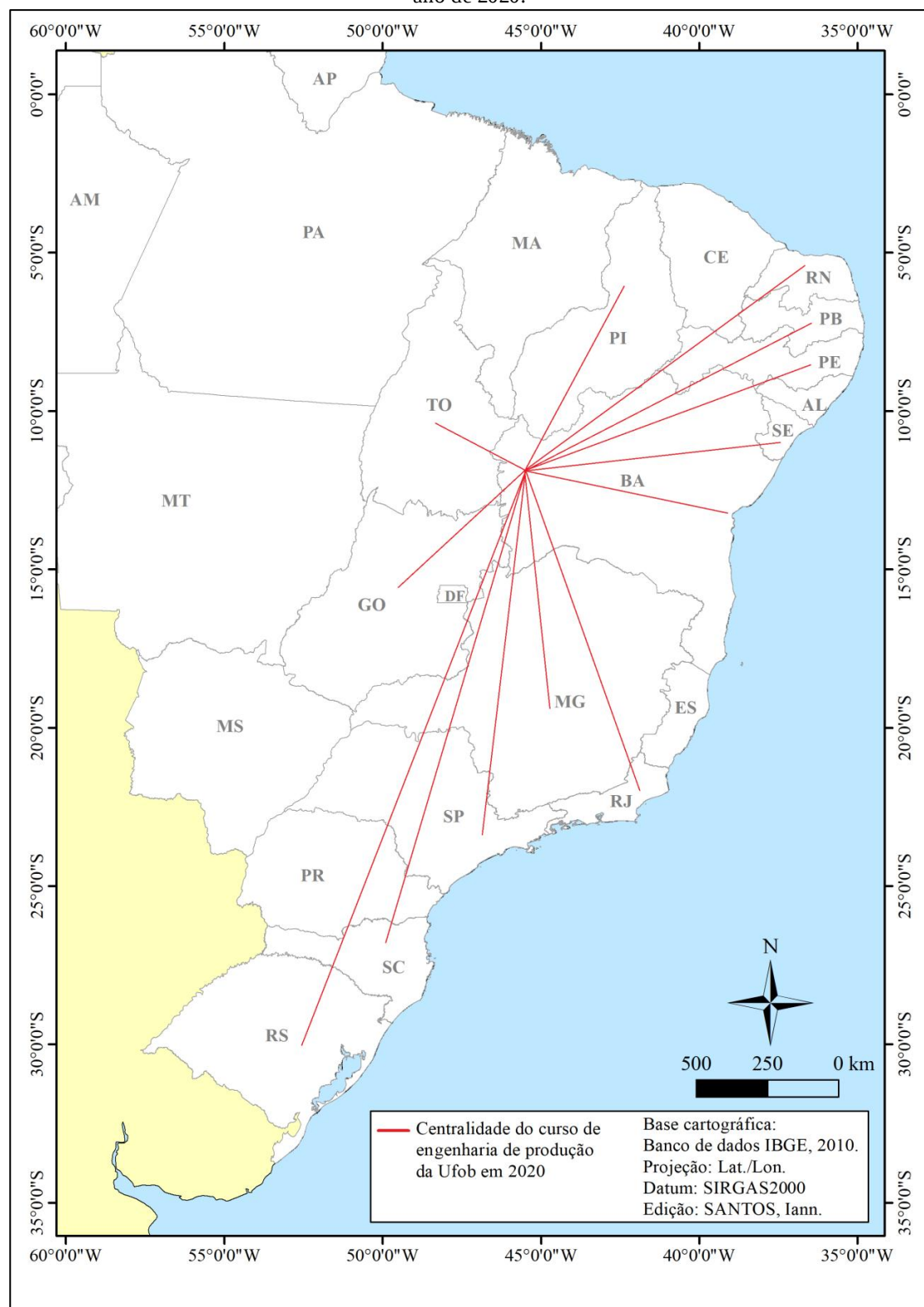
As 121 naturalidades dos acadêmicos do curso de engenharia de produção da Ufob estão distribuídas entre os seguintes estados (e cidades): Bahia (Andaraí, Barra da Estiva, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Brumado, Canarana, Capim Grosso, Cotegipe, Guanambi, Ibotirama, Ipupiara, Iraquara, Irecê, Itabuna, Jequié, João Dourado, Lapão, Luís Eduardo Magalhães, Mulungu do Morro, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Riachão das Neves, Ruy Barbosa, Salvador, Santa Maria da Vitória, Santana, São Gabriel, Seabra, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Xique-Xique), Ceará (Crato), Goiás (Goiânia e Goiatuba), Minas Gerais (Uberlândia), Paraíba (Patos), Pernambuco (Paudalho e Santa Maria da Boa Vista), Piauí (Avelino Lopes e Itaueira), Rio de Janeiro (Mesquita e Vassouras), Rio Grande do Norte (Jaçanã), Rio Grande do Sul (Palmeira das Missões), Santa Catarina (Joinville), São Paulo (Guarujá e São Paulo), Sergipe (Aracaju) e Tocantins (Dianópolis, Palmas e Taguatinga), conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 7 – Local de origem (por estado) dos estudantes do curso de Medicina da Ufob no ano de 2020.



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 8 – Local de origem (por estado) dos estudantes do curso de Engenharia de Produção da Ufob no ano de 2020.



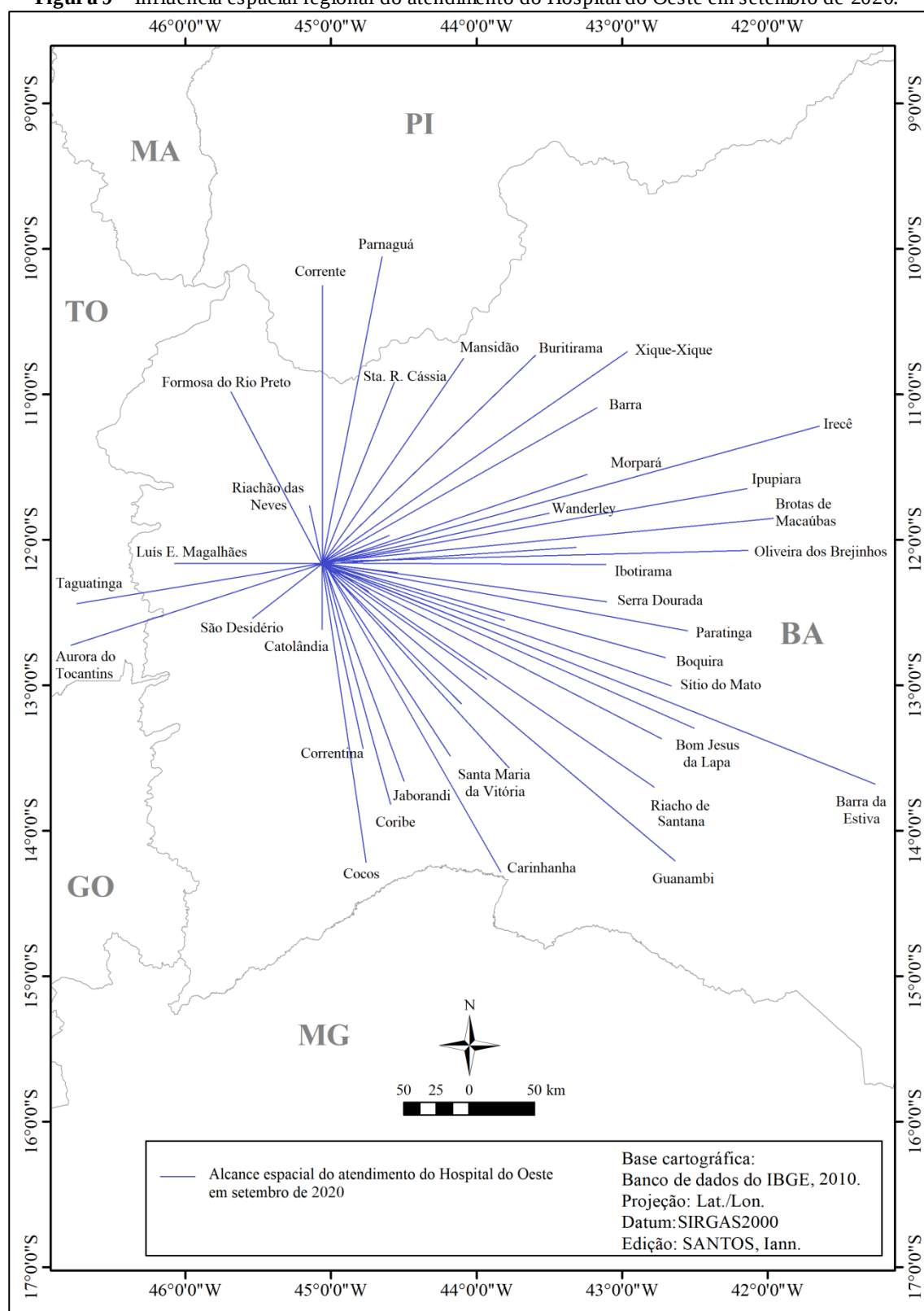
Fonte: Elaboração do autor.

Notadamente, utilizando essa especificidade de serviço urbano (curso de ensino superior), infere-se que a centralidade espacial de Barreiras supera em termos de tamanho e, sobretudo, qualidade sobre o território brasileiro, inclusive em número de cidades, alcançando estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal. Por outro lado, a centralidade de Luís Eduardo Magalhães incide sobre os estados da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Em uma escala espacial regional, ou de curta distância, a centralidade de Barreiras pode ser demonstrada com a atividade de atendimento médico hospitalar do Hospital do Oeste (HO), que incide expressivamente sobre a região do Oeste Baiano e sobre outras regiões do próprio estado da Bahia, como as cidades de Xique-Xique, Irecê, Morpará, Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Paratinga, Boquira, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Barra da Estiva e Guanambi, alcançando, inclusive, regiões de outros estados brasileiros, como os núcleos de Corrente e Parnaguá, no sul do Piauí, e os núcleos de Taguatinga e Aurora do Tocantins, no sudeste do Tocantins (Figura 9), conforme os dados disponibilizados pelo próprio Hospital do Oeste.

Em setembro de 2020, no Hospital do Oeste, foram atendidas 4.524 pessoas, as quais, à procura de atendimento interno hospitalar, serviços ambulatoriais, serviços emergenciais e pré-internamento, foram oriundas das respectivas localidades: Angical (75), Aurora do Tocantins (2), Baianópolis (52), Barra (59), Barra da Estiva (1), Barreiras (2.871), Bom Jesus da Lapa (49), Boquira (3), Brasília (4), Brejolândia (18), Brotas de Macaúbas (11), Buritirama (39), Canápolis (16), Carinhanha (6), Catolândia (32), Cocos (23), Coribe (15), Corrente (1), Correntina (45), Cotegipe (52), Cristópolis (67), Formosa do Rio Preto (89), Guanambi (3), Ibotirama (32), Ipupiara (19), Irecê (3), Jaborandi (37), Luís Eduardo Magalhães (184), Mansidão (5), Morpará (16), Muquém do São Francisco (7), Oliveira dos Brejinhos (30), Paratinga (34), Parnaguá (2), Riachão das Neves (134), Riacho de Santana (2), Salvador (2), Santa Maria da Vitória (36), Santa Rita de Cássia (145), Santana (1), São Desidério (97), São Félix do Coribe (28), São Paulo (1), Serra do Ramalho (48), Serra Dourada (33), Sítio do Mato (13), Tabocas do Brejo Velho (5), Taguatinga (1), Wanderley (62) e Xique-Xique (3) (Tabela 5).

Figura 9 – Influência espacial regional do atendimento do Hospital do Oeste em setembro de 2020.



Fonte: Elaboração do autor.

Diante do processo de refuncionalização urbana, o núcleo de Barreiras, tal qual se consolida como principal núcleo de importância da região, incorpora atividades urbanas

que visam ao atendimento não somente dos cidadãos locais, como abrange outras porções do território brasileiro, refletidas nas suas respectivas e diversificadas influências espaciais. Notadamente, parte da rede urbana do Oeste Baiano se estrutura em torno de atividades ligadas a um setor do terciário, sustentando-se em serviços das áreas do comércio, saúde e educação, justamente devido aos investimentos que seus principais núcleos passaram a cooptar nos últimos anos.

Tabela 5 – Pacientes admitidos por município no HO em setembro de 2020³⁴.

Cidade	AIH	Ambulatório	Emergência	Pré-internamento	Total
Barreiras	293	1.561	997	20	2.871
Luís Eduardo Magalhães	49	75	57	3	184
Santa Rita de Cássia	49	41	54	1	145
Riachão das Neves	37	40	55	2	134
São Desidério	23	35	37	2	97
Formosa do Rio Preto	27	38	23	1	89
Angical	17	37	20	1	75
Cristópolis	19	21	25	2	67
Wanderley	21	14	25	2	62
Barra	13	33	12	1	59
Baianópolis	10	22	20		52
Cotegipe	15	20	17		52
Bom Jesus da Lapa	19	12	16	2	49
Serra do Ramalho	14	15	15	4	48
Correntina	9	22	14		45
Buritirama	12	8	16	3	39
Jaborandi	13	10	11	3	37
Santa Maria da Vitória	13	10	13		36
Paratinga	8	15	10	1	34
Serra Dourada	9	10	12	2	33
Catolândia	5	19	8		32
Ibotirama	12	9	11		32
Oliveira dos Brejinhos	10	10	9	1	30
São Félix do Coribe	16	3	9		28
Cocos	10	4	9		23
Ipupiara	7	5	7		19
Brejolândia	7	3	8		18
Canápolis	5	6	5		16
Morpará	1	11	4		16
Coribe	6	3	6		15
Sítio do Mato	2	6	5		13
Santana	3	4	5		12
Brotas de Macaúbas	3	2	6		11
Muquém do São Francisco	2	2	3		7
Carinhanha		6			6
Mansidão	1	2	2		5
Tabocas do Brejo Velho		3	1	1	5
Brasília		4			4
Boquira	1	1	1		3
Guanambi	1	1	1		3
Irecê	1	1	1		3
Xique-Xique		2	1		3
Aurora do Tocantins	1		1		2

³⁴ Dados obtidos em 20 out. 2020.

Pamaguá	1		1		2
Riacho de Santana		2			2
Salvador	1		1		2
Barra da Estiva		1			1
Corrente		1			1
São Paulo			1		1
Taguatinga		1			1
TOTAL	766	2.151	1.555	52	4.524

Fonte: Obras Sociais Irmã Dulce, 2020.

Contudo, essas atrações de investimentos, por vezes públicos ou privados, são também resultados de articulações políticas com entes de diversas escalas, o que torna pertinente observar o comportamento dos agentes políticos que, além de apropriarem dos poderes públicos locais, influenciam diretamente nos processos de crescimentos urbanos dos principais núcleos da região do Oeste Baiano, tratando-se, notadamente, de um incentivo à criação de capital político, sobretudo urbano, com finalidade de se manterem em suas posições de influências.

É averiguável certa articulação entre agentes políticos e econômico que culminam no aprofundamento das relações de complementaridade entre seus principais núcleos, na medida em que Luís Eduardo Magalhães, por sua vez, incorpora atividades urbanas ligadas ao setor da agricultura modernizada. Muito embora seus espaços agrários apresentem similaridades, no que condiz a apropriação de terras por esses mesmos agentes, evidenciando uma concentração de empresas dos ramos agropecuário, industrial e imobiliário, infere-se uma imbricação entre o urbano e o agrário, tratando-se, portanto, de uma rede urbana do terciário para a agricultura modernizada.

Entretanto, verifica-se igualmente um crescimento considerável de um setor terciário diversificado em Luís Eduardo Magalhães, principalmente nas áreas do comércio, hotelaria, concessionárias de veículos, estabelecimentos de saúde privado e de ensino superior de instituições particulares, que permite inferir não somente a existência da complementaridade entre Barreiras, como também uma relação de competitividade local, inclusive relação competitiva que se manifesta entre os agentes políticos, os quais disputam, incessantemente, o controle local de ambas as localidades. De certo, a relação de complementaridade entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães retroalimenta a relação de competitividade entre os mesmos núcleos, relação essa que se manifesta não somente na escala local, como também em demais escalas espaciais, e que corroborará com o sentido da rede urbana, tornando pertinente investigá-la no sentido de compreender sua dinâmica e funcionamento.

CAPÍTULO 5

COMPETITIVIDADES ENTRE BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SINERGIAS NO OESTE BAIANO

Por ser um intercâmbio entre o local e o global, a rede urbana possui uma lógica espacial atrelada às horizontalidades e às verticalidades, sendo, portanto, um reflexo da produção territorial de trocas desiguais e hierárquicas. No contexto de uma economia globalizada, Santos (2014a, p. 268) assevera que “a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita”, considerando que o padrão geográfico da circulação, sendo essa numerosa, densa e extensa, é onde se encontra o “comando das mudanças de valor no espaço”, o que permite inferir a ideia de que os fluxos da produção possuem um elevado grau de importância, inclusive para explicar fenômenos de uma dada rede urbana. Na proposição do próprio autor, fluxos são “um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos”, os quais, por sua vez, “permitem ações que modificam o próprio lugar” (SANTOS, 2014a, p. 61), sendo que esses fluxos, organizados espacialmente, estão se tornando, conforme assinala Castells (2003, p. 468), uma “manifestação predominante de poder e função” nas sociedades.

Castillo et al. (2016, p. 268) sinalizam que as diferentes regiões do território brasileiro se especializam em diversos setores agropecuários, sobretudo conforme suas “heranças geográficas particulares”, com o intuito de se inserirem no mercado internacional de modo competitivo. Nesse sentido, e em conformidade com Corrêa (2006), que considera a rede urbana o meio em que a produção, a circulação e o consumo se realizam de maneira efetiva, a rede urbana do Oeste Baiano, no início do século XXI, é condicionada, basicamente, à produção e circulação de commodities agrícolas, conformando-se em uma rede urbana regional funcional ao agronegócio da monocultura.

No sentido de evidenciar a importância dos núcleos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em uma relação competitiva econômica e geográfica, no cenário do mercado global de trocas comerciais desiguais, sobretudo no que tange ao processo de produção e consumo de ambos os núcleos, este capítulo se estrutura em quatro tópicos, tendo em vista que essas interações espaciais, ou seja, a troca de mercadorias, como parte integrante do processo de reprodução, “refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas”, conforme assevera Corrêa (1997, p. 280).

O primeiro tópico, “O fluxo produtivo”, aborda a respeito das principais produções de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães nos últimos anos, incluindo suas

destinações, no intuito de evidenciar a rede urbana do Oeste Baiano, tendo como referência seus principais centros, como uma resposta à dinâmica econômica global pautada na produção e exportação de commodities agrícolas, sobretudo de soja e algodão.

O segundo tópico, “Alcances espaciais produtivos”, evidencia o alcance espacial da produtividade total de ambos os núcleos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no sentido de demonstrar suas participações no cenário econômico mundial no ano de 2019. Nessa relação competitiva, naturalmente de origem econômica, evidencia-se a importância de Luís Eduardo Magalhães no contexto da rede urbana regional, tendo em vista que suas interações espaciais verticais, envolvendo um amplo conjunto de mercadorias relacionadas à produtividade, são mais intensas, se comparado a Barreiras.

O terceiro tópico, “Os consumos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães”, destaca o consumo de bens importados por Barreiras e por Luís Eduardo Magalhães, relacionados a produtos de alto valor agregado, como insumos agropecuários e equipamentos tecnológicos, que vão se reverberar na rede urbana regional como mercadorias voltadas à produtividade. Com base na acepção de Castillo et al. (2016, p. 268), essas importações estão relacionadas ao campo modernizado que “demanda funções urbanas que respondam ao consumo produtivo da agropecuária intensiva, tais como comércio e serviços especializados [...]”³⁵. Logo, a rede urbana que se conforma na região do Oeste Baiano visa atender às demandas do próprio campo modernizado.

O quarto e último tópico, “A sinergia da Rede Urbana do Oeste Baiano”, trata-se de uma análise que considera a coexistência das duas relações, complementaridade e competitividade, e que tange a outro fenômeno, o da sinergia, o qual atribui sentido e significado à rede urbana do Oeste Baiano. Importante destacar que esse item se trata de uma análise perceptiva com finalidade de se atingir a uma concepção racional do significado dessa particularidade de rede e que tanto contraria a nulidade da relação de complementaridade ou de competitividade quanto a quaisquer sobreposições de uma relação à outra.

5.1 – O fluxo produtivo

³⁵ Esquematizados em tabelas e figuras (mapa e gráficos), os dados apresentados no decorrer deste capítulo foram coletados no relatório da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018 do IBGE e na plataforma Comex Stat do Ministério da Economia.

A respeito da produção de grãos de soja, foram verificados recorrentes aumentos na capacidade produtiva regional nos últimos anos (Tabela 6), exceto em 2016³⁶, com a expressiva participação de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Em 2015, a quantidade produzida em Barreiras foi de 501.000 t (11% do total regional e 11% do total estadual), o equivalente a 0,5% do total produzido nacionalmente; em 2016, o número registrado foi de 396.270 t (12,1% do total regional e 12,1% do total estadual), correspondente a 0,4% do total nacional; em 2017, a produção alcançou 599.914 t (11,6% da produção regional e 11,6% do total estadual), o equivalente a 0,5% do total nacional; e em 2018, o total produzido foi de 772.788 t (12,2% do total regional e 12,2% do total estadual), equivalente a 0,6% do total nacional (IBGE, 2020c).

Tabela 6 – Produção de soja (em toneladas) em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães entre 2015 e 2018.

Município	Ano							
	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Barreiras	501.000	0,5	396.270	0,4	599.914	0,5	772.788	0,6
Luís Eduardo Magalhães	453.600	0,4	327.600	0,3	604.560	0,5	746.678	0,6
OESTE BAIANO	4.513.633	4,6	3.257.119	3,3	5.142.564	4,4	6.309.247	5,3
BAHIA	4.513.633	4,6	3.257.119	3,3	5.143.899	4,4	6.310.605	5,3
BRASIL	97.464.936	100	96.394.820	100	114.732.101	100	117.887.672	100

Fonte: IBGE, 2020c.

Por sua vez, a produtividade de grãos de soja de Luís Eduardo Magalhães em 2015 foi de 453.600 t (10% do total regional e 10% do total estadual), equivalente a 0,4% do total nacional; em 2016, a produção foi de 327.600 t (11,7% do total regional e 11,7% do total estadual), correspondente a 0,3% do total nacional; em 2017, o número atingiu 604.560 t (11,7% do total regional e 11,7% do total estadual), equivalente a 0,5% do total nacional; e em 2018, o total produzido foi de 746.678 t (11,8% do total regional e 11,8% do total estadual), correspondente a 0,6% do total produzido no Brasil (IBGE, 2020c).

Segundo os dados do Ministério da Economia (2020), em 2019, os importadores de grãos de soja produzidos em Barreiras foram China, Japão, Paquistão, Turquia, Tailândia, Taiwan e Países Baixos. No mesmo ano, os mercados compradores de Luís Eduardo Magalhães foram China, Portugal, Taiwan, Paquistão, Turquia, Tailândia, Ilhas Virgens, Japão e Israel, conforme indicado na Tabela 7.

Nota-se a expressividade da produtividade de grãos de soja tanto em Barreiras (614.404,047 t) quanto em Luís Eduardo Magalhães (1.650.247,095 t), bem como a

³⁶ Esse relativo decréscimo da produtividade esteve relacionado à estabilidade da área colhida em todo território brasileiro no ano de 2016 (REVISTA GLOBO RURAL, 2016).

importante participação da China como forte mercado consumidor, adquiridor de um total de 2.264.651,142 t de grãos de soja desses dois municípios (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). A expressiva participação do mercado chinês na compra de soja do mercado baiano nos últimos anos se decorreu do conflito comercial mundial entre China e Estados Unidos, das condições de preços vantajosos para o país asiático e da expansão da produção baiana nos últimos anos (G1 BAHIA, 2019).

Tabela 7 – Importadores de grãos de soja de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras			Luís Eduardo Magalhães		
País	Toneladas (t)	%	País	Toneladas (t)	%
China	471.724,827	77	China	1.401.832,402	85
Japão	44.050,648	7	Portugal	79.999,730	5
Paquistão	32.362,857	5	Taiwan	75.797,602	3
Turquia	26.681,892	4	Paquistão	38.583,914	2
Tailândia	20.291,943	3	Turquia	16.051,844	1
Taiwan	15.791,880	3	Tailândia	15.295,620	1
Países Baixos (Holanda)	3.500,000	1	Virgens, Ilhas	11.510,610	1
			Japão	10.000,000	1
			Israel	1.175,373	1
TOTAL	614.404,047	100	TOTAL	1.650.247,095	100

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Segundo o Ministério da Economia (2020), em 2019, o montante da venda de grãos de soja rendeu para Barreiras um total de UU\$ 214.717.545,00, dos quais UU\$ 165.300.189,00 foram oriundos das negociações com a China; para Luís Eduardo Magalhães, o montante de vendas do mesmo produto rendeu UU\$ 582.903.615,00 e o valor comercializado para o país asiático correspondeu a UU\$ 498.202.765,00. Destaca-se ainda a participação do Japão e do Paquistão na compra da soja produzida em Barreiras e de Portugal e de Taiwan na compra da soja produzida em Luís Eduardo Magalhães, conforme indicado na Tabela 8.

Tabela 8 – Valor da venda do grão da soja produzido em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
País	Valor (US\$)	País	Valor (US\$)
China	165.300.189,00	China	498.202.765,00
Japão	15.146.504,00	Portugal	26.384.958,00
Paquistão	11.129.691,00	Taiwan	26.058.770,00
Turquia	9.549.716,00	Paquistão	13.227.086,00
Tailândia	7.014.572,00	Turquia	5.846.410,00
Taiwan	5.331.083,00	Tailândia	5.480.856,00
Países Baixos (Holanda)	1.245.790,00	Ilhas Virgens	3.948.525,00
		Japão	3.355.500,00
		Israel	398.745,00
TOTAL	214.717.545,00	TOTAL	582.903.615,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Cabe salientar o destaque da produção de derivados da soja, bem como suas comercializações no mercado internacional, como o caso do farelo de soja e do óleo da soja. Sobre o farelo de soja, em 2019, sua produção correspondeu a 51.962,337 t em Barreiras e a 978.761,683 t em Luís Eduardo Magalhães (Tabela 9). A comercialização do produto de origem barreirense foi destinada para Romênia, Espanha, Países Baixos, Portugal, França, Alemanha e Vietnã. A comercialização do produto de origem luiseduardense se deu para França, Alemanha, Coreia do Sul, Eslovênia, Romênia, Letônia, Portugal, Rússia, Espanha, Vietnã e Tailândia (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Tabela 9 – Importadores de farelo de soja de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras			Luís Eduardo Magalhães		
País	Toneladas (t)	%	País	Toneladas (t)	%
Romênia	18.677,694	36	França	363.859,188	36
Espanha	12.759,854	24	Alemanha	308.338,610	30
Países Baixos (Holanda)	8.094,984	16	Coreia do Sul	181.591,723	18
Portugal	5.474,226	10	Eslovênia	30.351,492	3
França	3.500,000	7	Romênia	26.000,000	3
Alemanha	2.600,000	5	Letônia	25.000,000	3
Vietnã	855,579	2	Portugal	20.600,000	2
			Rússia	15.000,000	2
			Espanha	4.000,000	1
			Vietnã	2.645,706	1
			Tailândia	1.374,964	1
TOTAL	51.962,337	100	TOTAL	978.761,683	100

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Dentre os maiores mercados consumidores do farelo de soja de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, em 2019, foram França, importadora de 372.359,188 t, das quais 363.859,188 t foram produzidas em Luís Eduardo Magalhães e 3.500,000 t foram produzidas em Barreiras, Alemanha, importadora de 310.938,610 t, das quais 308.338,610 t foram oriundas de Luís Eduardo Magalhães e 2.600,000 t oriundas de Barreiras, e Coreia do Sul, importadora de 181.591,723 t, sendo esse último país comprador apenas de Luís Eduardo Magalhães (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Segundo os dados do Ministério da Economia (2020), o montante da venda do farelo de soja rendeu para Barreiras, no ano de 2019, o valor total de US\$ 19.044.808,00, dos quais a participação da França foi de US\$ 1.232.875,00 e da Alemanha de US\$ 1.074.658,00. Expressivamente, o montante de Luís Eduardo Magalhães foi registrado com o total de US\$ 305.787.944,00, dos quais a França teve maior participação, com US\$ 112.690.419,00, em seguida a Alemanha, com US\$ 95.687.437,00, e em terceiro a Coreia do Sul, com US\$ 59.033.854,00, conforme dados listados na Tabela 10.

Tabela 10 – Valor da venda do farelo de soja para Barreiras e para Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
País	Valor (US\$)	País	Valor (US\$)
Romênia	6.229.630,00	França	112.690.419,00
Espanha	5.099.234,00	Alemanha	95.687.437,00
Países Baixos (Holanda)	2.850.950,00	Coreia do Sul	59.033.854,00
Portugal	2.257.461,00	Eslovênia	8.638.338,00
França	1.232.875,00	Romênia	8.324.040,00
Alemanha	1.074.658,00	Letônia	7.560.100,00
Vietnã	300.000,00	Portugal	6.629.296,00
		Rússia	4.596.070,00
		Espanha	1.221.773,00
		Vietnã	926.617,00
		Tailândia	480.000,00
TOTAL	19.044.808,00	TOTAL	305.787.944,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Segunda cultura de maior importância econômica da região do Oeste Baiano, a produção do algodão herbáceo apresenta números consideráveis em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Tabela 11), com números crescentes nos últimos anos³⁷. Em 2015, a produção de algodão herbáceo de Barreiras foi de 118.900 t (10% do total regional e 9,9% do total estadual), o equivalente a 2,9% do total nacional; em 2016, houve um decréscimo para 82.937 t (9,4% do total regional e 9,4% do total estadual), correspondente a 2,4% do total produzido no país; em 2017, registrou-se um ligeiro crescimento para 94.310 t produzidas (11,6% do total regional e 11,5% do total estadual), o equivalente a 2,4% do total nacional; e em 2018, a produção atingiu o valor de 112.111 t (9% do total regional e 9% do total estadual), correspondente a 2,2% do total produzido no Brasil (IBGE, 2020c).

Tabela 11 – Produção de algodão herbáceo (em toneladas) em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães entre 2015 e 2018.

Município	Ano							
	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Barreiras	118.900	2,9	82.937	2,4	94.310	2,4	112.111	2,2
Luís Eduardo Magalhães	121.151	3,0	32.951	0,9	38.890	1,0	57.911	1,1
OESTE BAIANO	1.190.200	29,7	876.270	25,3	809.783	21,0	1.240.523	25,0
BAHIA	1.196.663	29,8	878.645	25,3	814.640	21,2	1.247.641	25,1
BRASIL	4.007.326	100	3.464.103	100	3.842.872	100	4.956.044	100

Fonte: IBGE, 2020c.

Em 2015, a produção do algodão herbáceo de Luís Eduardo Magalhães foi de 121.151 t (aproximadamente 10,1% do total regional e 10,1% do total estadual), o equivalente a 3,0% do total nacional; em 2016, o total produzido foi de 32.951 t (3,7% do

³⁷ Exceto em 2016, cuja produção brasileira de algodão apresentou decréscimos absolutos em todas as esferas, os quais estariam ligados à diminuição de áreas de plantio, à queda dos preços globais, ao aumento dos custos de produção e à diminuição do consumo interno (REVISTA GLOBO RURAL, 2015).

total regional e 3,7% do total estadual), o equivalente a 0,9% do total nacional; em 2017, o número da produção foi registrado em de 38.890 t (4,8% do total regional e 4,7% do total estadual), o equivalente a 1,0% do total nacional; e em 2018, a produção atingiu 57.911 t (4,6% do total regional e 4,6% do total estadual), o equivalente a 1,1% do total nacional (IBGE, 2020c).

Segundo dados do Ministério da Economia (2020), em 2019 os mercados importadores do algodão produzido em Barreiras foram China, Indonésia, Bangladesh, Paquistão, Vietnã, Turquia, Malásia, Índia, Itália, Tailândia, Suíça, Coreia do Sul, Portugal, Singapura, Ilhas Turcas e Caicos, Argélia, França e Japão. No mesmo ano, os mercados compradores da produção do algodão oriundo de Luís Eduardo Magalhães foram China, Turquia, Vietnã, Bangladesh, Portugal, Paquistão, Indonésia, Coreia do Sul, Índia, Malásia, Tailândia, Singapura, Itália, Bolívia, Benin, Argélia, Japão, Taiwan e Coreia do Norte (Tabela 12).

Tabela 12 – Importadores de algodão de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras			Luís Eduardo Magalhães		
País	Toneladas (t)	%	País	Toneladas (t)	%
China	33.988,427	33	China	63.090,052	41
Indonésia	14.580,730	14	Turquia	18.040,280	12
Bangladesh	11.668,007	11	Vietnã	16.188,316	11
Paquistão	11.197,001	11	Bangladesh	13.961,921	9
Vietnã	9.571,464	9	Portugal	8.842,167	6
Turquia	5.948,741	6	Paquistão	8.692,884	6
Malásia	5.634,558	6	Indonésia	6.396,275	4
Índia	4.368,817	4	Coreia do Sul	3.901,868	3
Itália	1.186,170	1	Índia	3.662,296	2
Tailândia	810,589	1	Malásia	3.375,635	2
Suíça	784,025	1	Tailândia	1.862,716	1
Coreia do Sul	565,340	1	Singapura	1.099,193	1
Portugal	528,000	1	Itália	791,629	1
Singapura	440,071	1	Bolívia	529,676	1
Ilhas Turcas e Caicos	397,722	0	Benin	497,140	0
Argélia	245,430	0	Argélia	469,953	0
França	124,490	0	Japão	457,218	0
Japão	101,908	0	Taiwan	220,309	0
			Coreia do Norte	66,598	0
TOTAL	102.141,490	100	TOTAL	152.146,126	100

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Verifica-se que em 2019 a China se apresentou como o principal receptor do algodão produzido em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães (Tabela 13), registrando a aquisição de 97.078,479 t, das quais 33.988,427 t foram oriundas de Barreiras e 63.090,052 t oriundas de Luís Eduardo Magalhães. Em seguida, no mesmo ano, o Vietnã adquiriu um total de 25.759,78 t desses dois municípios, das quais 16.188,316 t foram oriundas de Luís Eduardo Magalhães e 9.571,464 t oriundas de Barreiras. O total

adquirido por Bangladesh foi de 25.629,928 t, das quais 13.961,921 t foram de Luís Eduardo Magalhães e 11.668,007 t oriundas de Barreiras. Por sua vez, a Turquia adquiriu um total de 23.989,021 t, das quais 18.040,280 t oriundas de Luís Eduardo Magalhães e 5.948,741 t oriundas de Barreiras (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Tabela 13 – Valor da venda do algodão para Barreiras e para Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
País	Valor (US\$)	País	Valor (US\$)
China	59.234.461,00	China	93.660.037,00
Indonésia	23.985.916,00	Turquia	27.762.024,00
Bangladesh	19.899.769,00	Vietnã	25.020.589,00
Paquistão	17.984.210,00	Bangladesh	21.266.896,00
Vietnã	16.175.203,00	Paquistão	13.071.948,00
Turquia	9.786.956,00	Portugal	10.258.687,00
Malásia	9.784.112,00	Indonésia	10.032.969,00
Índia	7.443.837,00	Coreia do Sul	6.277.207,00
Itália	2.033.106,00	Índia	5.842.298,00
Suíça	1.446.926,00	Malásia	5.339.938,00
Tailândia	1.226.071,00	Tailândia	3.054.894,00
Coreia do Sul	960.623,00	Singapura	1.793.266,00
Singapura	814.435,00	Itália	1.221.657,00
Turcas e Caicos, Ilhas	740.099,00	Bolívia	842.710,00
Portugal	580.277,00	Japão	793.210,00
Argélia	375.996,00	Argélia	771.863,00
França	199.932,00	Benin	734.323,00
Japão	174.347,00	Taiwan (Formosa)	329.565,00
		Coreia do Norte	98.912,00
TOTAL	172.846.276,00	TOTAL	228.172.993,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

O montante da venda do algodão produzido em Barreiras em 2019 foi de US\$ 172.846.276,00, com maior participação das negociações com a China (US\$ 59.234.461,00), em seguida Indonésia (US\$ 23.985.916,00), Bangladesh (US\$ 19.899.769,00), Paquistão (US\$ 17.984.210,00) e Vietnã (US\$ 16.175.203,00); superior ao montante de Barreiras, a venda do algodão produzido em Luís Eduardo Magalhães no mesmo ano foi de US\$ 228.172.993,00, com maiores participações da China (US\$ 93.660.037,00), Turquia (US\$ 27.762.024,00), Vietnã (US\$ 25.020.589,00) e Bangladesh (US\$ 21.266.896,00) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Com base na organização espacial econômica do Oeste Baiano, pautada na produção de commodities agrícolas, em especial soja e algodão, os núcleos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães se tornam os principais intermediadores do fluxo produtivo regional. Esse fator é condicionado devido suas respectivas favoráveis posições geográficas, no que se referem às suas localizações no entroncamento das principais rodovias federais que perpassam na região, em especial a rodovia BR-242 (Figura 3), que permite o escoamento dessa produção em direção a centros localizados na embocadura

dos principais portos nacionais, como o caso de Salvador, bem como para a infraestrutura existente nesses dois núcleos urbanos.

Ainda a respeito do escoamento da produção agrícola, é pertinente destacar o papel fundamental que a projetável Estrada de Ferro 334 (EF-334), também designada Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), cuja construção encontra-se em fase de andamento, desempenhará na região do Oeste Baiano. De acordo com a empresa pública Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., a Fiol, com aproximadamente 1527 quilômetros de extensão, tem finalidade de ligar o futuro porto de Ilhéus, no litoral da Bahia, à Ferrovia Norte Sul (FNS), no estado do Tocantins, perpassando, em sentido a oeste, pelos municípios de Jequié, Brumado, Caetité, Correntina e **Barreiras**, com destino ao município de Figueirópolis, no Tocantins (VALEC, 2020).

Desse modo, uma faceta dessa rede urbana regional, que se conforma na região dos cerrados baiano, área intrinsecamente ligada à expansão da fronteira agrícola, coloca em evidência sua característica de uma rede urbana agroexportadora de monoculturas, materializando-se como instrumento com finalidade em alimentar uma rede global de consumo. Nesse sentido, cabe verificar a intensidade das interações espaciais comerciais de cada núcleo, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no mercado mundial, evidenciando suas importâncias nesse sistema de trocas, por meio do alcance espacial das suas respectivas produtividades totais.

5.2 – Alcances espaciais produtivos

No que concerne ao alcance espacial das produções de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, nota-se uma expressividade que esse segundo centro obtém em razão das vantagens comerciais em termos de mercado mundial, conforme representado na Figura 10. Em 2019, a produção de Barreiras, dentre soja (em grãos, farelo e óleo), algodão e animais, foi destinada para um total de 24 territórios: Alemanha, Argélia, Bangladesh, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Turcas e Caicos, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Malásia, Países Baixos, Paquistão, Portugal, Romênia, Singapura, Suíça, Tailândia, Taiwan, Turquia e Vietnã (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

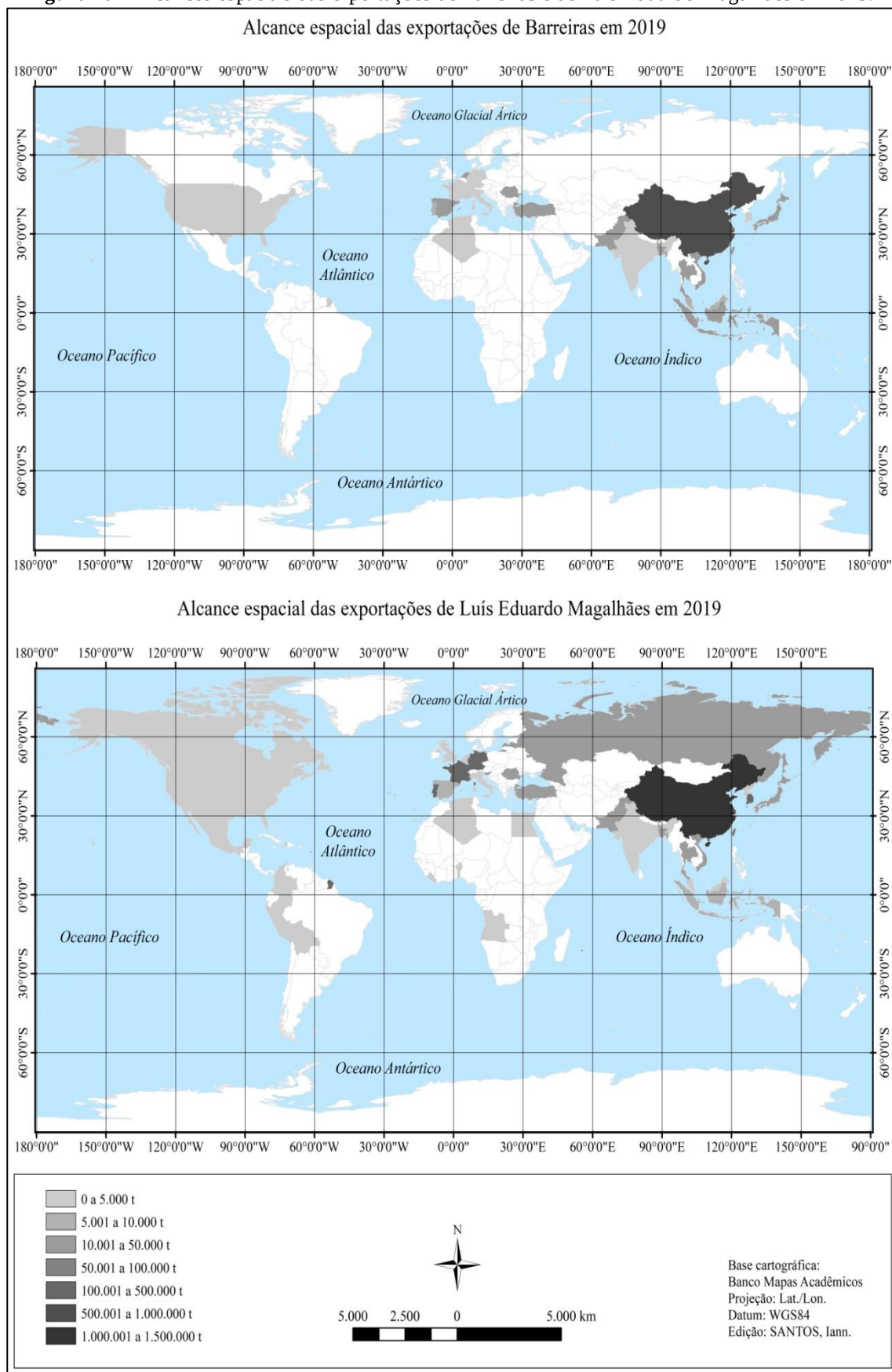
O maior importador da produção de Barreiras em 2019 foi a China, com 505.713,254 t, das quais 471.724,827 t de grãos de soja e 33.988,427 t de algodão; O segundo maior importador foi o Japão, com 44.152,556 t, das quais, 44.050,648 t de

grãos de soja e 101,908 t de algodão; Em terceiro, o Paquistão, com 43.559,858 t, das quais 32.362,857 t de grãos de soja e 11.197,001 t de algodão; Em quarto, a Turquia, com 32.630,633 t, das quais 26.681,892 t de soja e 5.948,741 t de algodão; Seguidamente, a Tailândia, com 21.102,532 t, das quais 20.291,943 t de soja e 810,589 t de algodão (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Posteriormente, seguiram Romênia (18.677,694 t de farelo de soja), Taiwan (15.791,880 t de grãos de soja), Indonésia (14.580,730 t de algodão), Espanha (12.759,854 t de farelo de soja), Bangladesh (11.668,007 t de algodão), Países Baixos (11.594,984 t, das quais 8.094,984 t de farelo de soja e 3.500,000 t de grãos de soja), Vietnã (10.427,043 t, das quais 9.571,464 t de algodão e 855,579 t de farelo de soja), Portugal (6.002,226 t, das quais 5.474,226 t de farelo de soja e 528,000 t de algodão), Malásia (5.634,588 t de algodão), Índia (4.968,817 t, das quais 4.368,817 t de algodão e 600,000 t de óleo de soja), França (3.624,490 t, das quais 3.500,000 t de farelo de soja e 124,490 t de algodão) e Alemanha (2.600,000 t de farelo de soja). O algodão foi exportado para Itália (1.186,170 t), Suíça (784,025 t), Coreia do Sul (365,340 t), Singapura (440,071 t), Ilhas Turcas e Caicos (397,722 t) e Argélia (245,430 t). Por fim, os Estados Unidos importaram 0,008 t de animais vivos, dentre cavalos, asininos e muars (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Em 2019, a produção de Luís Eduardo Magalhães, entre soja (farelo, grão e óleo), algodão, carne, frutas entre outros, foi destinada para 44 territórios: Alemanha, Angola, Argélia, Bangladesh, Bélgica, Benin, Bolívia, Canadá, Catar, China, Colômbia, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Egito, Emirados Árabes, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, França, Haiti, Hong Kong, Ilhas Virgens, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Libéria, Malásia, México, Países Baixos, Paquistão, Peru, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Singapura, Tailândia, Taiwan, Timor Leste, Turquia e Vietnã (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Figura 10 – Alcances espaciais das exportações de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.



Fonte: Elaboração do autor.

A China seguiu como maior importador da produção de Luís Eduardo Magalhães em 2019, com um total de 1.466.260,148 t, das quais 1.401.832,402 t de grãos de soja, 63.090,052 t de algodão, 1.278,794 t de produtos vegetais e 58,900 t de óleos ácidos de refinação; Em segundo a França, com 363.900,830 t, das quais 363.859,188 t de farelo de soja e 41,642 t de frutas frescas, entre mamão, melancia e melão; Em terceiro, a Alemanha importou um total de 308.997,690 t, das quais 308.338,610 t de farelo de soja, 551,080 t de frutas frescas e 108,000 t de café (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O Vietnã importou um total de 19.012,022 t, das quais 16.188,316 t de algodão, 2.645,706 t de farelo de soja, 162,000 t de carnes de frango e 16,000 t de sais e hidróxidos de amônio quaternários; A Tailândia importou um total de 18.533,300 t, das quais 15.295,620 t de grãos de soja, 1.862,716 t de algodão e 1.374,964 t de farelo de soja; A Rússia importou 15.018,712 t, das quais 15.000,000 t de farelo de soja e 18,712 t de frutas frescas; Bangladesh adquiriu 13.961,921 t de algodão; O Japão correspondeu na compra de 12.273,580 t, das quais 10.000,000 t de grãos de soja, 993,600 t de grãos de café, 457,218 t de algodão, 690,762 t de produtos vegetais, 108,000 t de sais e hidróxidos de amônio quaternários e 24,000 t de carne de frango; Por sua vez, o território britânico das Ilhas Virgens adquiriu 11.510,610 t de grãos de soja (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Seguidamente foram Indonésia (6.396,275 t de algodão), Espanha (5.812,456 t, das quais 4.000,000 t de farelo de soja, 730,800 t de café, 829,893 t produtos vegetais, 185,883 t de frutas e 65,880 t de óleos ácidos de refinação), Índia (3.662,296 t de algodão), Malásia (3.395,635 t, das quais 3.375,635 t de algodão e 20,000 t de sais e hidróxidos de amônio quaternários), Estados Unidos (1.336,061 t, das quais 1.277,820 t de grãos de café, 58,240 t de óleos ácidos de refinação e 0,001 t em aparelhos de radiodeteção e de radiossondagem), Israel (1.175,373 t de grãos de soja), Singapura (1.099,193 t de algodão), Itália (870,859 t, das quais 791,629 t de algodão, 76,800 t de grãos de café e 76,800 t de frutas), Bélgica (744,000 t de grãos de café), Bolívia (529,676 t de algodão) e Reino Unido (529,650 t de frutas) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Países com importações menos expressivas, porém não menos importantes, foram Benin (497,140 t de algodão), Argélia (469,953 t de algodão), Hong Kong (324,000 t de carne de frango), Haiti (189,000 t de carne de frango), Libéria (135,000 t de carne de frango), Colômbia (119,000 t de sementes), México (80,000 t de grãos de café), Canadá (76,800 t de café), Coreia do Norte (66,598 t de algodão), Timor Leste (49,320 t, das

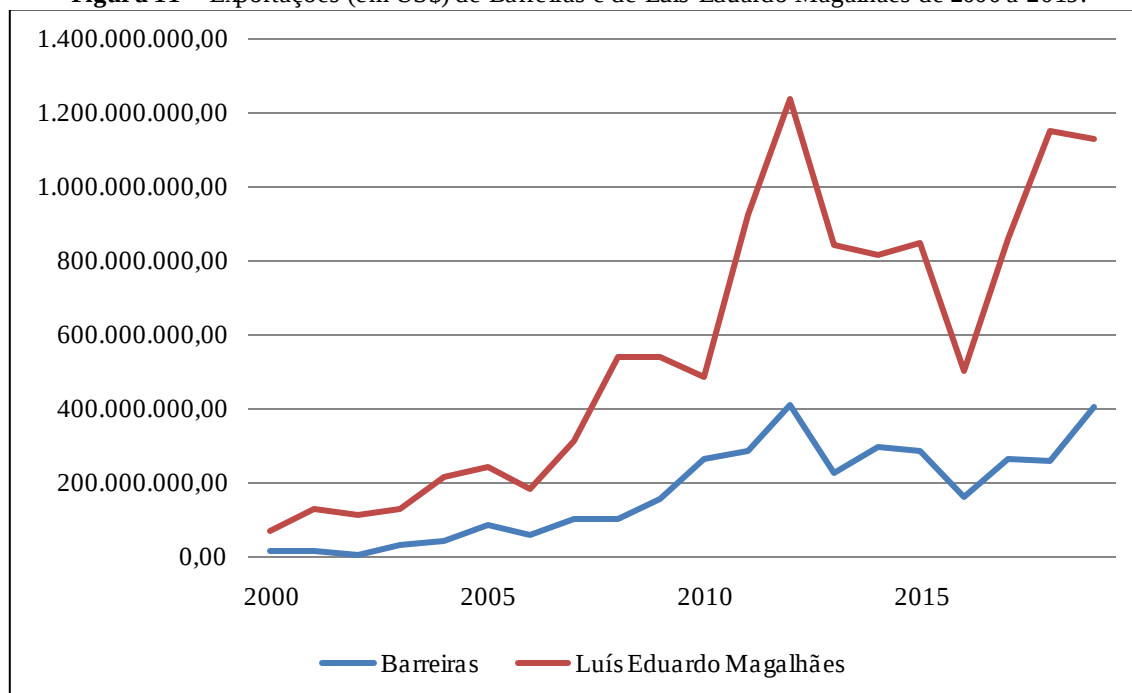
quais 24,708 t de produtos derivados de carne e 24,612 t de carne de frango), Egito (38,400 t de café), Países Baixos (31,633 t de frutas), Angola (27,000 t de carne de frango), Peru (5,200 t de sementes), Catar (2,000 t de sementes) e Emirados Árabes (0,750 t de sementes) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Comparando os valores das exportações de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães (Figura 11), verifica-se um relativo crescimento progressivo de ambos até o ano de 2005, com destaque para Luís Eduardo Magalhães que, desde 2000, apresenta valores superiores ao de Barreiras³⁸. Enquanto as exportações de Barreiras somaram US\$ 17.524.448,00 em 2000, US\$ 13.984.108,00 em 2001, US\$ 4.615.959,00 em 2002, US\$ 30.303.878,00 em 2003, US\$ 41.313.648,00 em 2004 e US\$ 84.669.331,00 em 2005, as exportações de Luís Eduardo Magalhães somaram US\$ 67.883.300,00 em 2000, US\$ 129.855.274,00 em 2001, US\$ 110.648.414,00 em 2002, US\$ 128.939.040,00 em 2003, US\$ 213.191.192,00 em 2004 e US\$ 241.270.696,00 em 2005 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

As linhas indicativas dos valores das exportações apresentam perfis similares, com um célere crescimento na primeira década de 2000 até o ano de 2012, quando ambos atingem seus respectivos valores máximos no intervalo de 2000 a 2019: US\$ 408.811.491,00 de Barreiras e US\$ 1.240.881.929,00 de Luís Eduardo Magalhães (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A partir de 2012, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentaram decréscimos significativos em valores de exportações, com relativa estabilidade entre 2014 a 2015, atingindo, em 2016, US\$ 160.984.602,00 e US\$ 501.163.454,00, respectivamente. Posterior a 2016, ambos retomaram o crescimento, sobretudo Luís Eduardo Magalhães, que registrou um total de US\$ 858.346.608,00 em 2017, US\$ 1.149.995.101,00 em 2018 e US\$ 1.128.155.723,00 em 2019. Seguidamente, os valores de Barreiras foram registrados em US\$ 265.874.687,00 em 2017, US\$ 257.518.862,00 em 2018 e US\$ 406.990.936,00 em 2019 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

³⁸ Valores detalhados na Tabela 15 em anexo.

Figura 11 – Exportações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Notadamente, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são altamente competitivos no que tange ao dinamismo econômico referente às suas exportações e alcances espaciais de mercado, com destaque para Luís Eduardo Magalhães que, além de abranger um maior mercado consumidor de suas produtividades, corroborando para maiores interações espaciais a níveis globais de suas mercadorias produzidas, se coloca frente à rede urbana regional do Oeste Baiano como principal centro interlocutor para o sistema de produção. Em outras palavras, averiguando-se no espectro da relação de competitividade, Luís Eduardo Magalhães obtém vantagens em termos de importância na rede urbana regional se comparado a Barreiras. Reitera-se, portanto, a importância de Luís Eduardo Magalhães no que tange à escala internacional e à comercialização de commodities, ressaltando-se, contudo, que, no caso de alguns serviços urbanos, que servem inclusive à região, Barreiras se apresenta com maior proeminência no espectro da complementaridade.

Mais do que o número de países de alcances de suas produtividades, o que chama atenção são as intensidades em que cada centro, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, participam do mercado de exportação mundial, revelando, a priori, uma relação de competitividade entre si, no sentido de ampliarem seus mercados econômicos em escala global. Por outro lado, isso também evidencia suas vulnerabilidades, sobretudo econômicas, na medida em que ambos se tornam dependentes de um jogo de trocas comerciais desiguais.

Nesse sentido, aderindo à concepção de Castillo et al. (2016, p. 268), centros como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, apesar de serem de portes relativamente medianos na sua rede urbana regional, tornam-se elos frágeis do circuito espacial produtivo mundial, “uma vez que suas economias são altamente dependentes de um único setor produtivo”. Desse modo, a competitividade, ao mesmo tempo em que incrementa uma economia local, evidenciando a importância que um centro obtém no contexto econômico de uma dada região, pode representar adversidades, no sentido de que esses núcleos aumentam o seu próprio consumo, de maneira exacerbada, com finalidade de retroalimentar a própria produtividade.

5.3 – Os consumos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães

Inversamente ao que se foi exportado de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, o fluxo de mercadorias que adentrou nesses dois núcleos nos últimos anos se tratou basicamente de produtos industrializados de alto valor agregado e insumos voltados à produção agropecuária, como máquinas auxiliares para a indústria têxtil e para a agroindústria em geral, veículos aéreos, herbicidas, fertilizantes entre outros³⁹. Segundo o Ministério da Economia (2020), em 2019, as importações de Barreiras registraram o valor total de US\$ 29.235.064,00, com grande parte de mercadorias oriundas da China, dentre as quais se destacaram díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores, dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas células fotovoltaicas, díodos emissores de luz, cristais piezoelétricos montados e demais aparelhos mecânicos, com valores totais registrados em US\$ 24.487.925,00; mercadorias oriundas dos Estados Unidos, dentre as quais contiveram veículos aéreos, máquinas para a preparação de matérias têxteis, máquinas para limpeza e peneiração de grãos entre outros, registradas em US\$ 3.963.631,00; e outras importações adquiridas de Israel, Turquia, Grécia, Singapura, Finlândia e Índia (Tabela 14).

³⁹ Os produtos importados por Barreiras e por Luís Eduardo Magalhães, no ano de 2019, estão discriminados, respectiva e detalhadamente, nos Quadros 11 e 12 em anexo.

Tabela 14 – Importações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães em 2019.

Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
País	Valor (US\$)	País	Valor (US\$)
China	24.487.925,00	China	14.919.927,00
Estados Unidos	3.963.631,00	Israel	8.338.528,00
Israel	309.358,00	Estados Unidos	6.146.795,00
Turquia	230.698,00	Rússia	5.655.619,00
Grécia	160.238,00	Índia	2.477.232,00
Singapura	33.900,00	Marrocos	1.170.557,00
Finlândia	25.914,00	Alemanha	1.038.855,00
Índia	23.400,00	Países Baixos (Holanda)	967.324,00
		Espanha	960.022,00
		República Tcheca	753.695,00
		Turquia	492.344,00
		Egito	464.207,00
		Dinamarca	92.358,00
		Grécia	75.285,00
		Reino Unido	45.220,00
		México	1.166,00
		Canadá	500,00
TOTAL	29.235.064,00	TOTAL	43.599.634,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Em 2019, as importações de Luís Eduardo Magalhães registraram o valor total de US\$ 43.599.634,00, com grande parte das mercadorias oriundas da China, dentre as quais se destacaram herbicidas, fertilizantes, eletrodomésticos (ar condicionados, centrifugadores) entre outros, com valores totais registrados em US\$ 14.919.927,00; fertilizantes de Israel, com valores somados em US\$ 8.338.528,00; veículos aéreos, óleos de petróleo (exceto óleos brutos), máquinas para solda entre outros, advindos dos Estados Unidos, com valores totais em US\$ 6.146.795,00; enxofre e fertilizantes oriundos da Rússia, com valores totais em US\$ 5.655.619,00; e outras mercadorias advindas da Índia, Marrocos, Alemanha, Países Baixos, Espanha, República Tcheca, Turquia, Egito, Dinamarca, Grécia, Reino Unido, México e Canadá (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Comparando os valores das importações de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães⁴⁰, conforme o gráfico da Figura 12 verifica-se que até a primeira metade da década de 2000 a relação de maior importação entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se manteve relativamente instável. A princípio, verifica-se um valor superior de Barreiras de US\$ 2.501.415,00 em detrimento de US\$ 89.315,00 de Luís Eduardo Magalhães em 2000. Contudo, após o ano da sua ascensão para a condição de sede administrativa municipal, inicia-se um crescimento exponencial da inserção de fluxo de capital estrangeiro em Luís Eduardo Magalhães, em detrimento de uma relativa estabilidade da entrada de capital externo em Barreiras.

⁴⁰ Valores detalhados na Tabela 16 em anexo.

Continuamente, a relativa instabilidade entre os dois municípios pode ser notada com a diminuição do fluxo de entrada de capital em Barreiras no ano de 2001, um decréscimo aproximado de 4,9% em comparação ao ano 2000, atingindo um total de US\$ 2.377.095,00 em valores de importações. Contrariamente, esse fluxo mais que triplica em Luís Eduardo Magalhães, que atinge um total de US\$ 273.867,00 em 2001, um crescimento de 206,6% em relação ao ano anterior (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

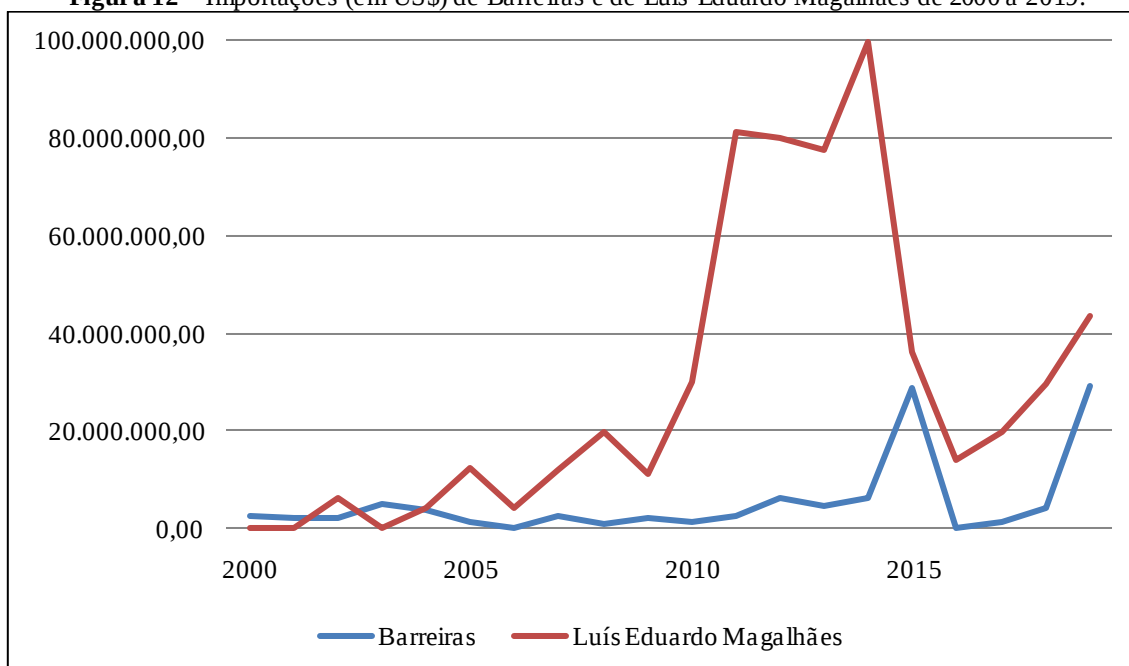
Em 2002, ainda há um decréscimo por parte Barreiras, que registrou um total de US\$ 2.018.737,00 de importação e um crescimento vertiginoso por parte de Luís Eduardo Magalhães, que atingiu um valor de US\$ 6.391.796,00 de importações, aproximadamente vinte e três vezes mais do que o registrado em 2002, ultrapassando pela primeira vez Barreiras em números absolutos. Em 2003, Barreiras retoma a frente da quantidade de importações, contabilizando US\$ 5.054.434,00, dois e meio a mais do que o registrado no ano anterior. Por sua vez, Luís Eduardo Magalhães atinge o menor valor registrado nesse mesmo ano de 2003, com US\$ 88.670,00, setenta e duas vezes a menos em relação a 2002 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Entretanto, a partir de 2004, Luís Eduardo Magalhães assumiu a liderança em números absolutos e se manteve como principal importador da região do Oeste Baiano até 2019, com picos em 2011 (US\$ 81.070.464,00) e em 2014 (US\$ 99.642.106,00), sendo nesse último ano o maior valor de importações registrado nos últimos vinte anos. O município de Barreiras se manteve atrás de Luís Eduardo Magalhães, com avanços significativos em 2015 (US\$ 28.832.760,00) e em 2019 (US\$ 29.235.064,00). Posterior aos expressivos declínios em 2016, US\$ 224.538,00 de Barreiras e US\$ 13.915.874,00 de Luís Eduardo Magalhães, ambos apresentaram curvas ascendentes semelhantes nos últimos anos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Tanto por parte de Barreiras quanto por parte de Luís Eduardo Magalhães, verifica-se uma relação de dependência externa à inserção de capital estrangeiro, sobretudo vinculado a bens materiais de alto valor agregado, cuja finalidade deste último tende a retroalimentar o início do processo da circulação: o setor produtivo. Especialmente insumos agropecuários e equipamentos tecnológicos voltados para o cultivo de grãos são adquiridos por esses centros que, por suas vezes, passam por etapas de comercialização e, por conseguinte, de consumo por parte daqueles que detêm os meios de produção locais ligados ao setor primário, como os agentes latifundiários. Essa circulação de capital e tecnologia angaria também a diversificação da oferta de serviços

urbanos (bancos, lojas de serviços, etc.), de modo que há uma igualmente uma retroalimentação da diversificação desses serviços nos referidos núcleos.

Figura 12 – Importações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.



Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Desse modo, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, com suas expressivas participações no mercado mundial econômico, seja pelo quadro de exportação de matéria-prima e, principalmente, pela importação desses bens de alto valor agregado, vão se tornando centros urbanos influenciáveis de uma área onde se difunde a modernização da agricultura, retratada por Pequeno e Elias (2015, p. 14) como uma região composta “tanto por modernos espaços agrícolas extremamente racionalizados quanto por espaços urbanos não metropolitanos (sobretudo cidades pequenas, mas também cidades de porte médio), com forte especialização funcional”.⁴¹

Internamente a essa região, emerge uma nova estrutura de rede urbana no Oeste Baiano, polarizada por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, tratando-se, na percepção de Pequeno e Elias (2015, p. 15), de uma “rede urbana regional funcional ao agronegócio”. Em diálogo com os autores, denominamos o Oeste Baiano como uma rede urbana regional funcional ao agronegócio, cujo pilar da hierarquia urbana ainda se encontra sob o comando de Barreiras. Todavia, nessa relação competitiva de natureza econômica, inegavelmente, a importância de Luís Eduardo Magalhães (especialmente na escala internacional) se sobressai, corroborando para uma relativa instabilidade da própria

⁴¹ A respeito dessas áreas, Elias (2011) as denomina de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA).

hierarquia urbana, que ainda, por sua vez, depende de outro movimento, o da complementaridade, o qual excede sua natureza estritamente econômica, atingindo domínios políticos e urbanos.

A rede urbana regional funcional ao agronegócio do Oeste Baiano, permeada de fluxo produtivo, seja por exportação de commodities seja por importação de insumos, é um evidente caso de que a circulação mais do que prevalece sobre a produção, como torna essa produção viciosa, comandada pelas lógicas verticais do consumo global. Nesse espectro vicioso, os núcleos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães mantêm entre si uma relação de competitividade de natureza econômica e espacial, na medida em que ambos tentam responder para a máxima dessa lógica, sobretudo Luís Eduardo Magalhães, que vem demonstrando uma expressiva ascensão no cenário regional, mantendo, inclusive, trocas espaciais mais intensas a nível global, se comparado ao centro de Barreiras. Contudo, a relação de complementaridade, também existente entre ambos, deve ser averiguada não como uma contraposição, mas como parte de uma síntese dialética que atribui sentido e significado a essa particularidade de rede urbana.

5.4 – A sinergia da rede urbana do Oeste Baiano

Considerando que uma dada rede urbana, assim como observa Silveira (2020, p. 310), está relacionada com o “aprofundamento de formas de gestão do território mais compartilhadas com o objetivo de maior eficiência, e de obtenção de maiores níveis de sinergias, externalidades, complementaridades e economias de escala”, infere-se que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães vêm assumindo papéis importantes na rede urbana regional e respondendo ao processo de reestruturação produtiva, sobretudo especializando-se funcionalmente, tornando-se núcleos urbanos de maiores centralidades no Oeste Baiano. No entanto, tais especializações urbanas não são congruentes, isso porque, na relação espaço-temporal, os papéis desempenhados por ambos se sustentam na composição orgânica da diferenciação espacial do capitalismo, de modo que cada núcleo cria, com suas especificidades, uma divisão de tarefas locais⁴².

Em primeiro momento, mais precisamente no início do processo de inserção de capital agrícola na região do cerrado baiano, o núcleo de Barreiras passa a desempenhar

⁴² Para Pequeno e Elias (2015, p. 16) Barreiras e Luís Eduardo Magalhães “têm papel de destaque na região e atendem, em diferentes graus, às necessidades mais básicas tanto da população quanto dos principais agentes do agronegócio atuantes regionalmente”.

funções inerentes à atividade da agricultura modernizada, sendo considerado um pólo voltado para atender a essa nova dinâmica do campo, com núcleo urbano composto de serviços do terciário ligados a empresas de insumos agropecuários e de consultoria e administração para o campo. Nesse período, a partir dos anos de 1980, o fluxo de capital agrícola injetado na região, incluindo equipamentos e insumos, provém, em sua grande maioria, de cooperativas fundadas por agricultores de origens sulistas que, ao se inserirem na região, iniciaram um processo de colonização do cerrado, por meio da abertura e expansão de áreas produtivas para o cultivo de monoculturas e a criação ou ampliação de agrupamentos embrionários.

Durante a década de 1990, esses agrupamentos se desencadeiam como distritos e vilas vinculados político-administrativamente aos centros urbanos tradicionais e passam a incorporar essas mesmas funções de maneira progressiva, contudo se diferenciam dos seus centros subordinadores por se situarem mais próximos geograficamente às áreas de produção, além de se tornarem locus para a implantação de redes agroindustriais. No fim dessa década, as recentes forças oligárquicas políticas, criadas nessas localidades, são capazes de influenciar decisões políticas e administrativas, principalmente no que se refere à apropriação de capital político, principalmente no que tange ao antigo distrito urbano de Barreiras, Mimoso do Oeste, que tem sua nomenclatura alterada para Luís Eduardo Magalhães, em 1997, com disfarçada finalidade de tentativa de desmembramento territorial atingida com êxito no ano 2000.

Após a emancipação de Luís Eduardo Magalhães, inicia-se um processo transitório de mudanças e incorporações de funções especializadas em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães, no qual, de um lado, observa-se uma ampliação e concentração de serviços diversificados, sobretudo nas áreas da saúde, da educação e da administração pública em Barreiras, enquanto que, por outro lado, adensa-se um setor comercial especializado às atividades do campo em Luís Eduardo Magalhães. Esses adensamentos de especializações funcionais são acompanhados de crescimentos populacionais urbanos expressivos de ambos os núcleos, alterando, significativamente, a composição e a forma espacial da rede urbana regional, na qual se verifica uma progressiva centralidade urbana exercida por ambos, todavia o comando dessa rede urbana regional ainda é exercido por Barreiras durante a década de 2010.

A subordinação de Luís Eduardo Magalhães em relação a Barreiras se deve a esse segundo núcleo ainda ser o principal ofertador de serviços urbanos, criando uma relação de dependência de Luís Eduardo Magalhães no âmbito interno regional, principalmente

no que se refere a serviços de saúde de baixa e média complexidade, de ensino superior, entre outros. Por outro lado, o núcleo de Luís Eduardo Magalhães vem desempenhando a função de principal fornecedor de serviços especializados para a agropecuária, tornando-se centro fornecedor de insumos e maquinários agropecuários para outros núcleos componentes de uma região alvo de processo de expansão da fronteira agrícola.

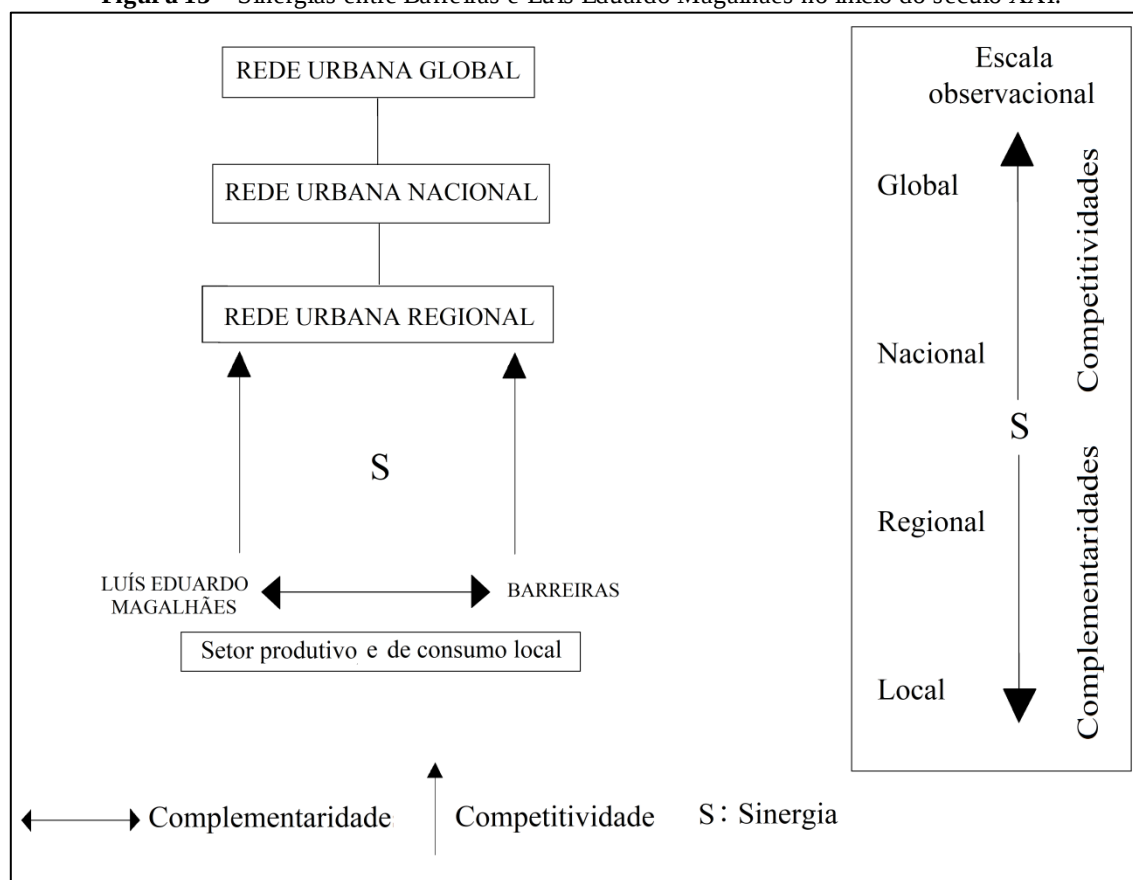
Importante destacar que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães vêm respondendo ao mesmo processo de reestruturação produtiva, muito embora com distintas especializações urbanas que desencadeiam relações de complementaridades entre si, nas quais se verifica uma dependência de Luís Eduardo Magalhães em relação ao núcleo barreirense, prevalecente por ofertar serviços básicos de consumo. Em contrapartida, nota-se uma relação competitiva entre ambos, na medida em que se averigua tanto em uma reafirmação no quadro econômico regional, no que se refere ao alcance espacial das suas respectivas produtividades e participações na economia mundial, quanto a uma constante captura de capital político urbano por parte de agentes locais, que se reafirmam no cenário da política regional, com base no discurso da lógica de apropriação e reprodução, tornando-se coniventes e inerentes a esse modelo de expansão econômica capitalista e, igualmente, promotores de uma concentração espacial urbana em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães.

Não se trata, portanto, de uma sobreposição de uma complementaridade em relação a uma competitividade, ou vice-versa, como também não se trata de uma inversão de papéis, na medida em que os centros de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães mantêm uma relativa importância na rede urbana regional de maneira complementar. Evidentemente, suas diferenças excedem complexidades genéticas e funcionais, tamanhos e alcances espaciais de seus fluxos produtivos, contudo ambos estão inseridos em uma sinergia devido a suas funcionalidades peculiares, tanto no âmbito da divisão territorial do trabalho local quanto no âmbito da rede urbana regional.

A sinergia se procede no sentido de sustentação da hierarquia da rede urbana regional do Oeste Baiano, uma rede urbana regional funcional ao agronegócio que se encontra progressivamente conectada a uma rede global de produção e consumo, por meio de trocas desiguais. Essa sinergia deriva de uma relação interdependente entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, caracterizada, sobretudo, por suas especializações funcionais distintas, que vai de encontro a uma relação complementar/competitiva econômica, política e urbana entre os mesmos núcleos. Em outras palavras, a sinergia se trata de um trabalho simultâneo entre complementaridade e competitividade, no qual

alguns aspectos hipotéticos se tornam proeminentes para compreender o dinamismo e o significado da rede urbana do Oeste Baiano, como mostra a Figura 13.

Figura 13 – Sinergias entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no início do século XXI.



Fonte: Elaboração do autor.

A sinergia se estabelece com uma atração mantida entre complementaridade e competitividade. Ao mesmo tempo em que essa sinergia sustenta a hierarquia da rede urbana regional, implicando relativa estabilidade da mesma, com certas tensões urbanas entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, a preponderância de uma das relações, seja essa complementar ou competitiva, possa representar, por vezes, estratificações ou, por vezes, inversões hierárquicas. Por um lado, somente a existência da complementaridade, a hierarquia se manteria rigidamente estável, não corroborando profundas transformações na sua rede urbana. Por outro lado, somente a existência da competitividade, a hierarquia se tornaria altamente instável, ratificando para incertezas do controle dessa mesma rede urbana. Mesmo assim, a espiral não se completa apenas nessas duas formas de relações. Há um movimento mais amplo que vai além da simples sobreposição dessas relações.

Trata-se de uma intensidade sinérgica que está intrinsecamente relacionada à escala espacial das ações e do transbordamento que surge da dialética entre

complementaridade e competitividade. Quanto maior a escala espacial, seja essa nacional ou internacional, mais prevalecerão relações de competitividades. Em contrapartida, quanto menor a escala espacial de observação, sendo essa regional ou local, mais predominará relações de complementaridades e menos prevalecerão relações de competitividades, devendo-se às interações internas à rede urbana e ao forte grau de complementaridade carregado nessas interações. Ocorre que, mesmo na escala internacional, as formas de comercializações elevam a demanda regional ocasionando derivações e, conseqüentemente, um movimento sinérgico.

Contudo, há que se ressaltar que nessa escala internacional ocorre também a complementaridade, tendo em vista que os núcleos urbanos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, não somente se tornam pontos meramente focos de fluxo de exportação, como também atuam no sentido de atender às demandas da produção agropecuária. Inversamente, ocorre também a competitividade nas escalas regional e local, pois ambos os núcleos respondem para a máxima da troca comercial, associados, sobretudo, a um conjunto político e econômico conivente com o sistema de reprodução.

Cabe destacar que a constatação dessa sinergia se infere à região do Oeste Baiano, onde se verifica a conformação de uma rede urbana regional funcional ao agronegócio, pois esse tipo particular de rede traz em seus indissociáveis aspectos materiais e sociais considerações pertinentes. No que se refere à sua materialidade, essa rede urbana se estrutura em um espaço agrário que passa por processos de transformações concernentes à ampliação das fronteiras agrícolas para o cultivo de monoculturas junto à instauração de uma rede de estradas, cuja principal finalidade se regula no sentido de escoamento da produção, e de instauração de uma complexa rede agroindustrial. Por conseqüência, suas principais localidades centrais, Barreiras, que se re-funcionaliza, e Luís Eduardo Magalhães, que emerge nessa recente dinâmica funcional, além de estarem em posições geográficas relativamente favoráveis, tornam-se ambientes deliberativos, pois são incorporadas de atividades ou empreendimentos urbanos específicos, seja para atender às demandas do setor produtivo seja para atender às demandas coletivas de consumo local.

No que se refere ao seu aspecto social e político, essa rede urbana regional funcional ao agronegócio evidencia o ciclo de reprodução comandado por um sistema econômico, social e político de uma organização socioespacial capitalista, na qual se estabelecem trocas desiguais e hierárquicas e intermediadas por centros que encabeçam essa rede urbana e que mantêm relações, inclusive, com redes urbanas mundiais. Acrescenta-se que esse sistema é composto por agentes produtores espaciais

hegemônicos, controladores dos recursos disponíveis, presentes in loco, e ao mesmo tempo distantes do local, que atuam no sentido de estabelecer essa reprodução com práticas econômicas, visando atender às demandas do mercado de consumo de commodities agrícolas, e em consentimento com agentes políticos locais.

Agrega-se como outra característica dessa rede urbana regional a flexibilidade, notadamente averiguada tanto pela alteração da posição geográfica dos centros urbanos em relação à rede de transporte rodoviário, tendo como privilegiados os centros de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, por esses serem locais de entroncamento das principais rodovias federais, quanto, e principalmente, pela transferência e alocação de atividades especializadas em seus núcleos urbanos, sobretudo em Luís Eduardo Magalhães, que se torna um novo ponto de criação da rede e que passa estabelecer conexões em diversas escalas, e Barreiras, que tende a se tornar um centro de serviços financeiros e de gestão. De qualquer maneira, ambos se constituem como importantes espaços funcionais às tramas globais da produção com suas especificidades funcionais urbanas.

No âmbito da divisão territorial do trabalho, esses espaços constantemente globalizados, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, distinguem-se funcionalmente e se tornam focos do processo de reprodução, produzindo excedentes econômicos e populacionais urbanos, despertando não somente interesses econômicos dos agentes hegemônicos partícipes do processo produtivo, como também interesses dos agentes políticos locais, coniventes e subordinados ao sistema de reprodução capitalista e detentores de relativo comando técnico da produção e que visam essas concentrações espaciais urbanas como fonte de recurso de captura de capital político. Para exemplo, têm-se prefeituras controladas constantemente por agentes ligados ao setor da agropecuária, que corroboram com projetos e imposições ideológicas globais, intermediando a instalação de diversos agentes do setor produtivo.

Nesse sentido, os discursos que engendram de ambos os núcleos, principalmente àqueles voltados para as relações de competitividades entre si, enaltecendo suas respectivas relevâncias para uma economia globalizada, junto às verificáveis relações de complementaridades preexistentes entre os núcleos, fazem da unicidade das relações uma necessidade correlacionada para a reprodução econômica e política na região do Oeste Baiano. Em outras palavras, competitividade e complementaridade se correlacionam ao processo produtivo e ambos alimentam uma sinergia.

Ainda a respeito da divisão territorial do trabalho no âmbito da rede urbana regional do Oeste Baiano, nota-se não somente uma diferenciação entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, como também uma maior diferenciação e uma posição inferior dos demais núcleos desse segmento, pois esses núcleos de pequeno porte, localizados na base da rede urbana, apesar de alguns estarem inseridos na região de expansão da fronteira agrícola, como Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério, marginalizam-se e perdem importância justamente devido à dependência em relação aos serviços urbanos dispostos nos núcleos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães.

Importante destacar ainda que o mercado mundial se nutre e também nutre o Oeste Baiano, incluindo a região do Matopiba, beneficiando áreas circunvizinhas, ou seja, não apenas Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que também compõem a essa sinergia. A sinergia da rede urbana regional funcional ao agronegócio no Oeste Baiano, entretanto, também depende do comportamento e das estratégias dos múltiplos agentes produtores espaciais que compõem essa rede urbana regional, que se torna materialmente um instrumento de interesses econômicos e políticos voltados eminentemente à reprodução do capital. Nesse sentido, seus segmentos, sobretudo Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, estão sujeitos a rupturas hierárquicas preestabelecidas, tendo em vista que suas produções territoriais estão cada vez mais conectadas em redes ou até mesmo vulneráveis às mesmas, condicionadas a instabilidades promovidas por esses agentes produtores espaciais e redes de serviços que emanam interesses de naturezas complementares e competitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento inerente não somente à ciência geográfica, no que diz respeito às contradições dispostas no espaço geográfico, figurou igualmente como ponto de partida para a elaboração desta pesquisa, cuja finalidade visava compreender o sentido e o significado de uma particularidade de rede urbana, na qual dois núcleos vêm assumindo importantes papéis no contexto urbano regional do Oeste Baiano no início do século XXI: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Se por um lado os interesses que emanam de diferentes agentes e, sobretudo, de diferentes pontos específicos desse segmento de rede, em especial de seus principais núcleos, sinalizam relações que possam ser meramente descritivas e de fácil compreensão, por outro, cabe debruçar-se na investigação, na tentativa de se avançar e atingir uma concepção racional das mudanças provindas das relações de produção movidas por intencionalidades muitas vezes abstratas ou mesmo que se repercutem na materialidade.

Diante da prévia averiguação da coexistência tanto da relação de complementaridade quanto da relação de competitividade entre os centros de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, considerados principais núcleos urbanos da rede urbana regional do Oeste Baiano, a pesquisa teve como objetivo geral compreender os mecanismos sustentados por relações de complementaridades, de competitividades e de sinergias entre esses núcleos urbanos. Nesse sentido, constatou-se que essa sinergia está atrelada à correlação simultânea e dialética entre complementaridade e competitividade. Em outras palavras, não se trata de uma sobreposição ou soma entre complementaridade e competitividade, mas sim uma unidade dos contrários. Entretanto, a intensidade, ou predominância, de uma das relações faz dessa combinação uma força não enrijecida, sujeitando a rede urbana a mudanças substanciais. Assim, esta investigação se desdobrou em cinco objetivos específicos norteadores de capítulos, de modo respectivo.

O primeiro capítulo, cujo objetivo se pautou em estabelecer a conexão entre rede urbana e produção de territórios, atingiu seu êxito na medida em que a rede urbana foi tratada como uma particularidade de rede concebida da própria produção de territórios. Partindo da etimologia do conceito de rede, perpassando por meio da discussão de como a rede urbana se estrutura como uma organização espacial das relações de poder e que essa se configura como um instrumento de uso na divisão territorial do trabalho, concluiu-se que os agentes sociais produtores da rede urbana serão determinantes para as relações estabelecidas na mesma.

A respeito do segundo capítulo, tal qual partiu da premissa de conceber a existência de duas relações entre centros urbanos de uma dada rede urbana, sendo uma de natureza complementar e outra de natureza competitiva, foi constatado que tais relações, além de atribuírem funcionalidade e sentido a uma dada rede urbana, podem variar de acordo com a escala espacial de análise. De maneira que a rede urbana possui a propriedade de conexão entre o local e o global, complementaridade e competitividade se sujeitam às transformações socioespaciais derivadas do processo de globalização e, muito embora sejam opostas, podem estar atreladas entre si, por meio de uma sinergia responsável por conduzir tais relações distintas, ao modelo do que ocorre entre os núcleos de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães.

A respeito do terceiro capítulo, o qual se pretendeu conhecer a rede urbana do Oeste Baiano, o mesmo teve sua finalidade atingida na medida em que elementos constituintes da rede urbana foram tratados em uma abordagem periodizada, alcançando a concepção inteligível da rede junto a sua particularidade. Respectivamente, os processos de formação, estruturação e reestruturação desse segmento de rede não apenas evidenciaram seus padrões espaciais como elucidaram os núcleos de comando em cada espaço-temporalidade, tendo como precursor o centro de Barra, seguidamente substituído por Barreiras que, no atual momento, divide especialidades funcionais e o próprio comando da rede com Luís Eduardo Magalhães.

O quarto capítulo, tal qual partiu da análise da relação de complementaridade entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, atingiu sua finalidade, pautando-se na identificação dos agentes produtores espaciais em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães junto às centralidades exercidas por ambos os núcleos, o que evidenciou relativa preponderância de Barreiras sobre Luís Eduardo Magalhães no que competiu à sua funcionalidade de centro de gestão da rede urbana, sobretudo na escala regional.

O quinto capítulo, cujo objetivo se pautou em analisar a relação competitiva entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, com base em fluxos de natureza econômica, para então compreender a dialética entre as distintas relações, complementaridade e competitividade, demonstrou a preponderância de Luís Eduardo Magalhães no cenário econômico a nível mundial, de forma que o núcleo de Barreiras, apesar da sua relativa importância, situou-se em uma posição relativamente secundária. Contudo, ambos os centros atendem a uma dinâmica de produção propriamente agrícola e, por se situarem no topo da hierarquia urbana regional, reforçam o sentido de uma rede urbana regional funcional ao agronegócio ou uma rede urbana agroexportadora do Oeste Baiano.

Posterior à constatação da coexistência das duas relações, permitiu-se inferir uma concepção de sinergia tal qual atribui sentido à dinâmica e ao funcionamento a essa especificidade de rede urbana do Oeste Baiano.

Durante o processo inicial de investigação, antecedeu-se à hipótese a existência de duas relações de naturezas distintas entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: complementaridade e competitividade. Muito embora a complementaridade apropriou-se de particularidades econômicas, políticas, sociais e urbanas, e a competitividade tratada como uma interação essencialmente econômica e geográfica constatou-se a não invalidação, ou a não nulidade, de uma relação sobre a outra, de tal maneira que a existência simultânea e indissociável de ambas apontou para a confirmação de um movimento dialético e contraditório, mas, sobretudo, de criação e de sustentação das mesmas.

Nesse sentido, complementaridade e competitividade são operadas por uma sinergia que atribui sentido e funcionalidade à rede urbana do Oeste Baiano, ou a uma rede urbana regional funcional ao agronegócio nessa região da Bahia, tendo em vista que seus principais núcleos urbanos se complementam e se competem entre si. Ao tempo em que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães respondem a um mesmo processo de reprodução vinculado à modernização da agricultura, junto à produção de commodities em larga escala, tornando-se focos urbanos de fluxos vinculados a essa atividade, muito embora suas particularidades, apoiadas no que rege a divisão de tarefas locais, apontam para uma relativa distinção de papéis urbanos, ambos disputam o controle da rede urbana regional, o que reverbera em processos de crescimentos urbanos e de aumentos de suas regiões de influências manipulados por ações de agentes econômicos e políticos que se articulam nas diversas escalas espaciais, no sentido de perpetuarem a produção territorial vinculada à dinâmica capitalista.

Em síntese, a sinergia não se trata de uma simples sobreposição de relações ou a soma entre complementaridade e competitividade. A sinergia surge da dialética entre essas duas relações entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, nutrindo-se das mesmas e, ao mesmo tempo, nutrindo-as, referindo-se a um processo de negação e, portanto, contraditório, mas especialmente de criação e de (re)produção constante deste importante e complexo território regional do Oeste Baiano.

Não obstante à escolha do procedimento metodológico adotado, a pesquisa, que em sua grande parte apoiou-se em dados secundários disponibilizados em fontes e meios eletrônicos, apresentou limitações de investigação, as quais se resumiram em dois

entraves: o geográfico e o político. O primeiro entrave, o geográfico, relacionou-se ao recorte espacial do objeto, cuja demanda requerida necessitaria de detalhamentos e análises documentais acuradas, de modo que a pesquisas in loco (pesquisa de campo) apresentaria limitações e insuficiências para corroborações designadas. O segundo entrave, o político, deveu-se à impossibilidade da obtenção de informações supostamente de domínio de instituições competentes. Destaca-se o não fornecimento de dados referentes ao fluxo de deslocamentos de passageiros de transporte coletivo por parte da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicação da Bahia (Agerba), autarquia de domínio público estadual, que alegou a não detenção da informação em questão, transferindo a responsabilidade da coleta à empresa de ônibus operante da linha exclusiva intermunicipal entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, a Transportes Rainha Nordeste, Vale Verde. Posterior a diversos contatos com representante administrativo da supracitada empresa, mediante ofício e ligações telefônicas, constatou-se indisposição por parte da empresa para o atendimento da solicitação requerida.

Por se tratar de uma tentativa de cristalização de uma espaço-temporalidade que apresenta tendências e desdobramentos imprecisos e que se encontra sujeita a refutações ou corroborações com as argumentações defendidas, esta pesquisa oportuniza estudos pormenores que estejam vinculados às modificações da rede urbana regional, sobretudo àqueles entre seus principais núcleos urbanos, como análises das transformações urbanas concernentes às suas recentes dinâmicas populacionais, à inserção ou egressão de corporações ou agentes econômicos em seus centros e às relações entre redes políticas e infraestruturas em campos multiescalares. Acrescentam-se ainda como recomendações estudos a respeito das demais nucleações partícipes da rede urbana regional do Oeste Baiano, inclusive as recentes criações urbanas frutos da agricultura moderna, bem como seus papéis específicos, junto a suas relações com os principais núcleos regionais: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Barreiras, uma história de sucesso**: resumo didático desde as origens até 1902. Barreiras: Cangraf, 2005.

_____. **Saudade de Barreiras**: álbum de recordações, Barreiras: Gráfica Irmãos Ribeiro, 1996.

_____. O 4º BEC em Barreiras: construindo estradas e formando jovens. **Jornal Novoeste**, Barreiras, p. 10-11, 1995.

ALMEIDA, Maria Natividade Maia e. A instalação da ferrovia Central do Brasil no norte de Minas: modificações espacial e populacional no século XX. In: IV CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MOBILIDADES E DESENVOLVIMENTOS, 4., 2014, Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2014, 21p.

ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). **Território e circulação**: a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015. p. 37-49.

BAHIA. Decretos Simples, de 21 de setembro de 2017. Resolve [...] nomear a Senhora Jusmari Terezinha de Souza Oliveira para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 21 set. 2017, Ano CII, nº 22.264.

BARREIRAS. **Lei nº 422, de 09 de dezembro de 1998**. Modifica a denominação do Distrito de Mimoso do Oeste e dá outras providências. Barreiras: Câmara Municipal, 1998. Disponível em: <http://camara.barreiras.mttransparente.com.br/admin/data/LEI120617090249.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BESSA, Kelly. Periodização e diferenciação espacial no segmento de rede urbana no Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício (org.). **Território e diversidade territorial no cerrado**: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais. Goiânia: Kelps, 2015. v. 2. p. 173-222.

_____. A dinâmica da diferenciação espacial entre os centros do segmento de rede urbana no Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício (org.). **Território e diversidade territorial no cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Kelps, 2013. p. 55-89.

_____. Proposições para a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: as noções de convergência e divergência. **GEOUSP**, São Paulo, n. 28, p. 34-58, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 97,

1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1977_00097.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRADESCO. **O Grupo Bradesco**. Empresas que compõem o Grupo Bradesco: Banco Bradesco S.A. 2020. Disponível em: <<https://banco.bradesco/html/classic/sobre/o-grupo-bradesco.shtm>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: uma aglomeração urbana embrionária no Oeste Baiano? In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio (org.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Série estudos e pesquisas. Salvador: SEI, 2012. v. 94. p. 183-195.

_____. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2009.

BCB. Banco Central do Brasil. **Estatística bancária mensal por município**. 2020. Disponível em: <<https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografia**, Barcelona, v. 8, n. 1-2, p. 19-56, 1974. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2017.

_____. A questão das diferenças e das relações em Richard Hartshorne. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36. n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2016.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 15. ed. p. 117-140.

COELHO NETO, Agripino Souza. Redes e territórios. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. [Fala.BR] **Manifestação Respondida no Sistema**. Mensagem recebida por <iann.dellano@hotmail.com> em 07 out. 2020.

COOPERFARMS. **Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia**. 2020. Disponível em: <<https://cooperfarms.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

_____. **Trajetórias geográficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 41-51.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, jan./jun. 2004.

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 121-129, jan./jun. 2000.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas**: percursos do fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. **A rede urbana**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 15. ed. p. 141-162.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A área Centro Ocidental do Nordeste**. Recife: Sudene, 1982.

DUPUY, Gabriel. **El urbanismo de las redes: teorías y métodos**. Barcelona: Oikos-Tau, 1998.

ECOAGRO. **Eco Securitizadora**. 2014. Disponível em:
<<https://www.ecoagro.agr.br/eco-securitizadora/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 13, n. 2, Nov. 2011, p. 153-167.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José Borzachiell; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (org.). **Panorama da geografia brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 221-238.

G1 BAHIA. **Produto mais exportado da BA, soja tem 2ª maior safra da história colhida por produtores da região oeste**. 2019. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/ba/bahia/avanca/noticia/2019/05/28/produto-mais-exportado-da-ba-soja-tem-2a-maior-safra-da-historia-colhida-por-produtores-da-regiao-oeste.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaucha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **“Gaúchos” no Nordeste**: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. 387f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)**: Produção Agrícola Municipal de 2018. 2020c. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – Cempre**. Tabelas 2018. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/2000-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b, 2010, 1980 e 1900.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. v. 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1958a.

_____. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. v. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1958b.

IFBA. Instituto Federal da Bahia. **Campus Barreiras**. 2020. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/barreiras/paginas-menu-cursos/cursos-1/>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema de Gestão Fundiária: Parcelas**. 2020. Disponível em: <<https://sigef.incra.gov.br/consultar/parcelas/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **A cidade**. 2020. Disponível em: <<http://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MACHADO, Fernando da Matta. **Navegação do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Comex Stat**. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MOTTA, Margarida Cunha de Miranda. **Povoados da Bahia**. 2020. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=176&Itemid=188>. Acesso em 03 ago. 2020.

OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE. **Hospital do Oeste**. Disponível em: <<https://www.irmadulce.org.br/portugues/saude/centro-e-unidade/hospital-do-oeste>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE. **Solicitação de informação para estudo acadêmico**. Mensagem recebida por <iann.dellano@hotmail.com> em 20 out. 2020.

PAMPLONA, Luiz Gonzaga. **Barreiras, Bê-A, ... da Barra pra cá!** Brasília, 2002.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 109-136, jul. 2020.

_____. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **Geographia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIREZ, Júlio Cesar de Lima; SOARES, Beatriz Ribeiro; SOUZA, Claudio Vanderli de. Triângulo Mineiro: região e regionalismo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 43-69, jan./jun. 2005.

RECEITA FEDERAL. **Emissão de comprovante de inscrição e de situação cadastral.** 2020. Disponível em:
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>.
Acesso em: 26 out. 2020.

REVISTA GLOBO RURAL. **IBGE estima queda de 8,4% da safra agrícola do Brasil em 2016.** 2016. Disponível em:
<<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2016/07/ibge-estima-queda-de-84-da-safra-agricola-do-brasil-em-2016.html>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco:** fator precípua da existência do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SAMPAIO, Mateus. Oeste da Bahia capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, 17p.

SANTOS, Camila Dutra dos; CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste: as regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do rio Açu/Jaguaribe (CE/RN). **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 39-56, mai./ago. 2014.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia:** modernização com (des) articulação econômica e social de uma região. 2007. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

SANTOS, Iann Dellano. **A rede urbana do Oeste Baiano.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

_____. O papel das localidades centrais na rede urbana do Oeste Baiano: do declínio de Barra à ascensão de Barreiras (início do século XX à década de 1980). **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 65, mar. 2018a, p. 29-42.

_____. A reestruturação da rede urbana do Oeste Baiano e sua organização socioespacial no início do século XXI. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 114-120, 2018b.

_____. A gênese do urbano no Oeste Baiano: os núcleos de povoamento e a rede de vilas no século XIX. **Geotextos**, Salvador, v. 12, n. 1, jul. 2016a, p. 133-156.

_____. **A organização socioespacial da rede urbana do Oeste baiano.** 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2016b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 8. reimp. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2014b.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3 ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste baiano**. Recife: Sudene-DPE-URB, 1989. (Série de estudos urbanos).

SILVEIRA, María Laura. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, Goiânia, ano 20, v. 2, n. 23, p. 87-96, jul./dez. 2004.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Coesão territorial, policentrismo e redes urbanas regionais: impressões sobre as políticas recentes de ordenamento territorial e desenvolvimento regional em Portugal. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DEPONTI, Cidonea Machado (org.). **Desenvolvimento regional**: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 293-342.

_____. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. VIII, n. 451, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-451.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 31 out. 2020.

UFOB. Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Ensino**. 2020. Disponível em: <<https://www.ufob.edu.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

UNEB. Universidade Estadual da Bahia. **Campus Barreiras**. 2020. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/barreiras/>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

VALEC. **Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)**. 2020. Disponível em: <<https://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste>>. Acesso em: 18 out. 2020.

ANEXOS

Tabela 15 – Valores das exportações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.

Ano	Barreiras	Luís Eduardo Magalhães
2000	17.524.448,00	67.883.300,00
2001	13.984.108,00	129.855.274,00
2002	4.615.959,00	110.648.414,00
2003	30.303.878,00	128.939.040,00
2004	41.313.648,00	213.191.192,00
2005	84.669.331,00	241.270.696,00
2006	56.824.046,00	185.912.257,00
2007	103.904.020,00	315.380.679,00
2008	101.276.111,00	541.025.524,00
2009	156.472.987,00	538.035.395,00
2010	262.494.544,00	487.240.244,00
2011	284.602.582,00	927.110.190,00
2012	408.811.491,00	1.240.881.929,00
2013	227.122.540,00	842.628.913,00
2014	294.275.510,00	817.574.800,00
2015	287.648.691,00	848.502.500,00
2016	160.984.602,00	501.163.454,00
2017	265.874.687,00	858.346.608,00
2018	257.518.862,00	1.149.995.101,00
2019	406.990.936,00	1.128.155.723,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Tabela 16 – Valores das importações (em US\$) de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães de 2000 a 2019.

Ano	Barreiras	Luís Eduardo Magalhães
2000	2.501.415,00	89.315,00
2001	2.377.095,00	273.867,00
2002	2.018.737,00	6.391.796,00
2003	5.054.434,00	88.670,00
2004	3.773.178,00	4.329.620,00
2005	1.325.887,00	12.570.151,00
2006	263.774,00	4.190.772,00
2007	2.471.144,00	11.998.570,00
2008	763.647,00	19.702.478,00
2009	2.164.438,00	11.374.856,00
2010	1.253.952,00	30.131.345,00
2011	2.683.512,00	81.070.464,00
2012	6.332.839,00	79.827.712,00
2013	4.836.037,00	77.409.765,00
2014	6.185.345,00	99.642.106,00
2015	28.832.760,00	36.196.214,00
2016	224.538,00	13.915.874,00
2017	1.248.669,00	19.947.551,00
2018	4.289.008,00	29.515.903,00

2019	29.235.064,00	43.599.634,00
------	---------------	---------------

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Quadro 9 – Número de unidades locais por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) em Barreiras em 2018.

TOTAL	3.902
A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	84
01 Agricultura, pecuária e serviços relacionados	70
02 Produção florestal	12
03 Pesca e aquicultura	2
B - Indústrias extrativas	8
05 Extração de carvão mineral	-
06 Extração de petróleo e gás natural	-
07 Extração de minerais metálicos	-
08 Extração de minerais não-metálicos	7
09 Atividades de apoio à extração de minerais	1
C - Indústrias de transformação	241
10 Fabricação de produtos alimentícios	60
11 Fabricação de bebidas	1
12 Fabricação de produtos do fumo	-
13 Fabricação de produtos têxteis	5
14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	14
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-
16 Fabricação de produtos de madeira	4
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1
18 Impressão e reprodução de gravações	15
19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-
20 Fabricação de produtos químicos	7
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	7
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	25
24 Metalurgia	3
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	21
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	4
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	14
30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2
31 Fabricação de móveis	20
32 Fabricação de produtos diversos	14
33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	23
D - Eletricidade e gás	6
35 Eletricidade, gás e outras utilidades	6
E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7

36 Captação, tratamento e distribuição de água	2
37 Esgoto e atividades relacionadas	1
38 Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	4
39 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	-
F – Construção	177
41 Construção de edifícios	93
42 Obras de infraestrutura	29
43 Serviços especializados para construção	55
G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.819
45 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	325
46 Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	194
47 Comércio varejista	1 300
H - Transporte, armazenagem e correio	164
49 Transporte terrestre	136
50 Transporte aquaviário	-
51 Transporte aéreo	2
52 Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	16
53 Correio e outras atividades de entrega	10
I - Alojamento e alimentação	210
55 Alojamento	43
56 Alimentação	167
J - Informação e comunicação	66
58 Edição e edição integrada à impressão	8
59 Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	4
60 Atividades de rádio e de televisão	4
61 Telecomunicações	21
62 Atividades dos serviços de tecnologia da informação	16
63 Atividades de prestação de serviços de informação	13
K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	47
64 Atividades de serviços financeiros	29
65 Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	2
66 Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	16
L - Atividades imobiliárias	54
68 Atividades imobiliárias	54
M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	216
69 Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	96
70 Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	15
71 Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	37
72 Pesquisa e desenvolvimento científico	-
73 Publicidade e pesquisa de mercado	26
74 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	40
75 Atividades veterinárias	2
N - Atividades administrativas e serviços complementares	252
77 Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	69

78 Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	4
79 Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	15
80 Atividades de vigilância, segurança e investigação	18
81 Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	47
82 Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	99
O - Administração pública, defesa e seguridade social	8
84 Administração pública, de fesa e seguridade social	8
P – Educação	108
85 Educação	108
Q - Saúde humana e serviços sociais	216
86 Atividades de atenção à saúde humana	202
87 Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	8
88 Serviços de assistência social sem alojamento	6
R - Artes, cultura, esporte e recreação	57
90 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	7
91 Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	-
92 Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	-
93 Atividades esportivas e de recreação e lazer	50
S - Outras atividades de serviços	162
94 Atividades de organizações associativas	87
95 Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	35
96 Outras atividades de serviços pessoais	40
T - Serviços domésticos	-
97 Serviços domésticos	-
U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-
99 Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-

Fonte: IBGE, 2018.

Quadro 10 – Número de unidades locais por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) em Luís Eduardo Magalhães em 2018.

TOTAL	3.410
A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	115
01 Agricultura, pecuária e serviços relacionados	111
02 Produção florestal	3
03 Pesca e aquicultura	1
B - Indústrias extrativas	-
05 Extração de carvão mineral	-
06 Extração de petróleo e gás natural	-
07 Extração de minerais metálicos	-
08 Extração de minerais não-metálicos	-
09 Atividades de apoio à extração de minerais	-
C - Indústrias de transformação	290
10 Fabricação de produtos alimentícios	44
11 Fabricação de bebidas	1
12 Fabricação de produtos do fumo	-
13 Fabricação de produtos têxteis	16
14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	9
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-
16 Fabricação de produtos de madeira	2
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-
18 Impressão e reprodução de gravações	10
19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-
20 Fabricação de produtos químicos	11
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	8
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	27
24 Metalurgia	-
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	39
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	8
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	14
30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1
31 Fabricação de móveis	18
32 Fabricação de produtos diversos	6
33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	73
D - Eletricidade e gás	-
35 Eletricidade, gás e outras utilidades	-
E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	9
36 Captação, tratamento e distribuição de água	-
37 Esgoto e atividades relacionadas	-
38 Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	9
39 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	-

F – Construção	176
41 Construção de edifícios	95
42 Obras de infraestrutura	13
43 Serviços especializados para construção	68
G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.413
45 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	284
46 Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	316
47 Comércio varejista	813
H - Transporte, armazenagem e correio	400
49 Transporte terrestre	361
50 Transporte aquaviário	1
51 Transporte aéreo	-
52 Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	34
53 Correio e outras atividades de entrega	4
I - Alojamento e alimentação	151
55 Alojamento	28
56 Alimentação	123
J - Informação e comunicação	38
58 Edição e edição integrada à impressão	6
59 Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	1
60 Atividades de rádio e de televisão	2
61 Telecomunicações	12
62 Atividades dos serviços de tecnologia da informação	12
63 Atividades de prestação de serviços de informação	5
K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	35
64 Atividades de serviços financeiros	19
65 Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	-
66 Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	16
L - Atividades imobiliárias	50
68 Atividades imobiliárias	50
M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	174
69 Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	58
70 Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	8
71 Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	32
72 Pesquisa e desenvolvimento científico	5
73 Publicidade e pesquisa de mercado	17
74 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	49
75 Atividades veterinárias	5
N - Atividades administrativas e serviços complementares	234
77 Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	54
78 Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	2
79 Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	14
80 Atividades de vigilância, segurança e investigação	15
81 Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	53

82 Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	96
O - Administração pública, defesa e seguridade social	3
84 Administração pública, defesa e seguridade social	3
P – Educação	85
85 Educação	85
Q - Saúde humana e serviços sociais	116
86 Atividades de atenção à saúde humana	114
87 Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	1
88 Serviços de assistência social sem alojamento	1
R - Artes, cultura, esporte e recreação	27
90 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	1
91 Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	-
92 Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	-
93 Atividades esportivas e de recreação e lazer	26
S - Outras atividades de serviços	94
94 Atividades de organizações associativas	45
95 Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	22
96 Outras atividades de serviços pessoais	27
T - Serviços domésticos	-
97 Serviços domésticos	-
U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-
99 Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-

Fonte: IBGE, 2018.

Quadro 11 – Produtos importados por Barreiras no ano de 2019.

Descrição dos produtos	País	Valor FOB (US\$)
Díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis; díodos emissores de luz; cristais piezoelétricos montados	China	24.470.842,00
Outros veículos aéreos (por exemplo: helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluídos os satélites) e seus veículos de lançamento e veículos suborbitais	Estados Unidos	1.983.590,00
Máquinas e aparelhos para ensaios de dureza, tracção, compressão, elasticidade e de outras propriedades mecânicas de materiais (por exemplo: metais, madeira, têxteis, papel, plásticos)	Estados Unidos	1.406.683,00
Máquinas para preparação de matérias têxteis; máquinas para fição, dobragem ou torção de matérias têxteis e outras máquinas e aparelhos para fabricação de fios têxteis; máquinas de bobinar (incluídas as bobinadeiras de trama) ou de dobar matérias têxteis	Estados Unidos	424.306,00
Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias	Israel	309.358,00
Máquinas para preparação de matérias têxteis; máquinas para fição, dobragem ou torção de matérias têxteis e outras máquinas e aparelhos para fabricação de fios têxteis; máquinas de bobinar (incluídas as bobinadeiras de trama) ou de dobar matérias têxteis	Turquia	160.486,00
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas (...) (por exemplo: maquinas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou prin	Grécia	107.221,00
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas (...) (por exemplo: maquinas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou prin	Turquia	70.212,00
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (por exemplo: polarímetros, refractómetros, espectrómetros, analisadores de gases ou de fumos); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade, porosidade, dilatação, tensão superficial (...)	Estados Unidos	53.703,00
Serras manuais; folhas de serras de todos os tipos (incluídas as fresas-serras e as folhas não dentadas para serrar)	Grécia	52.463,00
Máquinas para limpeza, selecção ou peneiração de grãos ou de produtos hortícolas secos; máquinas e aparelhos para a indústria de moagem ou tratamento de cereais ou de produtos hortícolas secos, exceto dos tipos utilizados em fazendas	Estados Unidos	45.976,00
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (por exemplo: polarímetros, refractómetros, espectrómetros, analisadores de gases ou de fumos); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade, porosidade, dilatação, tensão superficial (...)	Cingapura	33.900,00
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (por exemplo: polarímetros, refractómetros, espectrómetros, analisadores de gases ou de fumos); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade, porosidade, dilatação, tensão superficial (...)	Finlândia	25.914,00
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas (...) (por exemplo: maquinas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e	Estados Unidos	25.086,00

acessórios reconhecíveis como exclusiva ou prin		
Máquinas e aparelhos para ensaios de dureza, tracção, compressão, elasticidade e de outras propriedades mecânicas de materiais (por exemplo: metais, madeira, têxteis, papel, plásticos)	Índia	23.400,00
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	China	17.083,00
Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	Estados Unidos	8.167,00
Cordas, cabos, entrançados, lingas e artefactos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos	Estados Unidos	4.401,00
Produtos e artefactos, de matérias têxteis, para usos técnicos (...)	Estados Unidos	4.086,00
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores (...)	Estados Unidos	1.572,00
Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga, incluídos os artigos denominados faróis e projectores, em unidades seladas » e as lâmpadas e tubos de raios ultravioleta ou infravermelhos; lâmpadas de arco	Estados Unidos	1.474,00
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	Estados Unidos	1.123,00
Partes dos veículos e aparelhos (...)	Estados Unidos	1.119,00
Outras obras de plástico e obras de outras matérias (...)	Estados Unidos	875,00
Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos	Estados Unidos	670,00
Vassouras e escovas, mesmo constituindo partes de máquinas, de aparelhos ou de veículos, vassouras mecânicas de uso manual, exceto as motorizadas, espanadores; cabeças preparadas para escovas, pincéis e artigos semelhantes; bonecas e rolos para pintura;	Grécia	554,00
Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por faísca ou por compressão (por exemplo, magnetos, dínamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (...)	Estados Unidos	445,00
Tubos e perfis ocos, sem costura, de ferro ou aço	Estados Unidos	184,00
Instrumentos e aparelhos para medida ou controlo do caudal (vazão), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases (por exemplo: medidores de caudal, indicadores de nível, manómetros, contadores de calor)	Estados Unidos	121,00
Centrifugadores, incluídos os secadores centrifugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	Estados Unidos	50,00
Total em US\$		29.235.064,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Quadro 12 – Produtos importados por Luís Eduardo Magalhães no ano de 2019.

Descrição dos produtos	País	Valor FOB (US\$)
Inseticida, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações (...)	China	14.561.257,00
Outros veículos aéreos (por exemplo: helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluídos os satélites) e seus veículos de lançamento e veículos suborbitais	Estados Unidos	5.836.608,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	Israel	4.770.187,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, fosfatados	Israel	3.568.341,00
Enxofre de qualquer espécie, exceto sublimado, precipitado ou coloidal	Rússia	3.492.707,00
Inseticida, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações (...)	Índia	2.477.232,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: azoto (nitrogênio), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes	Rússia	1.596.263,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: azoto (nitrogênio), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes	Marrocos	1.144.759,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	Alemanha	1.024.330,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	Países Baixos (Holanda)	967.324,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	República Tcheca	753.695,00
Tiocompostos orgânicos	Espanha	680.969,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	Rússia	566.649,00
Máquinas de lavar louça; máquinas e aparelhos para limpar ou secar garrafas ou outros recipientes; máquinas e aparelhos para encher, fechar, rolar ou rotular garrafas, caixas, latas, sacos ou outros recipientes; máquinas e aparelhos para capsular garrafa	Turquia	492.344,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	Egito	464.207,00
Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	China	349.860,00
Adubos (fertilizantes) de origem animal ou vegetal, mesmo misturados entre si ou tratados quimicamente; adubos (fertilizantes) resultantes da mistura ou do tratamento químico de produtos de origem animal ou vegetal	Espanha	279.053,00
Iniciadores de reacção, aceleradores de reacção e preparações catalíticas, não especificados (...)	Dinamarca	92.358,00
Iniciadores de reacção, aceleradores de reacção e preparações catalíticas, não especificados nem compreendidos em outras posições	Estados Unidos	77.059,00
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas (...) (por exemplo: maquinetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou prin	Grécia	58.127,00
Máquinas e aparelhos para ensaios de dureza, tracção, compressão, elasticidade e de outras propriedades mecânicas de materiais (por exemplo: metais, madeira, têxteis, papel, plásticos)	Estados Unidos	44.843,00

Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	Reino Unido	39.429,00
Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes (...)	Marrocos	25.798,00
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores (...)	Estados Unidos	24.707,00
Cavalos, asininos e muares, vivos	Estados Unidos	22.000,00
Serras manuais; folhas de serras de todos os tipos (incluídas as fresas-serras e as folhas não dentadas para serrar)	Grécia	17.158,00
Máquinas e aparelhos para impressão por meio de caracteres tipográficos, clichés, blocos, cilindros e outros elementos de impressão (...); máquinas de impressão de jacto de tinta (...); máquinas auxiliares para impressão	Estados Unidos	16.145,00
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (por exemplo: polarímetros, refractómetros, espectrómetros, analisadores de gases ou de fumos); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade, porosidade, dilatação, tensão superficial (...)	Alemanha	14.525,00
Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos	Estados Unidos	13.303,00
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	Estados Unidos	11.641,00
Máquinas e aparelhos para soldar (mesmo de corte) elétricos (incluídos os a gás aquecido eletricamente), a laser ou outros feixes de luz ou de fotões, a ultra-som, a feixe de electrões, a impulsos magnéticos ou a jacto de plasma; máquinas e aparelhos (...)	Estados Unidos	11.211,00
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas (...) (por exemplo: maquinasetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou prin	Estados Unidos	10.275,00
Veios (árvores) de transmissão [incluídas as árvores de cames (excêntricos) e cambotas (virabrequins)] e manivelas; chumaceiras (mancais) e bronzes; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores (...)	Estados Unidos	8.547,00
Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	Estados Unidos	8.411,00
Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controlo, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo; projetores de perfis	Estados Unidos	6.697,00
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	Estados Unidos	6.312,00
Parafusos, pernos ou pinos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, anilhas ou arruelas (incluídas as de pressão) e artefactos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	Estados Unidos	6.072,00
Partes dos veículos e aparelhos (...)	Estados Unidos	6.024,00
Máquinas e aparelhos de ar condicionado, contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluindo as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente	China	4.781,00
Limas, grosas, alicates (mesmo cortantes), tenazes, pinças, cisalhas para metais, corta-tubos, corta-pinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes, manuais	Estados Unidos	4.261,00

Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação mecânicas	Estados Unidos	4.040,00
Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	China	4.029,00
Algodão, não cardado nem penteado	Estados Unidos	3.754,00
Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação mecânicas	Reino Unido	3.547,00
Acumuladores elétricos e seus separadores, mesmo de forma quadrada ou retangular	Estados Unidos	2.728,00
Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	Estados Unidos	2.607,00
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados (...)	Estados Unidos	2.481,00
Pneumáticos novos, de borracha	Estados Unidos	1.950,00
Veios (árvores) de transmissão [incluídas as árvores de cames (excêntricos) e cambotas (virabrequins)] e manivelas; chumaceiras (mancais) e bronzes; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores (...)	Reino Unido	1.942,00
Outras obras de borracha vulcanizada não endurecida	Estados Unidos	1.889,00
Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por faísca ou por compressão (por exemplo, magnetos, dínamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (...)	Estados Unidos	1.861,00
Serras manuais; folhas de serras de todos os tipos (incluídas as fresas-serras e as folhas não dentadas para serrar)	Estados Unidos	1.542,00
Molas e folhas de molas, de ferro ou aço	Estados Unidos	1.415,00
Outros contadores (por exemplo: contadores de voltas, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podômetros); indicadores de velocidade e tacômetros (...); estroboscópios	Estados Unidos	1.206,00
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	México	1.166,00
Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos ou de produtos hortícolas secos; máquinas e aparelhos para a indústria de moagem ou tratamento de cereais ou de produtos hortícolas secos, exceto dos tipos utilizados em fazendas	Estados Unidos	1.061,00
Instrumentos e aparelhos para medida ou controlo do caudal (vazão), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases (por exemplo: medidores de caudal, indicadores de nível, manômetros, contadores de calor) (...)	Estados Unidos	888,00
Vassouras e escovas, mesmo constituindo partes de máquinas, de aparelhos ou de veículos, vassouras mecânicas de uso manual, exceto as motorizadas, espanadores; cabeças preparadas para escovas, pincéis e artigos semelhantes; bonecas e rolos para pintura	Estados Unidos	860,00
Cordas, cabos, entrançados, linhas e artefatos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos	Estados Unidos	585,00
Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente (...)	Estados Unidos	582,00
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	Estados Unidos	519,00

Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados às máquinas (...), incluídos os porta-peças e porta-ferramentas, as feiras de abertura automática, os dispositivos divisores e outros dispositivos especiais,	Estados Unidos	459,00
Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões)	Estados Unidos	438,00
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	Canadá	412,00
Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas), de alumínio	Estados Unidos	323,00
Motores e geradores, elétricos, exceto os grupos electrogéneos	Estados Unidos	317,00
Outras obras de borracha vulcanizada não endurecida	Reino Unido	302,00
Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo: interruptores, comutadores, relés, corta-circuitos, eliminadores de onda, tomadas de corrente, machos e fêmeas, suportes para lâmpada	Estados Unidos	287,00
Acessórios para tubos [por exemplo: uniões, cotovelos, mangas (luvas)], de cobre	Estados Unidos	208,00
Outras obras de plástico e obras de outras matérias (...)	Estados Unidos	185,00
Outras obras de ferro ou aço	Estados Unidos	179,00
Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada	Estados Unidos	178,00
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores (...)	Canadá	88,00
Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga, incluídos os artigos denominados « faróis e projectores, em unidades seladas » e as lâmpadas e tubos de raios ultravioleta ou infravermelhos; lâmpadas de arco	Estados Unidos	58,00
Preparações antidetonantes, inibidores de oxidação, aditivos peptizantes, beneficiadores de viscosidade, aditivos anticorrosivos e outros aditivos preparados, para óleos minerais (incluída a gasolina) ou para outros líquidos utilizados para os mesmos fins	Estados Unidos	34,00
Aparelhos mecânicos (mesmo manuais) para projectar, dispersar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores, mesmo carregados; pistolas aerográficas e aparelhos semelhantes; máquinas e aparelhos de jacto de areia, de jacto de vapor e aparelhos de jacto (...)	Estados Unidos	27,00
Cortiça aglomerada (com ou sem aglutinantes) e suas obras	Estados Unidos	9,00
Instrumentos de desenho, de traçado ou de cálculo (por exemplo: máquinas de desenhar, pantógrafos, transferidores, estojos de desenho geométrico, réguas de cálculo e discos de cálculo); instrumentos de medida de distâncias de uso manual (...)	Estados Unidos	6,00
Outras obras de alumínio	Estados Unidos	3,00
Total em US\$		43.599.634,00

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Figura 14 – Comprovante de situação cadastral da empresa Agronol Agro Industrial S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.828.784/0003-17 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/07/1991
NOME EMPRESARIAL AGRONOL AGRO INDUSTRIAL S/A				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.63-5-00 - Fabricação de farinha de mandioca e derivados				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada				
LOGRADOURO R CORONEL MAGNO		NÚMERO 50	COMPLEMENTO PARTE	
CEP 47.800-270	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO BARREIRAS		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ** *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 18:49:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 15 – Comprovante de situação cadastral da empresa Indústria de Derivados da Mandioca Santa Cruz Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.878.513/0001-59 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 21/07/1989	
NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA DE DERIVADOS DA MANDIOCA SANTA CRUZ LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SANTA CRUZ			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.63-5-00 - Fabricação de farinha de mandioca e derivados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO ROD BR 020/242 KM 849		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 47.800-160	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (77) 3611-3343	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 18:27:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 16 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.819.074/0004-86 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 12/12/2002			
NOME EMPRESARIAL MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE			PORTE DE MAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.55-5-05 - Produção de ovos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO FAZ MAURICEA GII		NÚMERO SN	COMPLEMENTO ENTRADA KM 13 BA 825
CEP 47.804-340	BAIRRO/DISTRITO SEDE	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (81) 6220-330	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 18:38:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 17 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.819.074/0015-39 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/07/2019
NOME EMPRESARIAL MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.55-5-01 - Criação de frangos para corte				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada				
LOGRADOURO ROD BA 459		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 148	
CEP 47.819-899	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE BARREIRAS	MUNICÍPIO BARREIRAS		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ANGELA.ANDRADE@MAURICEA.COM.BR		TELEFONE (81) 3633-1330		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/07/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 18:35:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 18 – Comprovante de situação cadastral da empresa Agronol Agro Industrial S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.828.784/0001-55 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/03/1980
NOME EMPRESARIAL AGRONOL AGRO INDUSTRIAL S/A				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGRONOL				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.34-2-00 - Cultivo de café				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.15-6-00 - Cultivo de soja 01.11-3-02 - Cultivo de milho 01.33-4-99 - Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte 03.22-1-01 - Criação de peixes em água doce 01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar 01.12-1-01 - Cultivo de algodão herbáceo				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada				
LOGRADOURO FAZ AGRONOL BR 242		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 873	
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO diretoria@agronol.com.br		TELEFONE (77) 3628-8500/ (77) 3628-5251		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 26/10/2020 às 19:06:37 (data e hora de Brasília).				

Figura 19 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.046.101/0481-29 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/08/2004
NOME EMPRESARIAL BUNGE ALIMENTOS S/A				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BUNGE ALIMENTOS				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 02.10-1-07 - Extração de madeira em florestas plantadas				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada				
LOGRADOURO ROD BR 020, KM 81 - TRAN SCORBELIANA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO FAZENDA DALCIN	
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO.FISCAL@BUNGE.COM		TELEFONE (77) 3628-8000		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL XX XXXXX	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
Emitido no dia 26/10/2020 às 19:32:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 20 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.046.101/0264-00 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 01/04/1997	
NOME EMPRESARIAL BUNGE ALIMENTOS S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DE MAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 02.10-1-07 - Extração de madeira em florestas plantadas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO ROD BR 242/020 KM 840		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO FAZ ALTO FLORIDO I E II	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO.FISCAL@BUNGE.COM		TELEFONE (77) 3628-8000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
 Emitido no dia 26/10/2020 às 19:37:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 21 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.046.101/0289-50 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 26/12/1997	
NOME EMPRESARIAL BUNGE ALIMENTOS S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO EST ACESÃO A BELA VISTA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 30
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO.FISCAL@BUNGE.COM		TELEFONE (77) 3628-8000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 26/10/2020 às 19:39:37 (data e hora de Brasília).			
Página: 1/1			

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 22 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.046.101/0265-83 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/04/1997
NOME EMPRESARIAL BUNGE ALIMENTOS S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO AV DIOCLECIO RAMOS	NÚMERO 1636	COMPLEMENTO SALA 3	
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO SEM DENOMINACAO	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO.FISCAL@BUNGE.COM		TELEFONE (47) 3703-2859	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:13:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 23 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.046.101/0066-39 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 29/08/1988	
NOME EMPRESARIAL BUNGE ALIMENTOS S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO EST ACESSO A BELA VISTA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 40
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO.FISCAL@BUNGE.COM		TELEFONE (77) 3628-8000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:16:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 24 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bunge Alimentos S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.046.101/0228-39 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 17/10/1996	
NOME EMPRESARIAL BUNGE ALIMENTOS S/A			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.41-4-00 - Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 10.42-2-00 - Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho 46.22-2-00 - Comércio atacadista de soja 46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (Dispensada *) 46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo 52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO AV DIOCLECIO RAMOS		NÚMERO 1636	COMPLEMENTO *****
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM PRIMAVERA	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO.FISCAL@BUNGE.COM		TELEFONE (77) 3628-8000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.			
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 26/10/2020 às 21:19:33 (data e hora de Brasília).			

Figura 25 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.819.074/0006-48 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 14/10/2003			
NOME EMPRESARIAL MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RACÕES MAURICEA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO ROD BR 242 KM 88		NÚMERO SN	COMPLEMENTO RUA F
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO CENT.IND. DO CERRADO	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:28:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 26 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.819.074/0005-67 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 14/10/2003	
NOME EMPRESARIAL MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MAURICEA ALIMENTOS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.12-1-01 - Abate de aves			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne 10.13-9-02 - Preparação de subprodutos do abate			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO ROD BR 242 KM 88		NÚMERO SN	COMPLEMENTO RUA B
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO CENT.IND.CERRADO	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:32:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 27 – Comprovante de situação cadastral da empresa Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.819.074/0016-10 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 10/03/2020	
NOME EMPRESARIAL MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R B / TRECHO 02		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CAMARA 01
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO INDUSTRIAL DO CERRADO	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ANGELA.ANDRADE@MAURICEA.COM.BR		TELEFONE (81) 3633-1330	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/03/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:35:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 28 – Comprovante de situação cadastral da empresa Cidade Alta Empreendimentos Imobiliários Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.630.570/0001-89 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 31/03/2003	
NOME EMPRESARIAL CIDADE ALTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DE MAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO EST DO AEROPORTO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 03
CEP 47.805-970	BAIRRO/DISTRITO AEROPORTO	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (77) 6124-763	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:55:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 29 – Comprovante de situação cadastral da empresa Deltaville Empreendimentos Imobiliários Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.702.443/0002-66 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 14/09/2012			
NOME EMPRESARIAL DELTAVILLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DELTAVILLE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV JOSE BONIFACIO		NÚMERO 1632	COMPLEMENTO : ESCRITORIO; SALA: 02;
CEP 47.800-410	BAIRRO/DISTRITO SAO MIGUEL	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO EDER@DELTAVILLE.COM.BR		TELEFONE (11) 4133-2815/ (71) 3031-2815	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/09/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 26/10/2020 às 22:12:54 (data e hora de Brasília).			

Figura 30 – Comprovante de situação cadastral da empresa Norte Construtora e Imobiliária Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.482.200/0001-42 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 10/06/1991	
NOME EMPRESARIAL NORTE CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NORTE IMOBILIARIA			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 41.20-4-00 - Construção de edifícios 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 71.12-0-00 - Serviços de engenharia			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R CECILIA MEIRELES		NÚMERO 80	COMPLEMENTO *****
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO AROLDO DA CRUZ	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO fernanda@sartorcontabilidade.com.br		TELEFONE (77) 3628-2033/ (77) 3628-3333	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ** *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:50:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 31 – Comprovante de situação cadastral da empresa Patrimonial Celta Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.872.972/0001-39 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 28/05/1997	
NOME EMPRESARIAL PATRIMONIAL CELTA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO AV SANTOS DUMONT		NÚMERO 2774	COMPLEMENTO SHOPPING PONTO VERDE KM 02 LOJA 21
CEP 42.700-130	BAIRRO/DISTRITO E STRADA DO COCO	MUNICÍPIO LAURO DE FREITAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO JM-FERRARI@HOTMAIL.COM		TELEFONE (71) 3341-9641/ (71) 3341-7326	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 22:04:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 32 – Comprovante de situação cadastral da empresa Pro Café Compra e Venda de Imóveis Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.231.616/0001-61 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 14/06/1999			
NOME EMPRESARIAL PRO CAFE COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRO CAFE AGROINDUSTRIAL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R 24 DE OUTUBRO		NÚMERO 339	COMPLEMENTO ESCRITORIO
CEP 47.800-210	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONSULT@CONSULTCONT.COM		TELEFONE (77) 3612-7021/ (77) 3613-3491	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ** *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:46:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 33 – Comprovante de situação cadastral da empresa Valparaíso Administradora de Bens Imobiliários Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.613.398/0001-20 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 24/01/2000			
NOME EMPRESARIAL VALPARAISO ADMINISTRADORA DE BENS IMOBILIARIOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGROPASTORIL VALPARAISO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO ROD CACHOEIRA DO REDONDO, KM 19		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO MARGEM ESQ RIO BRANCO
CEP 47.804-510	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 21:59:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 34 – Comprovante de situação cadastral da empresa Bom Recreio Empreendimentos Imobiliários Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.379.580/0001-23 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 10/09/2008			
NOME EMPRESARIAL BOM RECREIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IMOBILIARIA BOM RECREIO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PERNAMBUCO		NÚMERO 55	COMPLEMENTO SALA 11 ANDAR 2
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO LOTEAMENTO MIMOSO DO OESTE	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO rambocont.lem@hotmail.com		TELEFONE (77) 3628-3984	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/09/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 23:43:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 35 – Comprovante de situação cadastral da empresa Cinergy Patrimonial S/A.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.838.442/0001-90 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 09/11/2010	
NOME EMPRESARIAL CINERGY PATRIMONIAL S/A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DE MAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO R 137		NÚMERO 556	COMPLEMENTO QUADRA 50 LOTE 01 SALA 104 M ANDAR 1 EDIF ALVORADA
CEP 74.170-120	BAIRRO/DISTRITO SETOR MARISTA	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO valeria.cota@mapah.com.br		TELEFONE (62) 3941-5358/ (62) 3941-5359	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 22:35:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 36 – Comprovante de situação cadastral da empresa Imobiliária J LEM Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.157.224/0001-90 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 21/05/2010			
NOME EMPRESARIAL IMOBILIARIA J LEM LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) J LEM IMOBILIARIA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV BARREIRAS		NÚMERO 1191	COMPLEMENTO *****
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO leori@uol.com.br		TELEFONE (77) 3628-1111/ (77) 3628-1112	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/05/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 23:42:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 37 – Comprovante de situação cadastral da empresa Laucas Empreendimentos Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 81.108.581/0002-62 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 30/08/2018	
NOME EMPRESARIAL LAUCAS EMPREENDIMENTOS LTDA.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.11-3-02 - Cultivo de milho 01.12-1-01 - Cultivo de algodão herbáceo 01.15-6-00 - Cultivo de soja 01.34-2-00 - Cultivo de café 46.21-4-00 - Comércio atacadista de café em grão 46.22-2-00 - Comércio atacadista de soja 46.23-1-08 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 46.23-1-99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente 55.10-8-01 - Hotéis 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO ROD BR 242		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 887
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABIL.CWB@GLCASTILHOS.COM.BR		TELEFONE (41) 3223-5125	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/08/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 26/10/2020 às 22:24:30 (data e hora de Brasília).			

Figura 38 – Comprovante de situação cadastral da empresa Sertaneja Negócios Imobiliários.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.266.756/0001-66 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 21/07/2010			
NOME EMPRESARIAL SERTANEJA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SERTANEJA NEGOCIOS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-4-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV RUY BARBO SA		NÚMERO 67	COMPLEMENTO SALA 07
CEP 47.800-082	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO IGUACU@CONTABILIDADEIGUACU.COM.BR		TELEFONE (77) 3611-4055/ (77) 3613-6508	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 22:20:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 39 – Comprovante de situação cadastral da empresa Supremo Incorporadora e Construtora Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.094.530/0002-06 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 15/03/2018			
NOME EMPRESARIAL SUPREMO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SUPREMO INCORPORADORA E CONSTRUTORA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PARA	NÚMERO 21	COMPLEMENTO SALA C	
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO MIMOSO DO OESTE	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM@CONTABILIDADE.ERIOGRANDE.COM.BR		TELEFONE (77) 3628-0817	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/03/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ** *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 26/10/2020 às 22:39:40 (data e hora de Brasília). Página: 1/1			

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 40 – Comprovante de situação cadastral da empresa Supremo Incorporadora e Construtora Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.094.530/0001-25 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 10/05/2010			
NOME EMPRESARIAL SUPREMO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SUPREMO INCORPORADORA E CONSTRUTORA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PARA		NÚMERO 21	COMPLEMENTO SALA C
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO MIMOSO DO OESTE	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO fiscal@contabilidaderiogrande.com.br		TELEFONE (77) 3628-0817 / (77) 3628-0817	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/05/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 22:42:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.

Figura 41 – Comprovante de situação cadastral da empresa Temik Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.136.740/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 24/04/2014	
NOME EMPRESARIAL TEMIK DE SE NVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DE MAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO FAZ SAO TOME		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO BR 242 KM 873
CEP 47.850-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (21) 3723-5830	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/04/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/10/2020 às 23:44:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Fonte: Receita Federal, 2020.